

psicologia revista

Revista da Faculdade de
Psicologia da PUC-SP

A Construção de uma Nova Psicologia
Fenomenologia da Metáfora
Renascimento e Subjetividade
Relações de Equivalência
A Polêmica do Diagnóstico
Diagnóstico Dinâmico em Psiquiatria
Juventude e Gangues
Valores: Formação e Transformação

psicologia revista

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Editor
Antonio Carlos Gomes
Vice-diretor
Fernando José de Almeida

Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Coordenador
Ana Maria Bordin

Vice-direção
Mário Sérgio Rosa

Revista da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, Vol. 1, nº 1, 1980.	
Título	
Assunto	
Autor	
Editor	
Vice-direção	
Coordenador	
Outros	

psicologia revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor

Antonio Carlos Caruso Ronca

Vice-reitor Acadêmico

Fernando José de Almeida

Faculdade de Psicologia da PUC-SP

Direção

Ana Mercês Bahia Bock

Vice-direção

Miriam Debieux Rosa

Psicologia Revista / Faculdade de Psicologia da PUC-SP. - V.1, n. 1 (1995) - . - São Paulo:
EDUC

1995 -

Semestral

ISSN (em curso)

1. Psicologia - periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

psicologia revista

Revista da Faculdade de
Psicologia da PUC - SP

ISSN em curso

Psic. Rev. S. Paulo - n.1- p.1-139 - set. 1995

psicologia revista

Editores

Raul Albino Pacheco Filho
Sergio Ozella

Conselho Editorial

Camila Pedral Sampaio
Denise Gimenez Ramos
Elenir Rosa Golin Cardoso
Eliana Bertolucci
Maria Elizabeth Montagna
Maria Nazareth Pompéia (Centro Acadêmico)
Nestor Efraim Rojas Boccalandro
Odair Furtado
Raul Albino Pacheco Filho
Roberto Alves Banaco
Rosa Maria Stefanini de Macedo
Sergio Ozella
Sergio Vasconcelos de Luna

Conselho Científico

Fica adiada para o segundo número a publicação da relação completa dos nomes dos componentes do Conselho Científico, devido à pendência relacionada ao tamanho de sua composição.

Corpo de Pareceristas

Com o objetivo de preservar o sigilo sobre o nome do parecerista de cada artigo, somente no próximo número será publicada a relação completa do corpo de consultores responsáveis pela elaboração dos pareceres dos dois primeiros números da Revista.

Secretária de psicologia revista

Claudete Aparecida Pinto

Correspondência e assinaturas

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-53 - Perdizes
Cep 05014-001 - São Paulo - SP
Fone: (011) 864-1012 - KS12
Das 9:00 às 18:00hs

educ

Direção

Maria do Carmo Guedes
Maria Eliza Mazzilli Pereira

Produção Editorial

Eveline Bouteiller Kavakama

Preparação de Originais

Ibraíma Dafonte Tavares

Educ - Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 984
05014-001 - São Paulo - SP

Fone: (011) 873-3359

Fax: (011) 62-4920

Revisão

Berenice Haddad Aguerre

Editoração Eletrônica

Edna Maria da Silva

Projeto Gráfico e Capa

Carla R. Mattos Castilho

Maria Fernanda ao encontro de Federico Garcia

Vida morte destino

Que fazer então com estes sujeitos-objetos da
Psicologia, cujos comportamentos são decorrentes de valores,
de pensamentos vagos, de paixões, de fantasias, de crenças
sem suporte racional? In *Crítica Husserliana ao positivismo e sua repercussão
na psicologia hoje*

...realidade crua, impenetrável à nossa fantasia...

O destino precisa de um protagonista...

Pois é em cada um que se estabelece esse confronto vida-morte...

No destino só a crença ingênua perdura...

O acesso, a possibilidade de presença, ela é rastreada pela dúvida, pela
pergunta, pelo risco...

Entre a consciência e a realidade há um verdadeiro
abismo de sentido. In *Existência: um lugar de sentido ou experiência do absurdo?*

Temos de um lado um ser que se esboça, que não pode
jamais ser dado absolutamente, puramente contingente e
relativo voz sem garganta que soa em tudo sem ressoar em nada...

**Una voz sin garganta, voz oscura
que suena en todo sin sonar en nada**

E ficamos sem amparo, entregues a um eu sem crenças

Tu perfil es perenne quemadura

Tu corazón, paloma desatada

...de outro lado, um ser que não se dá por esboços e
aparências, mas por uma presença total perene queimadura teu
coração pomba desgarrada...

**Canta ya por el aire sin cadena
la matinal fragante melodia
llanto de luz y llaga de azucena.**

um ser que não pode ser fechado em nenhum sistema
espaço-temporal **pranto de luz e chaga de açucena.**

A Fernanda en su vuelo de acordo com Federico Garcia Lorca

Maria Fernanda S. Farinha Beirão de Federico Garcia

Conselho Editorial

Camilo Pêra de Sá

Deane Oliveira

Edson O. de Castro

Elaine Bertolotto

Marcelo Elias

Marcos Vinícius

Paulo Sérgio

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Rafael

Textos de Maria Fernanda S. Farinha Beirão

Vida, Morte e Destino. Maria Fernanda S. Farinha Beirão e Edson O. de Castro (orgs.). São Paulo, Companhia Ilimitada, 1993.

"Crítica husserliana ao positivismo e sua repercussão na psicologia hoje". In: *Vida, Morte e Destino*, p. 137.

"Existência: um lugar de sentido ou experiência do absurdo? – O suicídio". In: *Vida, Morte e Destino*, pp. 73-82.

Versos de Federico Garcia Lorca

"A Mercedes in su vuelo". In: *Antologia poética (1918-1936)*. Buenos Aires, Editorial Losada S.A., 1957.

Sumário

Editorial	9
------------------------	---

Artigos

O desafio da construção de uma nova psicologia (<i>The challenge of the construction of a new psychology</i>) Ana Mercês Bahia Bock	13
Fenomenologia da metáfora (<i>Phenomenology of metaphors</i>) Franklin Goldgrub	19
Os sistemas mnemônicos do século XVI: antecipações da subjetividade moderna? (<i>The mnemonic systems of the sixteenth century: anticipations of modern subjectivity?</i>) Sidnei José Cazeto	33
Relações condicionais entre estímulos de classes funcionais (<i>Conditional relations among functional classes stimuli</i>) Maria América Coimbra de Andrade e Paula Ribeiro Braga	47
Considerações sobre a polêmica do diagnóstico na psicologia (<i>Considerations on the diagnosis polemic in psychology</i>) Miriam Debieux Rosa	61
Diagnóstico pluridimensional dinâmico em psiquiatria (<i>Dynamic pluridimensional diagnosis in psychiatry</i>) Antonio Matos Fontana e Maria Cristina Pitta Salum Fontana	69
Juventud y gangs (<i>Youth and gangs</i>) Maria Nilde Mascellani	79
A formação e a transformação de valores (<i>The formation and transformation of values</i>) Hugh Lacey e Barry Schwartz	91

Resenha

Psicoterapia: novos caminhos a partir de Nietzsche

Nelson Coelho Junior.....	127
---------------------------	-----

Abstracts	131
------------------------	-----

Normas	137
---------------------	-----

A óbvia constatação trazida por uma visada *grande-angular* sobre o campo da Psicologia é a ausência de consenso. Multiplicam-se teorias, métodos, técnicas e pressupostos filosóficos. Diferentemente do que ocorreu com as chamadas ciências da Natureza, que, ao se laicizarem a partir do século XVII, observaram um movimento de produção de conhecimento orientado pela formação de importantes e significativos focos de convergência orientadores dos conflitos teóricos e epistemológicos – ainda que, inescapavelmente, em processo histórico de transformação –, a Psicologia e as demais ciências do Homem continuam a apresentar-se como um campo disperso.

Intensificada a limites extremos, essa fragmentação parece ter conduzido ao paradoxo de muitas vezes até mesmo inviabilizar, na atualidade, o confronto e os embates intelectuais pela disputa do monopólio da autoridade científica, que, em última instância, são o que possibilita as transformações no campo do conhecimento e impede a estagnação e a perpetuação de corpos de saber apenas pretensamente científicos. E essa limitação do debate e dos conflitos, isolando as diferentes abordagens e criando domínios territoriais rigidamente separados, termina por conduzir à exclusão da censura mútua entre os diferentes produtores de conhecimento, que é aquilo que constitui a única fonte verdadeira de progresso da Ciência.

Psicologia Revista surge esperando escapar a esse equívoco, de que é na ausência de conflitos teóricos, ou em um matreiro *acordo entre cavalheiros* de divisão territorial, que se deve buscar o desenvolvimento do conhecimento. É um dos objetivos explícitos do *Regimento* que regulamenta suas diretrizes editoriais:

Favorecer o debate e o confronto entre idéias, técnicas, teorias e pressupostos metodológicos, filosóficos, éticos e epistemológicos constituintes do campo complexo e multifacetado da Psicologia, através de:

- a) obrigar-se a manter aberto o espaço para diferentes abordagens;
- b) empenhar-se em acolher posições inovadoras, de qualidade; e
- c) estimular a discussão de temas que articulem campos distintos da Psicologia.

E note-se que o respeito pelo resguardo do espaço para as diferentes abordagens não deriva de qualquer intenção de *conchavo* ou de silenciamento dos litígios. Reflete, pelo contrário, apenas o propósito de garantir, na arena, o espaço para todos os contendores significativos. Neste sentido, o compromisso de *Psicologia Revista* é exclusivamente com idéias, teorias, abordagens, métodos, etc. que sobrevivam ao crivo do teste de qualidade. O seu *Regimento* estabelece como outro objetivo:

Contribuir com a produção de conhecimento em Psicologia, através da divulgação (publicação) de trabalhos, tanto de pesquisadores e pensadores da PUC-SP quanto dos externos a ela, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica.

Aliás, a intenção de ir no encalço da qualidade materializa-se não apenas na sua eleição como critério para seleção de artigos, mas também no projeto de se estimular a discussão em torno desse tema, como menciona um terceiro objetivo do *Regimento*:

Influenciar positivamente a busca de *qualidade* da produção de conhecimento em Psicologia e o debate a respeito de em que ela consiste, pelo estabelecimento de um procedimento de análise de qualidade para a seleção de artigos para publicação ("*filtro de qualidade*") e pelo compromisso de manter em contínua rediscussão, pela comunidade acadêmica, os critérios que o constituem.

Partindo do pressuposto de que a única possibilidade de avanço verdadeiramente científico em uma área do conhecimento reside no progresso na identificação e redução da quantidade de *arbitrário social* – que, por uma espécie de osmose invisível, interpenetra e se mistura ao núcleo substantivo das proposições teóricas – *Psicologia Revista* pretende manter um olho atento sobre a função ideológica das teorias e sistemas da Psicologia. Estatui, como último objetivo do seu *Regimento*:

Fortalecer a avaliação e a crítica das relações entre conhecimento e práticas da Psicologia, de um lado, e sociedade, especialmente a brasileira, de outro, pela responsabilidade por abrigar análises significativas que ponham em relevo essas conexões.

Este é o projeto da *Psicologia Revista*. É esta a carta de intenções do Conselho Editorial, representante dos docentes dos vários departamentos e dos alunos da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Torçamos para que o vaticínio consubstancie-se em realidade!

Raul Albino Pacheco Filho
Sergio Ozella
Editores

Agradecimentos

Psicologia Revista externa seus agradecimentos a todos os profissionais cujos trabalhos competentes possibilitaram a realização deste primeiro número. A Diretora da Educ, Maria do Carmo Guedes, e a Diretora da Faculdade de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, ofereceram um impulso fundamental para a criação da Revista. E a vice-diretora da Educ, Maria Eliza Mazzilli Pereira, e a coordenadora editorial, Eveline Bouteiller Kavakama, demonstraram uma dedicação especial nas atividades relativas à produção editorial. Menção destacada deve ser feita também à contribuição dos autores e pareceristas dos artigos deste número, ainda que, com o objetivo de preservar o sigilo sobre o nome do parecerista de cada artigo, tenhamos decidido adiar para o segundo número a relação completa do corpo de consultores responsáveis pela elaboração dos pareceres dos dois primeiros números. Antecipamo-lhes, aqui, a nossa gratidão. Os nomes dos demais profissionais que trabalharam nesta edição estão registrados nas páginas iniciais.

* Veja-se o emprego do termo em Krzyzanowski, R. F.; Krieger, E. M. e Moura Duarte, F. A. de. *Programa de Apoio às Revistas Científicas para a Fapesp*. Ci. Inf., Brasília, 20(2):137-50, jul./dez. 1991.

artigos

O desafio da construção de uma nova psicologia

Ana Mercês Bahia Bock*

RESUMO. O presente artigo tem como objetivo contribuir para a construção de uma nova Psicologia: uma Psicologia Sócio-histórica; faz isto analisando criticamente a noção de homem presente na Psicologia, noção esta baseada na concepção de natureza humana. O artigo apresenta alguns elementos que devem caracterizar esta nova Psicologia, dando ênfase à concepção de homem baseada na idéia de condição humana. Termina apontando algumas questões, para a Psicologia, a respeito do homem sob o Capitalismo.

Palavras-chave: Psicologia Social, condição humana, materialismo histórico.

A psicologia tem apresentado como objeto de estudo o psiquismo, a subjetividade ou o comportamento do homem. Sem consenso, clareza e definição precisa desses fenômenos, a disciplina vem desenvolvendo seu conhecimento a partir de uma *visão de homem*, que tem sido o "ponto 1" de nossas indagações.

Quem é o homem da psicologia?

Na psicologia, o homem é pensado; em geral, a partir da idéia de natureza humana, entendida como uma essência eterna e universal do homem.

Assim, o desenvolvimento, a personalidade e outros temas estudados pela psicologia denunciam essa visão, ao compreenderem o desenvolvimento humano como atualização de uma natureza já contida no indivíduo: semente de homem dá homem. Claro que as condições ambientais e sociais não são esquecidas, mas entram como complemento, como condições que facilitam ou dificultam o desabrochar da semente.

O homem, nesta visão, não é, porque não há a necessidade de ser, situado historicamente. E este homem que é, ao nosso ver, construção histórica e social, passa a ser visto como ser absoluto e universal. A concepção de "normalidade" referenda os valores sociais ali embutidos, e, mais do que isso, os torna "*naturais*".

A psicologia, ao estudar dessa forma o homem, faz um belo trabalho retórico de ocultamento das condições sociais que geram desigualdades e indivíduos atomizados, passando a fazer parte do aparato ideológico, que nos impede de enxergar e compreender a realidade social e, com ela, a realidade psíquica.

Esta visão de homem dominante na psicologia é decorrente do fato de esta ciência trabalhar, em geral, com a representação de homem inserido na sociedade; tem pensado o homem a partir de sua aparência, retratando sua forma social, porém invertida: o ser determinado surge como autônomo, e essa autonomia passa a ser o lema de toda a psicologia e objetivo do trabalho psicológico.

* Docente do Departamento de Psicologia Social e Diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP; Mestre e doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP.

Deixamos, assim, de perceber que esta autonomia é mera aparência, é apenas a representação do homem.

Exemplos desse mecanismo de pensamento existem por toda a psicologia. Sem pretender fazer aqui um levantamento destes conteúdos, podemos citar dois momentos interessantes, já analisados por Charlot (1979).

Freud, ao postular que o desenvolvimento da sexualidade caminha para a sexualidade genital, não estava errado. Mas é preciso situá-lo na *história da construção do humano*, e aí veremos que a sexualidade genital foi valorizada socialmente, tornando-se critério de normalidade e, portanto, de direção para o desenvolvimento da sexualidade.

Nesse sentido, contrariamente ao que se afirma com facilidade um pouco excessiva, o comportamento sexual não é "natural", mas social. É uma forma socializada de resposta a uma pulsão biológica que é natural, mas que não recebe um conteúdo determinado senão sob uma forma social [...]. Os dados biológicos aos quais o homem é submetido não permitem, portanto, definir uma natureza humana, isto é, comportamentos ou características psicológicas especificamente humanos, portanto eternos, universais e independentes da realidade social. (Charlot, 1979:268-9)

Outro exemplo é o pensamento lógico formal como a última etapa do desenvolvimento cognitivo da criança, postulado por Piaget. Esse é o tipo de pensamento ou operação mental valorizado pela sociedade; retira-se daí, então, o critério de normalidade e a direção para o desenvolvimento cognitivo dos homens.

Mas é preciso ainda compreender que esse desenvolvimento, além de nada ter de inelutável, não tende "naturalmente" para a inteligência operatória formal [...]. Aí, onde a sociedade privilegia essa forma de inteligência [...] esta só aparece efetivamente no término do desenvolvimento descrito por Piaget [...]. Considerar essa forma de inteligência como estados de equilíbrio para os quais tende o desenvolvimento intelectual da criança não é trazer prejuízo para o rigor científico, pois efetivamente, em nossas sociedades, essa forma constitui norma de maturidade. Mas tratam-se, nesse caso, de normas sociais, que a psicologia da criança traduz, mas também reforça, dando-lhes um estatuto científico. (Charlot, 1979:228)

Uma nova psicologia

Uma nova psicologia precisa partir de uma nova concepção de homem e pretender-se uma crítica da representação, pois é pela crítica que se funda o conhecimento.

A crítica permite que se negue o que é negado na representação. É pensar pelo avesso. É pensar a construção do conhecimento como processo incessante. É sair das aparências, negando-as, para chegar ao concreto pensado.

E, como aqui se inicia o desafio que está no título do trabalho, optamos por apontar alguns aspectos, que, a nosso ver, devem caracterizar essa *Nova Psicologia*.

Não existe natureza humana

Existe uma *condição humana*: o homem tem necessidades, e por ser um ser inacabado, os comportamentos que satisfazem essas necessidades são *construídos*.

Suas necessidades são satisfeitas por condutas sociais. As exigências biológicas do homem são imediatamente socializadas. Assim, por exemplo, o comer e o comportamento sexual são formas socializadas de resposta a uma necessidade biológica.

O homem constrói as formas de satisfazer suas necessidades, e constrói essas formas através do trabalho coletivo na sociedade, isto é, junto com outros homens, através das relações humanas.

Assim, o homem é construído pelo próprio homem, diferentemente da idéia de desenvolvimento do *Homem* como atualização de caracteres absolutos da *natureza humana*.

É preciso compreender o homem como ser social.

O indivíduo como mediador da sociedade

Entendendo-se mediação como uma relação de identidade e oposição entre dois pólos, em que um expressa o outro, mas um não é o outro, e entendendo-se que nessa relação o todo se encarna em suas mediações particulares, a relação indivíduo/sociedade passa a ser vista como uma relação de mediação.

O homem coloca-se nos objetos que cria (mas não é os objetos). Os objetos expressam o que o homem é, e o indivíduo vai se constituindo pelo mundo de objetos – cultural – que cria e que o transforma.

O homem, ao manipular o meio para garantir sua sobrevivência, cria cultura material e intelectual. A essa manipulação intencional do meio para produzir sobrevivência chamamos trabalho.

No resultado do trabalho humano está o homem. Nos objetos do mundo humano estão cristalizadas as possibilidades humanas. O mundo objetivo contém a “alma” humana.

“Cada indivíduo aprende a ser um homem...” (Leontiev, 1978:267)

Cada geração começa sua vida num mundo de objetos e fenômenos criados pelas gerações anteriores. O homem se apropria dessa “humanidade” participando e atuando sobre esse mundo objetivo. Com essa apropriação, desenvolve as aptidões e os caracteres humanos. Esta apropriação se dá através da atividade, que reproduz os traços essenciais da atividade encarnada no objeto, e essa relação com o objeto é inserida num contexto de relações sociais e de comunicação (mediadas pela linguagem), que permite ao homem se apropriar de todo conjunto de significações construídas pela sociedade.

A relação homem/sociedade é, portanto, uma relação de mediação, onde o homem tem uma essência objetiva e a sociedade uma essência subjetiva. A sociedade está entranhada nos homens, e o homem é um ser social, isto é, sua humanidade se constrói na sociedade.

No capitalismo, o homem é agente do capital

O capitalismo, enquanto forma econômica básica de nossa sociedade, tem sua influência nos indivíduos. Ao estudarmos e compreendermos a categoria mercadoria, tal como foi analisada por Marx, em *O capital*, imediatamente podemos iniciar uma reflexão sobre as consequências da mercantilização de todos os objetos, sob o capital, no desenvolvimento de valores sociais. As determinações dos indivíduos virão das determinações próprias das mercadorias, em especial da mercadoria dinheiro. Em nossa sociedade, é forte e poderoso o indivíduo que possui mercadorias. Não ter é não ser, pois quando não temos, somos privados da possibilidade de nos objetivarmos.

No capitalismo, as relações de dominação e exploração estão ocultas por detrás de relações sociais entre produtores, enquanto portadores de mercadorias.

O indivíduo, sob o capital, é mediador, agente do capital. Tem suas vontades determinadas econômica e socialmente pelas vontades e necessidades do capital. Apesar de tudo levar a crer que o indivíduo é guiado por sua própria vontade e por suas necessidades, é possível perceber que ele é conduzido pela vontade do capital, quando se desvenda a lógica do capitalismo. Nossas necessidades estão subordinadas ao processo mercantil de gerar lucro, de acumular capital.

O indivíduo é, assim, agente de produção e de circulação das mercadorias, tornando-se nesse processo também uma mercadoria.

Somos personagens que encarnam as vontades do capital. Ele se objetiva no indivíduo, e o indivíduo se "dessubjetiva", pois é personificação do capital. O homem torna-se agente de forças externas. Há uma redução do indivíduo sob o capital. A consciência do indivíduo torna-se reificada, porque não enxerga a totalidade do real, ocultada pela mercadoria. A aparência de autonomia, liberdade e vontade própria, e mesmo de subjetividade, presentes na psicologia, são representações, que contribuem muito nesse processo de ocultamento.

É preciso compreender o indivíduo, nosso objeto de estudo na psicologia, sob o capital, isto é, sem o descolarmos da realidade social onde está inserido e onde se desenvolve.

Assim, consideramos que a psicologia tem, efetivamente, como objeto de estudo, o *indivíduo e seu mundo psíquico*, mundo que tem a forma, o conteúdo e todas as expressões construídas de maneira singular sob o capital.

Que homem é esse, o do capitalismo? Que homem é esse, na sua concretude histórica?

Alguns autores têm discutido o indivíduo sob o capital, considerando que esse momento do homem é a sua pré-história, a pré-história da individualidade, chegando a afirmar que a busca de uma *Nova Psicologia* marxista é um malogro, pois o indivíduo pertence ao futuro (claro que socialista!). Essa forma de abordar o tema, a meu ver, corre o risco de incorrer no mesmo erro que vimos apontando na crítica à psicologia: a pressuposição de uma natureza humana.

Ao analisar o homem sob o capital e compreender esse momento como a pré-história da individualidade, essas abordagens consideram que o indivíduo, sob o capital, se torna estranho a si mesmo, outro que não aquele que poderia ser ou virá a ser. Não é preciso definir uma essência humana para falar em pré-história da individualidade? Parece-nos que corremos o sério risco de estar construindo dentro do marxismo, e em nome dele, uma imagem do homem que é expressão da essência eterna autêntica da humanidade. Há um homem a ser presentificado, e o capitalismo o tem impedido: essa parece ser a idéia central dessas posições teóricas.

É indiscutível que precisamos definir o homem, a cultura e a sociedade que queremos promover, mas, para não cairmos na ideologia, é preciso assumir essas definições como socialmente determinadas, e não metafisicamente. "O conteúdo da idéia de homem e de cultura pode variar, e varia efetivamente com as opções políticas [...]. O homem não se define por considerações metafísicas sobre a natureza humana, mas por um projeto político de sociedade." (Charlot, 1979:266-7)

Acreditarmos, portanto, que o homem do capitalismo não é o que queremos, é diferente de abandonar esse homem como objeto de estudo. É preciso assumirmos uma psicologia crítica, crítica do homem sob o capital, desvendando a coisificação do sujeito.

A dialética, como lógica do objeto que se impõe e exige uma forma crítica de abordá-lo, deve ser nossa aliada nesse trajeto. É preciso conhecer o indivíduo tal como ele está se constituindo sob o capital, para que nosso conhecimento crítico sobre o indivíduo seja um conhecimento crítico sobre a sociedade que o constitui.

Esse conhecimento deve surgir do trabalho de desvelamento do objeto e não da comparação da forma como se constitui com a forma ideal que possamos ter em mente, pois esse homem ideal poderá ou não surgir, mas, com certeza, uma nova ordem econômica será a base de sua construção. O homem ideal deve ser uma referência utópica para a crítica da ordem econômica atual – crítica ao homem constituído no capitalismo, denotando a possibilidade de mudança –, mas não deverá ser tomado como a natureza humana não atualizada sob e por impedimento do capital.

Enfim, cabe à psicologia encontrar, pela dialética, uma teoria crítica sobre o homem no capitalismo, isto é, *compreender o homem a partir de suas determi-*

nações essenciais sob o capital, determinações ocultas pelas representações e pelo empírico, que têm sido tomados como a verdade sobre o homem.

Não há como negar que esta tarefa é *um desafio*! Mas desafios existem para serem enfrentados, ou melhor, só se constituem como desafios quando alguém se dispõe a enfrentá-los.

Referências bibliográficas

CHARLOT, B. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Horizonte Universitário, 1978.

Bibliografia

CARONE, I. De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. *Revista de Psicologia*, 2(1/2):111-20. São Paulo, USP, 1991.

CROCHIK, J. L. Notas sobre a relação ética-psicologia. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, ano 12, nº 2. Brasília, CFP, 1992.

LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE/CODO (org). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LANE, S. T. M. *Uma psicologia social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente*. São Paulo (mimeo).

MARX, K. *O capital*. Livro primeiro, volume I, capítulos I, II, III e IV. São Paulo, Difel, 1982.

Fenomenologia da metáfora

Franklin Goldgrub*

para Maria Fernanda
à sua *imperecível memória*

*... sobre el rostro del aljibe se mecía la gitana
un carámbano de luna la sostiene sobre el água.*

RESUMO. Uma das questões polêmicas da psicoterapia diz respeito a seu objeto. Subjetividade, motivação, comportamento, fantasia têm sido respostas dadas por diferentes linhas, e às vezes o desacordo ocorre no interior de uma mesma abordagem. O que dizer então do método – cuja dependência em relação à definição dada ao objetivo é notória?

Constata-se, por outro lado, que o psicoterapeuta trabalha basicamente com a palavra – como ouvinte e falante. Essa aferição aponta para uma diretriz que talvez permita perceber certo consenso mesmo em práticas marcadas por distâncias consideráveis.

Trata-se da questão do sentido, quase onipresente na prática psicoterápica – embora nem sempre de forma explícita. Se a asserção for plausível, impõe-se a pergunta sobre a produção da significação. A semântica afigura-se então como disciplina cujo estudo seria extremamente proveitoso para o psicoterapeuta. O presente trabalho considera que o sentido se produz no discurso graças à metáfora. Essa hipótese é examinada através de um exemplo extraído da mitologia grega, tomada como produção discursiva. Os mitos de Édipo e Teseu são abordados comparativamente para elucidar o sentido dos mitemas parricídio/filicídio através de sua “desmetaforização”.

Propõe-se assim um modelo metodológico aplicável à psicoterapia, com a finalidade de justificar a possibilidade de um tratamento rigoroso do discurso, mediante a identificação de seu campo semântico.

Palavras-chave: método, psicoterapia, epistemologia, linguagem, metáfora.

O debate sobre o método tem sido um dos mais inconclusivos da literatura psicoterápica. Ao contrário do que se poderia esperar, ele ocorre não apenas no âmbito da controvérsia que opõe as diferentes correntes – caso em que a esterilidade do diálogo seria explicada pela distância entre as respectivas posições –, mas se estende igualmente ao interior das mesmas. Um dos exemplos mais conhecidos desse tipo de desacordo pode ser encontrado na psicanálise: lacanianos e kleinianos reivindicam para suas respectivas práticas a exclusividade de uma atitude conseqüente em relação às diretrizes freudianas.

Uma tal falta de consenso indicaria por si só a profundidade do problema. Dir-se-ia que a dissensão quanto ao método prolonga e intensifica a fragmentação da psicologia em diversas abordagens teóricas. Essa constatação, por outro lado, será ou não incômoda, dependendo de como nos posicionemos. Ou seja, é possível, sem grandes padecimentos com fundamentação plausível, defender pontos de vista muito variados e freqüentemente díspares: não são poucas as alternativas existentes quando se conjectura sobre as raízes científicas filosóficas e inclusive artísticas, senão mesmo ético-religiosas (Jung) da psicologia, disciplina que adotou a pluralidade e o relativismo como marcas de identidade.

* Professor do Departamento de Psicodinâmica da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre em Filosofia pela PUC-SP.

Esse vasto campo de escolhas tanto pode tranquilizar como alarmar os interessados: no último caso, a multiplicidade de opções torna-se algo equivalente à volubilidade – a psicologia não seria então uma ciência muito séria... Seja como for, tais considerações não são de qualquer ajuda para dar conta do problema do método – se o método for considerado um problema, algo nem sempre muito óbvio. Entretanto, para preocupar-se com a questão não é preciso se filiar à clássica concepção positivista. Essa corrente epistemológica, como se sabe, autoriza a *démarche* indutiva caracterizada pelos passos seqüenciais da observação, levantamento de hipóteses e experimentação, de um lado, e os procedimentos lógicos já consagrados da dedução, de outro – não havendo, fora desses cânones, qualquer possibilidade de produzir conhecimento confiável (“*Voi che uscite lasciate ogni speranza*”).

Já se falou inúmeras vezes que o campo das ciências humanas questiona, pela sua simples existência, a abrangência (ou a universalidade) da epistemologia construída com base nos procedimentos indutivo e dedutivo de tão convincente aplicação nas ciências naturais. A recíproca, no caso, é igualmente verdadeira. O impasse, expresso na dúvida sobre a cientificidade das disciplinas cujo objeto é constituído pelo humano, permaneceu durante longo tempo. As profundas transformações provocadas pelas revoluções relativista e quântica, datadas do começo do século, abriram espaço para um amplo debate epistemológico, na esteira do qual a especificidade das ciências humanas começou a ser reconhecida. A repercussão das novas descobertas, entretanto, faz-se sentir com lentidão considerável: ainda é possível ouvir cobranças positivistas quase inalteradas em relação às formulações iniciais.

Se não é difícil criticar sua inspiração ultrapassada, faz-se necessário reconhecer, entretanto, uma exigência de rigor elogiável. A esse respeito, não será ocioso evocar um conto zen que talvez retrate bem a questão em pauta: podemos certamente nos divertir com a ingenuidade de quem prefere buscar no quintal iluminado pelo sol a agulha perdida em casa, “porque lá dentro está muito escuro”: mas é inegável que tampouco sabemos descrever o nosso próprio procedimento quando se trata de procurar a ajuda nas sombras.

Entretanto, um exame sumário do *modus operandi* de linhas terapêuticas separadas por consideráveis distâncias teóricas leva a pensar que, apesar de tudo, e para continuar usando a mesma analogia, possuímos uma vela. Trata-se do sentido. Tudo se passa como se o psicólogo “clínico” deparasse mais cedo ou mais tarde, em sua experiência, com o fato de que todo discurso destila um resíduo semântico capaz de envolver e transfigurar o significado imediato das palavras que o veiculam. Uma das críticas mais pertinentes dirigidas pelos fenomenológicos aos psicanalistas diz respeito ao fato de que os últimos enquadrariam esta significação “suplementar” num esquema teórico previamente elaborado. A julgar pela proeminência que atualmente o campo psicanalítico confere à interpretação transferencial, e levando em conta que as respectivas modalidades já se

encontram (mesmo se às vezes sutilmente) codificadas, torna-se difícil negar a pertinência desse *reproche*.

Não entraremos aqui no mérito da questão de saber se o próprio Freud preconizou ou não, muito pelo contrário, algo semelhante (ou seja, a “hipertrofia da interpretação transferencial”). Propomo-nos, sem fazer qualquer reivindicação de originalidade, tendo em vista tudo quanto já se escreveu e continua sendo escrito a esse respeito, argumentar a favor da hipótese de que o sentido “suplementar” acima referido, promotor da atitude hermenêutica inerente ao trabalho psicoterápico, expressa-se invariavelmente mediante manifestações metafóricas.

A prudência aconselha renunciar a qualquer tentativa mais ambiciosa de definir ou conceituar a metáfora. Em vez disso, trata-se de examinar, sem qualquer pretensão de esgotar a questão, dois aspectos que lhe são inerentes.

O escrutínio de qualquer exemplo extraído das numerosas expressões figuradas comumente empregadas mostraria que a metáfora se caracteriza pela concretude que imprime a uma idéia abstrata: quando revestida de função proverbial, revela também uma aspiração generalizante que tende a transformar a referida idéia em crença – inquestionável ou quase. Assim, o ditado metafórico “macaco velho não põe a mão em cumbuca” dirige ao mesmo tempo um elogio às virtudes da experiência e apresenta como incontestável a idéia de que a passagem do tempo nos vacina contra erros: por outro lado, faz com que essas abstrações se encarnem: “pessoa (ou ser) experiente” e “não comete erros” são substituídos por “macaco velho” e “não mete a mão em cumbuca”.

Segundo a hipótese que pretendemos desenvolver, no discurso comum, direto, não figurado, estariam presentes as mesmas características metafóricas, expressas similarmente mediante concretizações e, eventualmente, crenças. Entretanto, diferentemente das metáforas coloquiais, quer se trate das consagradas pelo uso ou daquelas recém-criadas, as discursivas não seriam identificáveis a “olho (ou ouvido) nu”; sua estrutura não cabe no espaço de um sintagma, exigindo a magnitude resultante de um encadeamento discursivo considerável. Daí merecerem uma denominação que as distinga das primeiras. Propomos diferenciá-las pela antinomia (metafórica...) transparência/opacidade.

As “sessões” de psicoterapia constituem um campo privilegiado para observar e submeter a teste a hipótese acima, vista que nelas a fala não se configura como diálogo, adquirindo quase sempre a forma do relato. Um exemplo conhecido dos leitores de Freud permitirá o desenvolvimento desta questão em nível prático e teórico.

Em “O sentido dos sintomas”, segundo capítulo da Teoria Geral das Neuroses (*Conferências introdutórias à psicanálise*, 1916/17), e apresentado e comentado o exemplo de uma mulher separada há pouco de seu marido, de quem contudo não conseguia se divorciar, e que, de tempos em tempos, derramava tinta vermelha no centro de uma toalha estendida sobre uma mesa do quarto, chamando em seguida a empregada, a pretexto de encarregá-la de alguma ta-

refa. A própria paciente revela a Freud, numa sessão posterior, ter descoberto a relação entre esse comportamento bizarro e um episódio de sua noite de núpcias: o marido, incapaz de ereção, preocupava-se com a alvura acusadora dos lençóis, e os manchava de maneira a simular o efeito de uma defloração. Isso fora feito, porém de forma desastrada, próximo à extremidade da cama e não no local adequado.

Freud comenta que a recordação da paciente diz respeito à causa do sintoma, mas não a seu *sentido*. Este, tal como interpretado a partir do material da mesma sessão, apontava para uma identificação da paciente com o marido: sentia-se tão impotente como ele, só que, em seu caso, a impotência se expressava pela impossibilidade de contrair novo casamento. Ela considerava, igualmente, que disfarçava muito mal esse estado de coisas. A ação de manchar a toalha de mesa de vermelho poderia ser entendida como uma metáfora para o seu desejo de provar que nada houvera de errado com seu casamento. Tomar a similaridade entre ambos os gestos (manchar o lençol, manchar a toalha), bem como a anterioridade do primeiro sobre o segundo enquanto explicação, seria adotar um procedimento semiótico. De fato, o esquema causa/consequência eclipsa o nível semântico-discursivo onde a metáfora se manifesta, e o resultado dessa estratégia leva a confundir a linguagem com a lógica da causalidade própria dos fenômenos naturais. Para perceber onde essa transposição indevida nos levaria, concluiríamos que assim como se constata que a água sempre ferve à temperatura de 100° e assim como se diz que onde há fumaça, há fogo, manchar o lençol de vermelho no canto da cama seria igualmente um sinal inequívoco de impotência mal disfarçada.

Entretanto, parece evidente que a metáfora em pauta “funciona” conforme o relatado apenas num determinado discurso (o da paciente em questão), e mesmo assim, enquanto o respectivo efeito não for desvelado ou enquanto outros sentidos não convergirem para o mesmo significante.

Efetivamente, essa é a posição assumida por Freud em relação à função do sintoma. O “para que” seria mais importante do que o “de onde”. Nos antípodas da hipótese causalista, ele considera que o episódio da noite de núpcias (manchar os lençóis) é tão arbitrário em relação ao sentido do sintoma (manchar a toalha) como o uso dos fonemas ME-SA para designar o respectivo objeto em português. Em outras palavras, a paciente poderia “desculpar” o marido e corrigir a experiência em questão através de qualquer outro comportamento e perante outra testemunha. Pode-se dizer que, se o referido acontecimento não houvesse ocorrido, o desejo de renegar os motivos do divórcio far-se-ia metaforizar de alguma outra forma. Por outro lado, é necessário admitir que tanto para o falante nativo – mergulhado em sua língua materna – como para a paciente – imersa em sua história pessoal – a palavra “mesa” e a tinta derramada na toalha parecem indissociáveis do objeto em questão e da noite de núpcias, respectivamente.

Por privilegiada que seja, a situação psicoterápica não é a única a manifestar a condição metafórica do discurso. Qualquer produção discursiva estaria apta para uma demonstração semelhante. Escolheremos nosso segundo e último exemplo no âmbito de um material igualmente conhecido: a mitologia grega.

O mito de Édipo já foi abordado a partir de vários ângulos; historiadores e helenistas como Vernant, especialistas em mitologia como Junio Brandão e Robert Graves, antropólogos como Lévi-Strauss, todos fizeram análises e comentários profundos e instigantes em relação àquele que talvez seja o mais conhecido dos relatos pertencentes ao imaginário coletivo.

A interpretação proposta a seguir constitui uma nova tentativa de testar a hipótese da estruturação metafórica do discurso, e deixará de lado, em princípio, a suposição de que o mito deva sua existência a causas extrínsecas. Nesse sentido, nossa posição é afim à de Lévi-Strauss, embora os resultados obtidos sejam consideravelmente diferentes.

Essa divergência talvez se explique como consequência do próprio material selecionado, já que o método é o mesmo – embora uma nova diferença deva ser reconhecida com referência à própria teoria do método. Seguindo uma preconização do próprio autor de *As estruturas elementares do parentesco*, consideramos que os elementos semânticos do mito se deixam captar com mais facilidade na medida em que suas diversas formas são postas em contato. Esse postulado implica a suposição de que o mito é um ser plural; os mitos, como seria melhor designá-los, comportar-se-iam à maneira das variações musicais sobre um tema comum.

Seguindo essa orientação, é possível conjecturar que a similaridade temática, aliada à repetição de certos motivos, tornaria plausível a articulação pretendida. Entre várias escolhas possíveis, pareceu-nos heurística a comparação entre duas narrativas cuja relação parece dar-se através de uma oposição simétrica.

Assim, para a finalidade proposta, o cotejamento dos mitos de Édipo e Teu-seu promete ser elucidativo. De fato, trata-se de dois heróis cuja saga é rica em contrastes. A um Laio filicida contrapõe-se o amoroso Egeu que se atira do penhasco onde aguardava ansioso o retorno do filho. O rei ateniense, aliás, salva seu sucessor em duas ocasiões: por ocasião do nascimento – escondendo-o dos tios em Trezem – e quando, no banquete em que Medéia lhe serve vinho envenenado, atira para longe a taça fatídica por ter reconhecido na cintura do herói sua própria espada¹ – cena que Hollywood fará clássica e incluirá sempre que possível em seus épicos... O vinho está igualmente presente nos dois relatos; os soberanos de Tebas e Atenas concebem seus descendentes sob os eflú-

1 Pelópia, filha de Tiestes, descobre a identidade de seu violador também através da espada.

vios de Baco, similaridade sob a qual suspeitar-se-á da presença de um significado comum.²

As respectivas mães, por sua vez, são encarregadas de papéis muito diferentes. Jocasta embebeda seu marido para conceber, enquanto Etra, que estava comprometida com Belerofonte, é conduzida ao leito de Egeu por seu pai e sob a influência dos filtros de amor preparados por Medéia: ou seja, neste caso, a figura feminina (com quem o rei não está casado) é que é compelida à maternidade. A bebedeira de Egeu destina-se a explicar não sua aquiescência involuntária com a fecundação de Etra, que ele desejava, mas o sono profundo que o acomete quando a filha de Piteu deixa o leito para unir-se na mesma noite a Poseidon. Assim, Teseu terá um padrinho divino, à semelhança de Hércules e diferentemente de Édipo. Pode-se até dizer que ele tem o apoio de dois reis – Piteu e Egeu – e de um deus – Poseidon – enquanto Édipo tem contra si Laio, Creonte e o Oráculo de Apolo.

Não é indiferente, tampouco, que a paternidade divina de Teseu seja conferida a Poseidon, o belicoso senhor dos mares, mais tarde vencido por Palas Atena na disputa pelo lugar de divindade padroeira da cidade de Atenas. A importância do comércio marítimo, primeiramente associada à pirataria e depois à manutenção de uma força naval, poderia estar sendo aludida na menção aos deuses acima citados.

Os dois heróis correm perigo de vida nas cidades cujos tronos deverão ocupar. Édipo nasce em Tebas e precisa escapar da morte para recuperar sua condição de príncipe herdeiro em Corinto. Teseu vem ao mundo já protegido pelo exílio, e cresce na mesma cidade em que foi dado à luz, cuidado por uma mãe obediente aos preceitos de Egeu – manter sigilo quanto à sua origem. Diferentes também são as motivações das respectivas façanhas; as de Édipo estão ligadas à salvação da própria vida, ameaçada desde o início por seu progenitor, depois pelos guardas de Laio e finalmente pela Esfinge; quanto a Teseu, seu confronto com o Minotauro é voluntário; ele é quem se oferece para compor a quota de jovens atenienses destinados ao sacrifício. A tarefa de Teseu pode ser descrita mais apropriadamente como a de um jovem príncipe incumbido da tarefa de mostrar-se digno do reino que lhe está reservado. Assim, inaugura apropriadamente o ciclo de seus feitos erguendo a pesada rocha sob a qual Egeu depositara a espada e a sandália; tendo passado por essa prova, ganha o direito à informação acerca de sua verdadeira origem – situação exatamente oposta a de Édipo, que é, por assim dizer, "enganado" pela informação verídica do oráculo – e se dirige a Atenas enfrentando os perigos de uma viagem por terra quando teria podido escolher a via marítima, mais segura – decisão que contraria os conselhos da mãe e do avô.

2 Talvez a de que os regimes (formações sociais, sistemas econômicos) fabricam sua destruição sem o perceberem (ou seja, "inconscientemente"...?). Metáfora que milênios depois ganhará um sotaque marxista: "Os homens fazem sua história, mas não sabem que a fazem..."

Édipo é filho legítimo, tanto de Laio e Jocasta como de seus pais adotivos, Pólibo e Peribea; e essa dupla legitimidade é o mecanismo pelo qual a profecia oracular se concretiza. Em oposição, Egeu concebeu Teseu com uma mulher prometida a outro homem, sem casar-se com ela. O retorno de Édipo a Tebas significaria a morte de seu pai, conforme a predição do oráculo, enquanto Egeu espera ansiosamente pelo seu sucessor para enfrentar Palante e os outros aspirantes ao trono de Atenas³. Édipo retorna a Tebas por um único caminho possível – no qual se defrontará com a Esfinge e com Laio –, ao passo que Teseu escolhe o próprio itinerário. Em sua trajetória, vence bandoleiros, “ajustando o castigo do delito”. Dois dos malfetores praticam crueldades muito peculiares: Sinis, que “tinha força suficiente para inclinar as pontas dos pinheiros até o chão”, dilacerava suas vítimas amarrando-as aos galhos superiores de duas árvores curvadas que eram soltas a seguir; seu pai, Polipemon, apelidado Procusto, tinha um leito em que os prisioneiros eram esticados ou mutilados se sua altura não alcançasse ou excedesse o tamanho da cama.⁴

Tais contrastes têm uma única contrapartida, que, em compensação, parece extremamente significativa; em sua principal façanha, Édipo e Teseu enfrentam e vencem monstros cuja característica comum e principal é a de devorarem jovens.

Antes de prosseguir comparando os mitos tebano e ateniense, faz-se necessário interrogar uma personagem aparentemente secundária, que chama a atenção por sua participação em situações semelhantes às vivenciadas pelos heróis. Medéia, esposa de Jasão, é vencedora de um monstro (o dragão que guardava o velocino de ouro), mata um rei (Pelias) para que o trono (de Yolco) seja devolvido a seu sobrinho (Jasão), imola os próprios filhos num ato de vingança (contra o mesmo Jasão, agora infiel), promove o nascimento de Teseu e tempos depois tenta em vão envenená-lo para que seu próprio filho com Egeu herde o reino de Atenas.

Portanto, a filha do rei da Cólquide está longe de ser uma mera coadjuvante. Os episódios dos quais participa envolvem quer a morte do poder antigo (ou um estratagema bem-sucedido destinado a burlar a sua força, como quando adormece o dragão), quer a morte do novo (ou um estratagema fracassado, como no caso de Teseu). Convém, portanto, consultar a biografia da célebre en-

3 Egeu também consultou o oráculo, e, ao contrário de Laio, obteve uma resposta indecifrável: “O oráculo (de Delfos) advertiu-o que não deveria abrir a boca de seu odre pleno de vinho até que chegasse ao posto mais alto de Atenas, se não queria morrer de pena um dia, resposta que Egeu não pôde interpretar” (Graves, 403). O contraste com a clareza da advertência endereçada a Laio não poderia ser maior. Se “abrir a boca do odre pleno de vinho” significa comemorar, então o oráculo parece dizer que Egeu deve aceitar a possibilidade da morte de Teseu, tarefa que excede as forças do rei de Atenas.

4 Os malfetores em questão parecem simbolizar os males complementares da falta de unidade política (desgarramento, dilaceração, representados por Sinis) ou do centralismo que se apresenta como modelar e apaga artificialmente as diferenças (Procusto). Em oposição a esses extremos, Teseu representaria o conceito de federalismo. Que Sinis seja filho de Procusto talvez corresponda ao enunciado: a atomização (“feudalismo”) decorre do despotismo (centralismo autoritário).

venenadora, cuja *entr  e* no palco mitológico se dá como a responsável pelo adormecimento do dragão – sentinela que guarda o velocino de ouro, objetivo supremo da célebre expedi  o de Jasão. De fato, ela se apaixonara pelo capitão do *Argos*, e ajuda o intrépido navegador a vencer o seu próprio pai, soberano da Cólquide. Em troca, ele lhe promete fidelidade perene⁵. Anos depois, quando já governavam Corinto, Jasão se apaixonou por Glauce, filha de Creonte, rei de Tebas (e tio materno de Édipo). Segue-se o episódio imortalizado por Eurípides: o assassinato dos próprios filhos pela mulher abandonada.

Entretanto,    preciso lembrar também que Medéia    quem devolve a razão a Hércules, vítima de um desvario que o levava a aniquilar a própria prole. Aliás, a filha de Eetes parece ser a própria encarna  o da ambigüidade; toma o partido do “novo” contra o “antigo” (reavendo o reino de que Pelias despossu  ra seu sobrinho Jasão, contribuindo para o nascimento de Teseu, curando Hércules da loucura filicida) e na seq  ncia empreende o movimento inverso (mata seus filhos, tenta envenenar Teseu). A maneira como recupera o trono de Yolco    exemplar: faz com que o usurpador Pelias seja esquartejado pelas próprias filhas, *a pretexto de devolver-lhe a juventude*⁶. Trata-se, portanto, de uma personagem totalmente ligada ao nascimento, preserva  o e morte de descendentes,⁷ no   mbito de peripécias invariavelmente relacionadas    disputa do poder monárquico.

Medéia desempenha em rela  o a Jasão um papel muito semelhante ao de Ariadne no mito de Teseu, inclusive no que se refere ao abandono por parte do her  i⁸. A epopéia da recupera  o do velocino de ouro encerra, em sua origem, outros assassinatos e tentativas de assassinato da descendência. Não será ocioso, portanto, fazer uma nova digressão, desta vez para retracar a hist  -

5 O que bem poderia significar uma espécie de conservadorismo, isto   , pereniza  o de um dado regime.

6 Eis a descri  o que Graves nos dá da morte de Pelias: “Interrompido seu sono, Pelias perguntou aterrorizado o que desejava dele a deusa. Medéia respondeu que Artemis dispunha-se a agradecer sua piedade rejuvenescendo-o, permitindo-lhe assim engendrar herdeiros em lugar de seu mau filho Acasto, que morrera há pouco num naufrágio na costa da L  bia. Pelias duvidou dessa promessa, até que Medéia, desfazendo o dist  rce de anciã, transformou-se outra vez em jovem diante de seus próprios olhos (...). Pelias observou em seguida como ela esquartejava um velho carneiro de olhos cansados em treze pedaços e o cozinhava numa caldeira. Cantando salmos col  quidos que ele tomou erradamente por hiperb  reos, e invocando solenemente a Artemis para que a ajudasse, Medéia simulou que rejuvenescia o carneiro morto, pois um cordeiro vigoroso estava oculto, junto com outros utensílios mágicos, dentro da imagem oca da deusa. Pelias, completamente enganado, consentiu em deitar-se num leito, no qual Medéia não demorou em adormec  -lo mediante encantamentos. Logo ordenou a suas filhas Alceste, Evadne e Anfinome que o despeda  assem exatamente como elas a haviam visto fazer com o carneiro, e fervessem os pedaços na mesma caldeira” (Graves, 317).

7    difícil não interpretar Medéia através da metáfora: uma vez desencadeado um processo de mudança,    impossível det  -la.

8 Metáfora da desvaloriza  o do feminino na passagem da sociedade agropastoril para a mercantil? Mas, nesse caso, por que o feminino? Hipótese: o feminino constitui uma boa metáfora para o oprimido (o povo). Assim, a nova ordem mercantil combateria o poder da aristocracia agrária, angariando o apoio da “classe trabalhadora”. Uma vez obtido o triunfo, restabelecer-se-iam as rela  es hierárquicas momentaneamente apagadas durante o período revolucionário.

ria desse cobiçado troféu que reúne no convés do *Argos* a nata dos guerreiros, navegadores e advindos da Hélade.

Atamante, rei da Beócia, apresta-se a sacrificar seu filho legítimo Frixo,⁹ que é salvo *in extremis* por Herácles e/ou Zeus – em similaridade surpreendente com um episódio do Velho Testamento. O príncipe escapa em um carneiro alado que o transporta com sua irmã até a Cólquide;¹⁰ a lã dourada do animal, ciosamente preservada pelos monarcas desse longínquo reino, será objeto da futura epopéia dos argonautas.¹¹

É o próprio Hércules que protege o rei Atamante de seus súditos, informados afinal sobre os verdadeiros motivos do malogrado sacrifício: um esquema de Ino, amante do soberano, que desejava ver sua própria descendência no trono, intriga à qual se somara a falsa acusação de violação proferida por Biádice, tia de Frixo, que se apaixonara pelo príncipe sem ser correspondida.

Na seqüência, Atamante, enlouquecido por Hera, mata Learco, fruto de sua união com Ino. Esta salva-se graças a proteção de Zeus, que a recompensa dessa maneira por ter preservado, em outra peripécia “vaudevillesca”, seu bastardo Dionísio da fúria de Hera¹². Note-se a repetição: dois adultérios (cometidos por Zeus e Atamante) resultando em nascimento de filhos ilegítimos cuja vida é ameaçada pelas esposas ultrajadas¹³. Não se deve esquecer que neste episódio, como em vários outros (o nascimento de Hércules, por exemplo), o casal soberano do Olimpo patrocina personagens opostos. Mais ainda: que Zeus, protetor da amante (Ino), é quem salva simultaneamente o filho legítimo (Frixo) e o rei adúltero (Atamante).

Nesta altura convém fazer uma pausa para apresentar as primeiras hipóteses interpretativas. O seu eixo reitor pode receber o seguinte enunciado: filicídio e parricídio seriam metáforas designativas da oposição entre o poder de caráter

9 Frixo também protagoniza um episódio referenciado pelo ificesto: “Frixo era um belo jovem por quem sua tia Biádice, esposa de Creteu, havia-se apaixonado; quando ele rejeitou seus pedidos, ela acusou-o de tê-la violentado” (Graves, 279). Por outro lado, Ino, amante do rei, convencera as mulheres da Beócia a torrar as sementes de trigo para malograr a colheita. Prevendo que o oráculo de Delfos seria consultado a esse respeito, subornou os mensageiros para que transmitissem a exigência do sacrifício de Frixo como medida destinada a devolver a fertilidade aos campos da Beócia. Essa dupla motivação para a execução do príncipe pode constituir uma metáfora.

10 Mas no fim do trajeto Hele cai no estreito que desde então passa a lembrá-la (Helesponto).

11 O velocino seria então o símbolo da legitimidade da sucessão dinástica enquanto representação da mudança, na medida em que “salva a descendência”? Parece mais provável, visto o apoio que Hera concede a Néfele, esposa legítima de Atamante, enquanto Ino, sua amante, é protegida por Zeus, que o elemento “transformação” esteja representado pelo filho bastardo, tal como acontecerá com Teseu. Ou ainda, e esta talvez seja a melhor hipótese: a sucessão “normal” (rei sucedido pelo filho legítimo) significaria “transformação lenta”; a entronização do filho ilegítimo corresponderia à “transformação rápida”.

12 Vale lembrar que durante algum tempo Dionísio enlouquece as mulheres, inspirando orgias; ele seria o responsável pela morte de Penteu, esquartejado por sua mãe, Agave.

13 (Filhos com amante: metáfora da desvalorização do feminino e/ou da conquista, processo de unificação, poder central? Teseu era um grande amante, um grande “conquistador”.) Ver nota 11.

conservador e a tendência a substituí-lo por um regime associado a profundas transformações. Como os agentes e vítimas são invariavelmente monarcas e príncipes, ou seja, autoridades cujas decisões são determinantes em relação à sociedade, postularemos que tanto a imobilidade conservadora como a mudança rápida se referem ao campo sócio-econômico. Desse eixo semântico decorre que o contraste entre Édipo e Teseu é interpretável como representativo da diferença entre duas concepções opostas, uma das quais manifesta uma visão trágica sobre as das transformações aludidas, enquanto a outra defende a idéia de seus benefícios. Mais do que contestar o desejo da mudança, o mito de Édipo parece impugnar qualquer possibilidade de solução para o conflito: se sob o poder de Laio a esfinge devora a juventude, no reino de Édipo a peste assola a cidade. Mais ainda: na geração seguinte o impasse prosseguirá, representado pelo duelo mortal entre Eteócles e Polínices. Em compensação, na Atenas portuária, Egeu favorece abertamente a sucessão e chega a suicidar-se diante da ameaça de sua impossibilidade.

Essa linha hermenêutica é apoiada por outro contraste chamativo entre os mitos em pauta. No de Teseu, Egeu e a velha Hecale, ¹⁴ que, hospedou o herói, morrem esperando seu regresso. Na saga tebana, tanto o pastor que poupara a vida de Édipo como o adivinho Tirésias sobrevivem para atestar acusatoriamente a identidade do príncipe desterrado. Leitura possível: no mito de Teseu o "antigo" cede voluntariamente espaço ao "novo", enquanto em Édipo o passado insiste em permanecer. Quando não obstante parece, deixa em seu lugar a peste. A coroação do herói após as vitórias sobre Laio e a Esfinge promove em Tebas um bem-estar transitório que apenas antecede o castigo. No mito de Édipo, portanto, a transformação é associada ao estigma dos crimes mais terríveis. Mas a mesma ênfase dramática caracteriza o argumento mítico contra o conservadorismo, pois o filicídio como a destruição da juventude por monstros (eventos provavelmente vinculados à sedução incestuosa praticada por pais, mães, tias e madrastas, cujo desenlace é freqüentemente fatal para os destinatários...) mostram que a crítica dirigida às tentativas de sobrevivência do arcaico às expensas do emergente é igualmente contundente.

Seguindo essa linha interpretativa deparamos com o elo semântico que permite estabelecer a ligação entre o parricídio involuntário e as vitórias sobre monstros – feitos que acontecem, aliás, em chamativa contigüidade. A característica comum à esfinge e ao Minotauro é a de exterminarem jovens. Assim, o sacrifício da nova geração parece metaforizar à perfeição o caráter conservador

14 "Quando se aproximava de Maratona, Teseu tinha sido recebido hospitaleiramente por uma solteirona velha e pobre chama Hecale, ou Hecale, que prometeu um carneiro a Zeus se ele retornasse ileso. Mas ela morreu antes de seu regresso, e ele instituiu nos ritos hecalesios para honrá-la e a Zeus Hecálio, ritos que ainda se realizam. Como Teseu não era mais do que um menino nessa ocasião, Hecale o havia agradado com caretas infantis, e em consequência é conhecida preferencialmente pelo diminutivo Hecalene, em vez de Hecale" (Plutarco, loc. cit.; Calímaco, *Fragmento 40*, ed. Bentley; Ovídio, *Remédios de amor*, 747 (Graves, tomo 1, p. 40)).

do regime encarnado pelo rei/pai destinado à morte. Por outro lado, a única similaridade entre Laio e Egeu, a de conceberem embriagados, parece simbolizar a falta de consciência quanto ao fato de estarem engendrando o próprio fim.¹⁵

A esfinge e o Minotauro são derrotados pela inteligência e pela engenhosidade, qualidades próximas e opostas à força, que, com efeito, é muito mais típica das façanhas devidas aos heróis arcaicos Belorofonte e Perseu¹⁶. A vitória dos sucessores em relação à ordem estabelecida é também a vitória do intelecto sobre os músculos. Se nos permitirmos considerar também esse aspecto como metafórico, é provável que ele se refira à substituição da guerra (de botim ou de conquista) como atividade econômica regular, associada à pecuária e agricultura, pelo artesanato e a manufatura, geradores de um tipo de riqueza decorrente tanto da habilidade técnica (produção em escala, construção de fro-
tas, utilização da energia eólica) como da astúcia comercial (negociar vantajosamente¹⁷). Nesse caso, cabe conjecturar que as transformações sócio-econômicas acima aludidas se refiram à substituição do modo de produção agropastoril pelo manufatureiro/mercantil.

Aqui o "real" irrompe no processo interpretativo através da história da Antiguidade tal como a conhecemos. Entretanto, isso não significa que a análise de mitos precise de tal apoio. O procedimento da leitura metafórica pode reivindicar sua autonomia em relação a esses dados, dos quais sabe prescindir e que costumam ofuscar e despistar o intérprete¹⁸. Se a propósito da mitologia grega essa referência à história se impõe é porque os próprios relatos mencionam o

15 Qualquer semelhança com a célebre fórmula marxista (todo regime cria as contradições que irão destruí-lo) está longe de ser mera coincidência...

16 Belorofonte celebrou-se por vencer a Quimera, e Perseu decapita Medusa, além de salvar Andrômeda de um monstro marinho. Seriam representações de vitórias militares (a Quimera é uma cabra monstruosa = vitória obtida sobre povos pastoris?; monstro marinho = vitória sobre piratas costeiros? Mas e a Medusa?). Por outro lado, também Hércules, e talvez por excelência, encarna a coragem e a força. Isso coloca um problema a ser examinado. Voltando a Belorofonte e Perseu: em seus mitos não há menção a incesto ou parricídios. Hipótese: são heróis conquistadores, não chegam ao trono; devem representar a conquista da Ática e do Peloponeso pelas hordas helênicas. Com relação a esse ponto (ausência de poder real), há semelhança com Hércules, que não reina e comete seus doze trabalhos a favor do rei Euristeu; Hércules não é um herói conquistador. Seu mito constituiria a demonstração da desejabilidade de um governo não monárquico, por se mostrar mais capaz do que Euristeu? De qualquer forma, o fato de ter perdido o trono a Euristeu, por nascer com alguns minutos de atraso, graças a um estratagema de Hera, poderia representar uma forma de ridicularizar a sucessão monárquica. Seguindo a mesma linha interpretativa, o confronto Euristeu/Hércules metaforizaria a dificuldade da passagem da monarquia a outras formas de governo. Se Hércules representar a força do novo "modo de produção", então esta é colocada a serviço do velho regime dinástico que se recusa, na figura de Euristeu, a reconhecer os méritos do novo. Recordemos que Hércules e Teseu eram primos e combateram juntos os centauros; e ainda que Hércules salvou Teseu do Hades, onde imprudentemente incursionara com Pirto para raptar Perséfone.

17 "Féax, o antepassado dos feácios, entre os quais se encontrava Odisseus (Ulisses), viajou como piloto, na proa da nave de trinta remos na qual navegavam, porque nenhum ateniense conhecia ainda a arte da navegação..." (Graves, 421).

18 É o caso do próprio Graves. Suas análises, cuidadosamente separadas do corpo do mito relatado, se baseiam quase sempre em fatos históricos, costumes, conhecimentos sobre rituais e práticas religiosas de populações da bacia do mediterrâneo, informações sobre espécies cultivadas e outros referentes semelhantes.

palco dos acontecimentos e lhe fazem apelo. De fato, uma das características mais impressionantes das narrativas em questão é sua precisa localização espacial, o que confere uma curiosa sensação de realidade aos feitos e seres mais bizarros. Tebas, Esparta, Atenas, Messênias, Micenos, Creta, Corinto, Trézén, Argos, Yolco, Ítaca, a Beócia, a Cólquide, o mar Egeu, o istmo de Corinto, o monte Olimpo na Tessália, o Helesponto, todas essas palavras designam lugares, comunidades, acidentes geográficos que efetivamente conferem concretude ao cenário das aventuras. Muitas vezes o próprio mito se incumba de explicar a onomástica de regiões e cidades. Os trabalhos arqueológicos que resultaram na exumação de Tróia (ou das Tróias) decorreram da confiança que seus empreendedores depositaram na cartografia homérica... e ela não lhes falhou. A menção dos deuses como patrocinadores de personagens que por sua vez fundaram cidades e as dedicaram às divindades protetoras mostra até que ponto os mitos gregos estão próximos da história, com a qual em certo momento chegam a se confundir. Talvez o relato épico da guerra de Tróia, com sua surpreendente mistura de realismo e fabulação, represente o exato ponto de intersecção entre o terreno fictício e o registro cronológico, momento em que a mitologia termina e a história começa.

Levando isso em consideração, uma leitura metafórica da mitologia grega não pode desprezar as alusões que ela faz à dimensão sócio-econômica dos reinos e cidades-estado, com suas eventuais correspondências históricas. Entretanto, tais dados receberão o mesmo tratamento que os componentes do discurso mítico, isto é, não serão objeto de qualquer privilégio em virtude de seu caráter "real". Assim, por exemplo, sabe-se que a civilização minóica foi destruída, e muito provavelmente pelos povos da Hélade continental, mas não interessa à interpretação se a expedição vitoriosa de Teseu a Creta representa esse fato histórico, que teria acarretado a emancipação ateniense da suserania imposta pelo poder de Minos. A interpretação restringe-se à afirmação segundo a qual as façanhas do filho de Egeu e Etra metaforizam um processo da transformação (no modo de produção) coroado de êxito, associado à recuperação da soberania e à instauração de uma nova forma de poder.

Essa mistura de acontecimentos históricos e heróis lendários autoriza a suposição de que assim como o elemento parricídio/filicídio poderia construir a metáfora do par estagnação/desenvolvimento no que se refere às alternativas presentes para uma determinada comunidade, caberia ver no rapto ou sedução de herdeiras reais o *leitmotiv* do conflito "internacional", motivado pelo expansionismo que tende a impor alianças contraídas em posição de hegemonia. Nesse caso, a beleza de Helena metaforizaria a atração exercida pelo Peloponeso face ao novo poder que Atenas e Tróia (e, antes delas, a dinastia minóica de Creta) parecem simbolizar. De maneira geral, a imagem de grande sedutor associada a Teseu apresenta-se como inseparável do seu papel de unificador da Ática sob a égide de Atenas: dessa forma, "muitas mulheres" sugere a tradução "muitos reinos".

Por enquanto não reivindicaremos para essas interpretações senão uma plausibilidade: a de manter vigente a hipótese do caráter metafórico do discurso. Os desdobramentos da questão, no que se refere à aplicabilidade desse "heurisma"¹⁹ em relação ao debate sobre a natureza do método em psicoterapia, são evidentes. De fato, se houver acordo quanto ao fato de que a prática psicoterapêutica consiste no desvelamento do sentido presente no discurso, impõe-se em decorrência a elucidação do processo pelo qual o mesmo é produzido. Conseqüentemente, o estudo da linguagem e de suas propriedades semânticas afigura-se como uma tarefa imprescindível para o psicólogo.

Nesse caso, caberia perguntar se o olhar fenomenológico, quando dirigido ao discurso, não se definiria justamente pela suscetibilidade aos efeitos devidos à metáfora opaca. O respectivo *modus operandi* não pede, senão desta vez, que o parêntese husserliano incida sobre o discurso mediante uma suspensão do valor referencial (ou lexical) da fala. Não se trata de um pedido exorbitante; invoca-se apenas o direito de estender ao discurso enquanto tal à já conhecida e inegável possibilidade de sermos concitados ao sentido das metáforas transparentes por um ato de compreensão que faz tábula rasa do significado imediato das palavras. Dir-se-ia então que é nossa própria condição de seres da linguagem o que de alguma forma explica – à maneira de um oráculo – essa misteriosa propriedade hermenêutica que nos habita.

19 Às vezes não há como escapar do neologismo. No caso, cunhado por referência à heurística.

Os sistemas mnemônicos do século XVI: antecipações da subjetividade moderna?¹

Sidnei José Cazeto*

RESUMO. A proliferação de sistemas mnemônicos no século XVI suscita, de imediato, uma questão sobre os seus usos, principalmente pelo fato de sabermos que não se ofereciam, propriamente, como tônicos de auxílio para memórias fracas. Mas então qual a razão do interesse que despertavam? Para que serviam?

O artigo apresenta e compara dois sistemas mnemônicos construídos no século XVI: o Teatro da Memória, de Giulio Camillo e o Palácio da Memória, de Mateo Ricci. Discutindo as suas finalidades e as técnicas empregadas em cada um, ele procura mostrar a concepção de *mens* que parece se depreender deles, e em que medida rendem tributo ao passado (antigo e medieval) e/ou anunciam o futuro (moderno). Haveria germes da subjetividade moderna, a ainda um século de seu nascimento, já detectáveis nessas arquiteturas da memória? De qualquer modo, elas parecem ter contribuído para o surgimento de um novo desenho do espírito humano.

Palavras-chave: sistemas mnemônicos, subjetividade moderna, psicologia histórica, memória, renascimento.

Introdução

Há um contraste espetacular, mostra-nos Figueiredo (1992), entre o universo concebido por Giordano Bruno (1548-1600) e a técnica mnemônica inventada por ele: seu universo é sem centro, sem limites, infinito; já sua técnica da memória liga-se a imagens agrupadas de modo circular, em círculos concêntricos, que orbitam em torno de um eixo fixo, cujos raios ficam ao alcance de um golpe do olhar. Ora, como compreender isso que parece uma contradição de princípios na obra de Bruno – de um lado, uma concepção moderna de universo, e, de outro, uma organização da memória que lembra o mundo aristotélico-tomista? Por que, tendo tido a coragem de defender idéias incomodamente inovadoras na astronomia (que inclusive o conduziram à fogueira), teria preferido o modelo da cosmologia medieval para criar a sua mnemotécnica?

As transformações do Renascimento estavam então no seu apogeu, de modo que, com o desenvolvimento da navegação, o contato mais freqüente com outros e estranhos povos, o crescimento das cidades ligadas ao comércio internacional, o homem europeu via-se, muito mais freqüentemente que antes, diante de uma multiplicidade de línguas, hábitos, costumes e culturas que não se deixava organizar pelas velhas categorias sociais disponíveis. Em consequência, conviviam-se com diferenças que remetiam ao território do não classificado, ambíguo, fronteiro. Figueiredo (ibidem) atenta para vários textos da época em que

¹ Versão modificada do capítulo "Arquiteturas da memória" da dissertação de mestrado, *Da posseção divina à segunda natureza do homem* – uma contribuição à genealogia do inconsciente, apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP em 1993.

* Professor Assistente do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e doutorando em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

o limite entre dois campos era relativizado: *O elogio da loucura*, de Erasmo (lucidez/loucura), a obra de Rabelais (cultura popular/cultura erudita), a poesia de São João da Cruz (sagrado/profano).

Há, na música do período, um exemplo do que poderia ser interpretado como um esforço de reunião de elementos heterogêneos: o contraponto. Em contraste com a sensibilidade comedida e o uníssono do cantochão medieval, o contraponto reunia muitas vozes (2, 3, ... 20), às vezes mais do que nosso ouvido poderia distinguir. Uma versão dessa polifonia foram as *ensaladas*, um gênero musical espanhol cujo texto era montado a partir de trechos de diversas poesias em que, apesar de existir uma trama central, muitas citações independentes eram feitas: textos cômicos, dramáticos, irônicos, versos em línguas diferentes, tudo usado de forma a compor uma peça burlesca, mas de algum modo harmônica. Enfim, se o contraponto parecia uma rebelião contra a disciplina (auditiva) monástica, é possível que fosse também uma tentativa nova de organização de toda aquela experiência de dispersão.

Ora, também as técnicas mnemônicas proliferaram neste século. E também elas pareciam em busca de organizar, de algum modo, o vasto material da experiência e do conhecimento, que se apresentava mais como retalhos de diferentes padrões do que como estampa uniforme. Mas com uma diferença importante: neste caso, a memória pessoal era reivindicada como o ponto de reunião deste mundo aberto e infinito. Se as experiências individuais apresentavam-se cada vez menos redutíveis umas às outras, a sua memorização poderia ser o lastro necessário para dar à existência uma significação que o reflexo no coletivo não mais assegurava:

Se as experiências não são sumariáveis, é preciso conservá-las tais como se dão, e esta conservação, mais que uma necessidade meramente cognitiva, é uma necessidade existencial: é preciso dar permanência, estabilidade e sentido aos objetos da experiência. É por isso que não foram os iletrados e provincianos, mas algumas das mais elevadas e cosmopolitas mentes da época, que se dedicaram à arte da memória – eram os que mais se expunham à variação. (Figueiredo, 1992:40)

O sistema mnemônico de Giordano Bruno seria, portanto, conservador. E quem só considerasse as vertentes “iluministas” do Renascimento poderia mesmo acusá-lo de reacionário, pois a mnemotécnica de Bruno é impregnada de magia. De um modo muito geral, a idéia do sistema era imprimir na memória “imagens arquetípicas ou magicamente ativadas”; com isso, “o mago esperava adquirir conhecimento universal e também poderes, obtendo, graças à organização mágica da imaginação, uma personalidade magicamente poderosa, afinada, por assim dizer, com as forças do cosmos” (Yates, 1987a:217-8). Ora, uma das condições básicas para este fim era a ordenação, e conseqüente unificação, dos elementos díspares envolvidos.

Quando a pessoa se submete às formas celestes, “irá da confusa pluralidade das coisas à sua subjacente unidade”. Pois quando as partes das espécies universais não são consideradas separadamente, mas em relação à sua ordem subjacente – o que há que não possamos compreender, memorizar e fazer? (Yates, 1987a:225)

É preciso esclarecer que a utilização de imagens para a memorização não era nenhuma novidade. Técnicas mnemônicas clássicas baseavam-se precisamente nesse recurso. Eram um auxílio à retórica, cuja arte dependia em grande medida do encadeamento da argumentação, e, portanto, da lembrança, numa certa ordem, de todos os pontos do discurso. Um dos manuais de retórica mais utilizados na Idade Média, principalmente por ser atribuído – equivocadamente – a Cícero, o *Ad herennium*, ensinava:

Devemos, então, montar imagens do tipo capazes de aderir por mais tempo à memória. E assim faremos ao fixar os aspectos mais extraordinários possíveis; ao formar imagens que não sejam nem vagas, nem numerosas, mas que façam alguma coisa; ao atribuir a elas beleza excepcional ou fealdade única; ao revesti-las de coroas ou mantos de púrpura, por exemplo, de modo que o aspecto fique mais distinto para nós; ou ao desfigurá-las de alguma forma, introduzindo uma imagem maculada de sangue ou borrada de lama ou manchada de tinta vermelha, de modo que sua forma fique mais impressionante, ou atribuindo certos efeitos cômicos a nossas imagens, pois isso também garantirá que as lembremos mais rapidamente. (Citado por Spence, 1986:23)

A construção de um ambiente para estas imagens, de modo a organizá-las numa determinada disposição e sequência, também já havia sido proposta por Quintiliano (século I d.C.), que sugeria:

O primeiro pensamento é colocado, por assim dizer, no átrio; o segundo, digamos, no salão de entrada; os demais são dispostos na ordem adequada em torno do *impluvium*, e confiados não simplesmente aos dormitórios e salas de visitas, mas também ao encargo das estátuas e similares. Feito isso, tão logo a memória dos fatos exija ser revivida, todos esses lugares são visitados um a um, e os vários depósitos são interrogados quanto aos objetos sob sua custódia, à medida que a visão de cada um deles rememora os respectivos detalhes. [...] O que eu disse em relação a uma casa pode ser feito igualmente em relação a edifícios públicos, a um longo dia, às encostas de uma cidade ou mesmo a pinturas. Ou podemos até imaginar esses lugares por nós mesmos. (*Oratoria*, citado por Spence, 1986:24)

Esta tradição não garantiu a unanimidade sobre o valor desses recursos. Outras elevadas mentes do século XVI criticaram, ironizaram, condenaram o seu uso e ensino: Agrippa, Rabelais, Erasmo e, no final do século, Bacon (ver Spence, 1986:29-30). Mas afinal, como eram esses polêmicos sistemas? Correspondiam exatamente aos modelos clássicos? Seriam usados da mesma forma e para os mesmos fins? Vamos examinar dois deles: o Palácio da Memória, de Mateo Ricci, e o Teatro da Memória, de Giulio Camillo. São sistemas que contrastam em muitos aspectos, mas talvez principalmente pelo fato de que, enquanto Ricci publicou um livro para ensinar a sua técnica, Camillo ditou, no fim

da vida, uma descrição do Teatro, mas só revelou o “segredo” do seu funcionamento a uma única pessoa, o Rei da França. As fontes de Ricci foram somente, ao que parece, as técnicas clássicas; as de Camillo, no entanto, incluíam o hermetismo e a cabala. Assim, ao esoterismo de Ricci opõe-se o esoterismo de Camillo. Seguiremos o trabalho de Frances Yates (1987b) sobre Giulio Camillo e o de Jonathan D. Spence (1986) sobre Mateo Ricci.

O mago solar

A não ser que te tornes igual a Deus,
 não poderás compreender a Deus;
 pois o semelhante
 não é inteligível a não ser para o semelhante.
Corpus hermeticum

Giulio Camillo Delminio, um dos mais famosos nomes no século XVI – era chamado de “o divino Camillo” –, passou grande parte da vida construindo um teatro de madeira, repleto de imagens, financiado inicialmente por Francisco I, Rei da França, depois pelo Marquês del Vasto, um nobre espanhol. Morreu em 1544, com aproximadamente 64 anos, deixando incompleto o seu trabalho. Quando, em 1552, uma coletânea de textos seus foi publicada, Ludovico Dolce escreveu-lhe um prefácio, lamentando sua morte precoce e comparando-o a Pico della Mirandola, que como ele “não tinha completado o seu trabalho nem dado o pleno fruto de seu ‘mais divino que humano intelecto’” [Prefácio. Em Camillo, G. (1552). *Tutte le opere*. Veneza. Citado por Yates, 1987b:135]. Em 1578, numa coletânea de poemas de italianos famosos, o Teatro de Camillo é citado como uma das sete maravilhas do mundo, e o seu autor, anuncia uma nota, foi um sábio versado na cabala e na filosofia dos egípcios, pitagóricos e platonistas. Yates (1987b) esclarece que filosofia dos egípcios, no Renascimento, significava principalmente os textos do *Corpus hermeticum* e o *Asclepius*, atribuídos a Hermes Trismegistus. Pico della Mirandola acrescentou-lhes os mistérios da cabala judaica, e Camillo adaptou essa tradição à arte clássica da memória.

Um certo Viglius Zuichemus, amigo de Erasmo, estava em 1532 em Pádua, e de lá, escrevendo a seu ilustre amigo, embora desculpando-se por incomodá-lo com tolices, não resistiu em contar-lhe o que se falava desse Giulio Camillo:

Eles dizem que esse homem construiu um certo anfiteatro, um trabalho de maravilhosa perícia, no qual qualquer um que fosse admitido como espectador seria capaz de discursar sobre qualquer assunto não menos fluentemente do que Cícero. Eu pensei, inicialmente, que se tratava de um boato, até que me informei mais detalhadamente sobre a coisa com Baptista Egnatio. Dizem que esse arquiteto tinha organizado, em certos lugares, tudo o que pode ser encontrado em Cícero [...]. Certas ordens ou graus de figuras são dispostas [...] com estupenda habilidade e divina perícia. (Citado por Yates, 1987b:130-1)

Viglius foi a Veneza e Camillo permitiu que visse o Teatro. Pela suas cartas ficamos sabendo que a construção era suficientemente grande para conter duas pessoas, mas, ao que parece, não mais do que isso. Entretanto, a obra não foi jamais encontrada. Podemos, porém, ter uma idéia do que era, pois no fim da vida, em Milão, Camillo ditou a seu discípulo Girolamo Muzio, em sete manhãs, uma descrição de seu Teatro. O manuscrito foi publicado só após sua morte, em 1550, em Florença e Veneza, com o título *L'idea del theatro dell'ecelen* (M. Giulio Camillo).

O modelo de teatro de Camillo era o romano, e, segundo Yates, mais precisamente o descrito por Vitruvius. No auditório do teatro vitruviano havia sete divisões radiais ao palco, e os lugares mais baixos, mais próximos do palco, eram reservados às classes superiores. No fundo do palco, o *frons scaenae*, cinco portas decoradas davam acesso e permitiam a saída de cena dos atores. No desenho de Camillo também havia sete colunas radiais, sendo que cada uma delas tinha sete níveis ou fileiras. Em vez de haver portas no palco, elas ficavam no auditório, uma em cada coluna e fileira, num total de 49, repletas de imagens. O espectador, localizado onde seria o palco, ficaria diante de todas elas; nas primeiras fileiras estariam as mais importantes. Cada coluna era dedicada a um planeta, sendo que a central era a do Sol. Segundo Viglius, havia também gavetas sob as imagens, e, nestas, papéis com discursos baseados nas obras de Cícero, que abordavam, assuntos relativos às imagens.

As sete colunas, os sete planetas, seriam os pilares, a base de sustentação do sistema. Para Camillo, eles correspondiam aos sete pilares da Casa da Sabedoria de Salomão:

Salomão, no nono capítulo dos Provérbios, diz que a sabedoria tinha construído uma casa para si, fundando-a sobre sete pilares. Por essas colunas, significando a mais estável eternidade, nós entendemos as sete *sephiroth* do mundo supercelestial, que são as sete dimensões da tessitura dos mundos celestial e inferior, na qual estão contidas as Idéias de todas as coisas de ambos os mundos, celestial e inferior. (*L'idea del theatro*, p. 9, citado por Yates, 1987b:137)

A idéia de três mundos era familiar aos cabalistas: o mundo supercelestial, das *sephiroth*, e também das Idéias platônicas; o mundo médio, celestial, das estrelas, do céu; e o mundo inferior, elemental, da terra. Ora, se as colunas são as *sephiroth*, o sistema está ancorado sobre as causas primeiras, que são também a memória última de todas as coisas. Camillo dirá que estes são os "lugares eternos" de sua memória. Entretanto, não são as *sephiroth* que Camillo dispõe na primeira fileira, e sim os planetas. É que ele julgava que, sendo as mais altas das dimensões universais, as *sephiroth* são também as mais distantes de nosso conhecimento, de modo que os planetas seriam imagens mais expressivas para a nossa memória. O que demonstra a sua preocupação com os princípios da arte clássica da memória, ainda que não se restringisse a eles, pois Camillo pretendia que a construção representasse uma associação *orgâni-*

ca das partes do universo, indicando a sua ordem subjacente. Torna-se assim visível um outro contraste entre os sistemas de Ricci e Camillo: o Palácio, como veremos depois, é uma construção completamente exterior em relação aos objetos que contém; o Teatro, ao contrário, organiza seus conteúdos segundo a lógica que lhes julga própria.

Os sete astros das colunas eram: Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter, Saturno. As fileiras também tinham um significado simbólico geral que se repetia nas portas do mesmo nível. Desse modo, após a fileira dos planetas, aparecia o segundo nível: *O Banquete*. Trata-se de uma citação de Homero, não de Platão: na *Ilíada* (I, 423-5), Oceano oferece um banquete para todos os deuses. Oceano representa as águas da sabedoria, preexistentes à "matéria-prima"; os deuses são as Idéias, existentes no exemplar divino. Trata-se do primeiro dia da criação, em que os elementos emergem na sua forma simples.

O terceiro nível chama-se *A Caverna*. Trata-se de outra citação de Homero. Na *Odisséia* (XIII, 102-8), as Ninfas tecem em sua caverna, enquanto abelhas entram e saem. O significado desse nível se relaciona com a mistura dos elementos para formar as coisas criadas ou *elementata*. O quarto nível toma de empréstimo uma imagem de Hesíodo, as três *Irmãs Górgonas*, com um só olho. Camillo tem em mente aqui a idéia cabalista das três almas do homem; assim, em cada uma das colunas, apareceria nesse nível as "coisas relativas ao interior do homem de acordo com a natureza de cada planeta" (*L'idea del teatro*, p. 53, citado por Yates, 1987b:140).

No quinto nível, a imagem escolhida é a de *Pasífae e o Touro*, representando a união da alma do homem ao corpo. O amor de Pasífae pelo touro remete à concepção platônica da encarnação como queda, ou pelo menos como uma descida. Em cada uma das colunas, neste nível, são representadas as partes do corpo em conexão com a natureza de cada planeta. As *Sandálias de Mercúrio* estão em todo o sexto nível, e com elas Camillo quer indicar os recursos disponíveis a Mercúrio para realizar o desejo dos deuses. Da mesma forma, esta imagem simbolizaria as operações realizadas naturalmente pelo homem, sem qualquer arte. Todas as artes estariam representadas no sétimo nível, incluindo religião e leis, e sua imagem seria a de *Prometeu*, com uma tocha iluminada, lembrando o mito do roubo do fogo sagrado para tocar os homens com o conhecimento dos deuses.

O Teatro foi pensado como um recurso visual, e sua descrição verbal não consegue produzir o mesmo resultado. De qualquer modo, poderíamos tentar imaginar o movimento do olhar, que, de baixo para cima, descreveria "o universo expandindo-se a partir das Primeiras Causas através dos estágios da criação" (Yates, 1987b:141). A série de Júpiter, por exemplo, que é um planeta associado ao ar, pode dar uma idéia mais definida desse movimento: no nível *Banquete*, Juno, suspensa no ar, representaria o ar como um elemento simples. Na *Caverna* a mesma imagem simboliza o ar como um elemento composto; nas

Sandálias de Mercúrio, a respiração é uma das operações naturais, e, com *Pro-meteu*, o moinho de vento é uma das artes que usam o ar. Todas estas imagens teriam o mesmo aspecto de tranqüilidade característico de Júpiter, assim como seria a agressividade para Marte, a melancolia para Saturno e o amor para Vênus. Neste cenário, o universo poderia ser perscrutado. Segundo Camillo:

Esta elevada e incomparável colocação não somente desempenha a tarefa de conservar para nós as coisas, palavras e artes que lhe confiamos, de tal modo que possamos encontrá-las imediatamente quando delas precisarmos, mas também nos dá a verdadeira sabedoria, por cujas fontes nós chegamos ao conhecimento das coisas – a partir de suas causas, e não de seus efeitos. Isto pode ficar mais claro com a ilustração seguinte. Se nós nos encontrássemos numa vasta floresta e desejássemos ver sua extensão total, não seríamos capazes de fazê-lo da nossa posição pela qual nossa vista estaria limitada a somente uma pequena parte dela, pelas árvores imediatamente circundantes, que nos impediriam de ver além. Mas se próximo a esta floresta houvesse uma escarpa que nos levasse a uma alta colina, saindo da floresta e subindo pela escarpa, começariamos a ver uma grande parte da forma da floresta, e do topo da colina nós poderíamos vê-la inteiramente. A floresta é nosso mundo inferior; a escarpa é os céus; a colina é o mundo supercelestial. E, para entender as coisas do mundo inferior, é necessário ascender às coisas superiores, de onde, olhando para baixo, nós podemos ter um conhecimento mais preciso das coisas inferiores. (*L'idea del teatro*, pp.11-2, citado por Yates, 1987b:143)

Camillo cita a passagem do "Pimander", primeiro tratado do *Corpus hermeticum*, em que se dá a criação: o demiurgo modela os Sete Governadores, que envolvem o mundo sensível com seus círculos; daí também os sete pilares do Teatro. A seguir, o homem é criado à imagem de Deus, o que significa, diferentemente do *Gênesis*, ele receber o divino poder da criação. Compreende-se assim a célebre oração em que Pico della Mirandola exalta o homem como artífice de si mesmo, criado com uma natureza indeterminada. Camillo usa desse conhecimento hermético para indicar que a mente do homem, como diz Yates, "é um reflexo direto da *mens* divina e tem dentro de si todos os poderes dos Sete Governadores" (p. 146). Uma vez encarnado, é claro, seu acesso a esses poderes não se dá automaticamente. *Mas através da experiência religiosa hermética, ele pode recuperar sua natureza divina, conhecendo a "divina luz e vida interior de sua própria mens"* (p. 146).

Existiria, portanto, um núcleo de divindade no interior do homem, o que daria a esse ambiente interior dimensões inéditas. Note-se porém que não se trata de um alargamento da alma pelo fato de ela "incluir" Deus; inversamente, agora é o próprio Deus que parece humanizado: o homem seria como que um tipo de deus. Camillo cita a famosa passagem do *Asclepius* sobre o homem:

Oh, Asclepius, que grande milagre é o homem, um ser digno de reverência e honra. Pois ele entra na natureza de um deus como se ele próprio fosse um deus; ele é familiar à raça dos demônios, sabendo-se da mesma origem. Ele despreza aquela parte de sua natureza que é somente humana, pois ele tem posto sua esperança na divindade da outra parte. (*Corpus hermeticum*, XII; *L'idea del teatro*, p. 51, citado por Yates, 1987b:147)

Ora, *porque o homem é divino*, então ele pode aspirar a uma tarefa só possível para a *mens* divina: *recordar* o universo a partir de suas causas primeiras. Compreende-se também como o microcosmos pode conter e entender o macrocosmos: sua potencialidade é divina. Mas o que é preciso ressaltar aqui é que a *mens* divina é equiparada com a memória, uma memória absoluta. Onde também se vê que a proposição de uma técnica mnemônica não encontrava sua motivação no diagnóstico de alguma espécie de fraqueza mental do homem. Não era vendida, por assim dizer, como algum tônico para corrigir uma debilidade natural. Ao contrário – e isso fica nítido nos sistemas de Bruno e Camillo –, só fazia sentido à medida em que se atribuía ao homem poderes superiores.

Quando Camillo fala das três Irmãs Górgonas no Teatro, como vimos, ele tem em mente a concepção cabalística das três almas do homem: *Nessamah*, a mais elevada; *Ruach*, a média; e *Nephes*, a mais baixa. Sua ênfase recai sobre *Nessamah*, uma vez que quer caracterizar o interior do homem como divino. Para apoiar seu ponto de vista, recorre a um ecletismo digno das *ensaladas*, tão ao gosto do século XVI:

[...] Nós temos três almas, das quais a mais próxima de Deus é chamada por Mercurius Trismegistus e Platão *mens*, por Moisés de espírito da vida, por Santo Agostinho a mais alta parte, por Davi luz, quando ele diz “Em tua luz nós poderemos ver a luz”, e Pitágoras concorda com Davi nesse célebre preceito, “Nenhum homem pode falar de Deus sem luz”. Tal luz é chamada por Aristóteles de *intellectus agens*, e este é o único olho pelo qual todas as três Irmãs Górgonas vêm, de acordo com os teólogos simbólicos. E Mercurius diz que se nós nos unirmos a esta *mens* nós podemos entender, através do raio de Deus, que tem em si todas as coisas, presente, passado, futuro, todas as coisas, eu digo, que há no céu e na terra. (*Tutte le opere*, pp. 42-3, citado por Yates, 1987b:149-50)

Mas como ascender a *Nessamah*? Ou, coisa equivalente, como o sistema de Camillo poderia levar-nos a esse entendimento divino? A tese de Yates é que a inspiração mágica de Camillo veio de Ficino, que em sua *De vita coelitus comparanda* descreve maneiras de “extrair a vida dos astros, de capturar as correntes astrais, vertendo-as de cima para baixo e usando-as para a vida e saúde” (p. 151). Uma destas maneiras é o uso de talismãs. O talismã é um objeto com uma imagem gravada, a que se atribui poderes mágicos por ter sido feito segundo determinadas regras e procedimentos. Duas fontes bibliográficas informaram o Renascimento acerca do conhecimento sobre talismãs: o *Picatrix*, especificamente sobre magia talismânica, e o *Asclepius*, que descreve a religião mágica do Egito.

O prisma de Ficino sobre estas técnicas enfatizou-lhes o uso subjetivo e imaginativo. Condicionando a imaginação através de imagens apropriadas, a mente se tornaria receptiva às influências celestiais desejadas. Nesse caso, o talismã seria a imagem interiorizada. Sendo a imagem precisa, ela faria a conexão entre o divino do homem e os divinos poderes do cosmos. Além disso, uni-

ficaria os conteúdos da memória, assim como era capaz de unificar o mundo das aparências externas. Yates conclui:

As imagens do Teatro de Camillo pareciam ter algo desse poder, capacitando o "espectador" a ler de uma só vez, através da "inspeção das imagens", a totalidade dos conteúdos do universo. O "segredo", ou um dos segredos do Teatro é, creio eu, que as imagens planetárias básicas devem ser talismãs, ou ter a virtude talismânica, e que o poder astral delas supostamente deve percorrer as imagens subsidiárias – um poder de Júpiter, por exemplo, percorrendo todas as imagens através da série de Júpiter, ou um poder do Sol através da série do Sol. (1987b:155)

O Sol, aliás, parecia ter uma função de peso em todo esse ritual mágico. Nada menos do que a série central do Teatro, era-lhe atribuído o papel de transmissor-chefe da vida celestial. Camillo dizia-se possuidor de uma virtude solar, e como evidência disso contava uma história, uma certa passagem de sua vida em que, estando um dia com amigos vendo animais selvagens, um leão escapou, e veio na direção do lugar em que estavam. Todos correram, menos Giulio, que parecia não ser muito habilidoso para se deslocar rapidamente. Mas o leão, em vez de atacá-lo, o rodeou e acariciou, voltando depois para o seu lugar. A explicação que corria para o fenômeno era que Camillo tinha a proteção do "planeta" Sol.

Para o hermetismo, o Sol tinha importância evidente, mas o curioso é que, ao acompanhar o raciocínio de Yates, essa importância fecundou idéias que não tinham nada de mágicas. Copérnico, ao apresentar a sua hipótese heliocêntrica, teria citado as palavras de Trismegistus sobre o Sol no *Asclepius*; Giordano Bruno, em Oxford, relacionou a teoria de Copérnico com o *De vita coelitus comparanda*, de Ficino; o mesmo Bruno defendeu a idéia do movimento da terra a partir de noções de que a terra é viva, o que é indicado por Camillo com a imagem de Argus no nível da *Caverna* na série do Sol.

Deveríamos, portanto, considerar as "luzes" racionais do Renascimento ao lado de suas sombras mágicas, ocultistas. Afinal, mesmo o missionário jesuíta Mateo Ricci, ao atravessar os mares turbulentos do cabo da Boa Esperança, em 1578, lançou pela murada do navio *talismãs* feito de cera das velas pascais, além de conservar uma pequenina cruz feita da madeira da verdadeira cruz em que Cristo fora crucificado. Visitemos, então, o Palácio de Ricci.

Os ideogramas da lembrança

*Le ciel nouveau et la terra nouvelle ne sont pas en dehors de l'homme,
ils sont à l'intérieur de lui.*

Nicolas Berdiaeff, sobre Portedge

Mateo Ricci nasceu na cidade italiana de Macerata em 1552, tornando-se noviço jesuíta em Roma dezenove anos depois. Concluída sua formação básica

foi para a Índia e Macau, entrando como missionário na China em 1583. Conseguiu adquirir uma fluência no chinês suficiente para escrever várias obras nessa língua, dentre as quais um livrinho sobre a arte da memória. Com ele, esperava interessar os chineses por sua cultura, habilidades e, conseqüentemente, religião. De fato, sua excelente memória permitiu-lhe cometer algumas proezas: certa vez teria repetido uma lista de quatrocentos ou quinhentos ideogramas chineses, na ordem inversa, depois de uma só vista d'olhos. Diziam que era capaz de decorar e recitar os clássicos chineses a partir de apenas uma leitura.

O objetivo oficial do seu sistema mnemônico era armazenar os “milhares de conceitos que constituem a soma do nosso conhecimento humano” (Spence, 1986:20). Ricci acreditava também que seria um recurso de grande valor para os filhos da aristocracia chinesa nos exames superiores, cujos resultados abriam – ou fechavam – carreiras de prestígio no Estado imperial chinês. A proposta de Ricci dependia, entretanto, do aprendizado de uma técnica nada simples nem fácil. Um dos jovens chineses, filho de um político importante, que lera o livro de Ricci, teria comentado com os amigos que o interessado em dominar aquele sistema deveria ter uma “memória notavelmente aguda” (Spence, 1986:22). E Ricci, numa carta, teria indicado a disposição restrita dos chineses em aprender as suas regras, mesmo por parte dos interessados.

Toda a ênfase das regras do sistema recaía sobre a *ordem* da construção. Ricci aprendera com os clássicos que a garantia da ordem era a maior proteção contra o erro e o engano. Compare-se, sobre isso, um texto de Quintiliano com um seu:

Por conseguinte, por maior que seja o número de coisas a serem lembradas, todas estão ligadas entre si como os bailarinos pelas mãos, e não pode haver engano, visto que elas unem o anterior ao posterior, sem nenhum problema a não ser o trabalho preliminar de consignar os vários pontos à memória. (Quintiliano, *Oratória*, citado por Spence, 1986:24)

Uma vez fixados todos os seus lugares, você pode cruzar a porta e iniciar o passeio. Vire à direita e prossiga. Como ocorre com a prática da caligrafia, onde você segue do início para o fim, ou com o peixe que nada em cardumes ordenados, assim também tudo está arrumado em seu cérebro, e todas as imagens estão prontas para o que quer que você queira lembrar. Se você vai usar muitíssimas [imagens], então os edifícios terão dezenas ou milhares de unidades de extensão; se você quer somente poucas, tome então um único salão de entrada e apenas divida-o pelos seus cantos. (Ricci, *Jifa – tratado sobre as artes mnemônicas*, citado por Spence, 1986:27)

Examinemos então o seu uso prático. Vamos imaginar um exemplo simples e atual, orientado pela compreensão de Spence sobre o manuseio das regras. Por exemplo, se quiséssemos lembrar os nomes das cinco cidades chinesas em que Ricci viveu, entraríamos no nosso edifício e, pelo elevador, chegaríamos até o décimo sexto andar (como o século), saindo do *hall* de distribuição por uma porta leste (oriental, dedicada a Ricci), que nos colocaria diante de várias salas. Uma delas, a sétima (foram sete os locais em que Ricci viveu antes de chegar

à China), teria ideogramas chineses desenhados na porta. Nesta sala estaria a informação desejada. Ao abri-la, teríamos que tapar os ouvidos, tal o barulho que nos invadiria, um zumbido terrivelmente incômodo. Lá dentro, entretanto, haveria um homem com uma expressão amável, surpreendentemente alheado ao barulho. Lembraríamos então que ele é surdo e teríamos imediatamente a frase: Zumbido Notável Não Perturba Surdo, que nos daria, pelas iniciais, a dica das cidades chinesas: Zhaoqing, Nanjing, Nanchang, Pequim, Shaozhou.

Ora, o que salta aos olhos nesta técnica é o grau de elaboração dos conteúdos para o seu armazenamento. A construção das imagens, segundo um padrão impressionante, mas também de forma que sugira uma frase cujas iniciais se referem finalmente ao conteúdo que se quer conservar, tudo isso dentro de uma seqüência ordenada numa construção mnemônica, não é coisa que se consiga em dois minutos. Mas, então, como explicar as exibições virtuosísticas de Ricci? Seria o caso de supor que numa vista d'olhos Ricci fosse capaz de ir criando as imagens necessárias para lembrar o que ia vendo? Pouco provável. Por outro lado, que poder de impacto teria uma técnica trabalhosa, cuja principal arma estaria num paciente procedimento de organização e arquivismo? Conhecidas estas regras, parecem perder a graça. Compreende-se a restrita disposição dos chineses em aprender as suas regras. Talvez o interesse, muito mais relacionado com as suas demonstrações acrobáticas, estivesse no aspecto mágico da *performance*.

De fato, a disposição tanto de chineses quanto de europeus para acreditar em fatos excepcionais e milagrosos, neste século, não era pequena. E talvez fosse mesmo difícil separar a credence mais vulgar da informação correta, mas pouco crível. O que dizer, por exemplo, da informação de Antônio de Souza Macedo, português que afirmava ter visto na Casa da Índia, um entreposto aduaneiro, "dois moços provindos de certa tribo de Cafre, perto do Cabo da Boa Esperança, e que muito o espantaram pelo motivo seguinte: na dita tribo ou nação a fala com que os naturais se comunicavam não era a voz, era um sistema especial de estalidos com a língua"? (Baião, A. Introdução ao *Décadas*, de João de Barros, citado por Figueiredo, 1992:33). Na Roma que Ricci conheceu aos dezesseis anos havia 127 igrejas onde podiam-se encontrar:

... os corpos de São Pedro e São Paulo, as cabeças de São Lucas, o Evangelista, e de São Sebastião, o braço de José de Arimatéia e o rosto de Jesus impresso no tecido de linho outrora em mãos de Verônica. Também estavam guardados a ponta da lança que penetrou o corpo de Cristo, um pedaço da cruz verdadeira, a ponta da flecha que perfurou São Sebastião, a mesa onde foi servida a Última Ceia a Cristo e seus discípulos, uma das trinta moedas de prata pagas pela traição a Cristo, as correntes que prenderam São Paulo, parte dos cinco pães de cevada com que Cristo alimentou a multidão faminta, a toalha com que Cristo lavou os pés de seus apóstolos, as escadas que Cristo subiu até o palácio de Pôncio Pilatos, um dos pregos que cravaram Cristo em sua cruz e dois dos espinhos de sua coroa. (Spence, 1986:252)

A imaginação livre, impregnando um senso de observação cada vez mais apurado e valorizado, diz-nos Figueiredo (1992:34), era característica do período, e uma característica imprescindível à tolerância para com a diferença, esta abundante em um mundo em expansão. De fato, sendo instruído, culto, inteligente, Ricci não era certamente um homem ingênuo, mas tinha fé suficiente para acreditar, por exemplo, que o Santuário da Virgem Maria de Loreto, que tinha a forma de uma casa, tinha sido o local onde a Virgem recebera o anjo da Anunciação e onde criara seu filho, Jesus. A casa teria sido transportada por anjos a Loreto, depois de dois outros lugares, permanecendo por longo tempo abandonada, até que, no século XIII, dezesseis jovens foram alertados para o fato por uma visão. Confirmaram a sua veracidade ao encontrar em Nazaré as fundações da casa da Sagrada Família, cujas medidas correspondiam exatamente às da casa de Loreto. Ricci orgulhava-se disso:

Muitas vezes no passado me vangloriei a esses bárbaros que eu provinha de uma terra para onde Cristo nosso Senhor, a muitos quilômetros de distância, transportara a casa em que ele e sua mãe viveram durante sua vida nesta terra. E eles ficam estupefatos quando lhes falo disso e de outras maravilhas que Deus realizou naquelas terras ocidentais. (*Opere storiche*, p. 245, citado por Spence, 1986:247)

Por outro lado, Ricci percebeu que despertava o interesse dos intelectuais chineses em Nanchang, não só pela técnica mnemônica ou pelos conhecimentos da matemática ocidental, mas também por seus supostos conhecimentos alquímicos, que negava, mas sem sucesso. Como acreditava-se que os jesuítas dominavam o processo de transformação do mercúrio em prata, não obtinham crédito os eventuais desmentidos, pois nesse caso a negação até ajudava a reforçar as suspeitas. Mas e Ricci, quanto podia acreditar nesses processos mágicos? Sabemos que para o homem de sua época era comum supor a articulação destas três habilidades que lhe eram atribuídas: as numerológicas (matemáticas), as da memória, e as da alquimia, que visavam a aquisição de um poder de direcionamento e controle do próprio destino. Spence afirma que seria difícil para Ricci não acreditar nos poderes sobre-humanos que a manipulação das artes mnemônicas prometia no imaginário da época. De fato, talvez o exoterismo de Ricci não fosse assim tão ortodoxo. Afinal, a mística cristã também cultivava os seus mistérios.

Conclusão

Vale a pena notar como a interioridade se modela, neste período, sob a marca da memória. Deus é memória (absoluta), assim como os alicerces da alma o são. Trata-se de uma memória que organiza e unifica a alma, assim como, de modo reflexo, oferece organização e unificação à natureza. Em corolário, observa-se a expansão da alma – seus limites são remetidos ao infinito – o

que parece ocorrer de forma simétrica à expansão do universo. Nela, a presença da divindade interiorizada é visível, mas já se nota também que a largueza que possui não é tão completamente tributária à imensidão de Deus, pois agora o homem se divinizou. A esse respeito, chama a atenção o fato de o Palácio de Ricci ser uma construção sem limites; de um simples salão a cidades inteiras, podia avançar, numa construção paulatina, até o infinito. O mesmo, porém, não se poderia dizer do Teatro de Camillo, uma construção fechada, totalizante. Em contraste, prometia ao espectador o acesso aos abismos do conhecimento, prometia um contato imediato com a divindade. Não seria o caso de supor então que uma certa dessacralização da alma humana estaria na proporção direta do avanço das suas fronteiras? Que o infinito da divindade, agora interiorizada e humanizada, teria sido transferido para a alma?

Há, ainda, um último ponto a considerar. Em que pese o eventual ocultismo de Ricci, assim como os aspectos racionais da obra de Camillo, dar-lhes demasiada ênfase seria inverter os pesos. Camillo pretendia atingir a sabedoria e o poder, e isso através de um recurso que lhe daria acesso às “veias” da natureza; sua construção devia ser o instrumento com o qual tocasse a música do universo, chegando assim ao domínio das coisas mesmas. Ricci desejava montar um armazém geral para milhares de conceitos, mas estava distanciado do objetivo de obter a chave-mestra do cosmos. A construção do Palácio não requiritava, para seu projeto arquitetônico, uma cópia da estrutura da Criação ou da “mente” de Deus. Contentava-se com a posse de conhecimentos humanos, e seria possível dizer, com alguma licença, de fatos mentais. Claro, tornava-se assim muito menos poderosa: não se conectava com a matriz dos seres nem com a origem de todos os elementos; sua lógica não era cosmológica, mas estritamente individual e decidida exclusivamente pelo arbítrio de seu usuário. Dependia de uma certa cadeia, digamos, de idéias, cuja *ordem* estaria na base de toda certeza. *Uma ordem, porém, do espírito, e não das coisas*. É difícil não ver aí um prenúncio do racionalismo moderno, da ligação dos axiomas de Bacon ou da ordem das razões de Descartes. Talvez o embrião de um psiquismo separado e independente do mundo, pela artificialização da memória, tenha sido o legado deste século inesquecível.

Referências bibliográficas

- FIGUEIREDO, L. C. M. *A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo, Educ/Escuta, 1992.
- SPENCE, J. *O palácio da memória de Mateo Ricci – A história de uma viagem: da Europa da contra-reforma à China da dinastia Ming*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- YATES, F. A. *Giordano Bruno e a tradição hermética*. São Paulo, Círculo do Livro, 1987a.
- _____. *The art of memory*. Chicago, University of Chicago Press, 1987b.

Relações condicionais entre estímulos de classes funcionais¹

Maria América Coimbra de Andrade
Paula Ribeiro Braga*

RESUMO. A presente pesquisa investigou as diferenças entre relações funcionais e relações de equivalência, atentando aos procedimentos associados a estes processos: discriminações condicionais, discriminações simples e reversões de discriminações. Dois experimentos foram conduzidos. Um PC AT 286, um *mouse* e um programa apropriado foram utilizados. Três estudantes de graduação foram sujeitos de cada experimento. No experimento I, três pares de estímulos foram utilizados para estabelecer duas classes funcionais através de treinos de discriminações simples. Posteriormente, dois novos estímulos foram introduzidos em cada classe através de treinos de discriminações condicionais, e foram também testadas as relações condicionais. Finalmente, verificou-se se os novos estímulos haviam ou não passado a compor as duas classes funcionais. No experimento II, foram estabelecidas duas classes funcionais através de sucessivas reversões de discriminações simples, e o procedimento subsequente foi o mesmo adotado no experimento I. Os dados mostram que os sujeitos que foram expostos ao procedimento do experimento I não foram capazes de demonstrar equivalência entre os estímulos das classes funcionais, enquanto aqueles que foram submetidos ao procedimento do experimento II apresentaram resultados positivos nos testes para equivalência. Com base nesses resultados podemos concluir que: a) o procedimento de reversões de discriminações facilita a emergência de relações de equivalência; b) a ausência do procedimento de reversões nos treinos de discriminações simples não garante a emergência desse tipo de relação.

Palavras-chave: classes funcionais, classes equivalentes, discriminações condicionais, discriminações simples, sucessivas reversões, adultos normais.

A análise experimental do comportamento perdeu, nas últimas décadas, espaço significativo para a psicologia cognitiva. A importância que lhe foi atribuída desde 1930 até 1950 diminuiu muito com a ascensão da psicologia cognitiva. Esta tem recebido posição de destaque, e é hoje em dia uma das correntes mais fortes dentro da psicologia (Leary, 1980).

Skinner (1991) reconhece que:

Um gráfico que mostrasse a frequência do aparecimento da palavra cognitivo na literatura behaviorista seria interessante. Provavelmente, poder-se-ia observar um primeiro aumento na frequência por volta de 1960; a aceleração subsequente seria exponencial. Existe hoje qualquer área da psicologia que não julgue lucrativo o acréscimo desse charmoso adjetivo a qualquer substantivo ocasional?

Diante disso, fica clara a necessidade de se desenvolver instrumental teórico e metodológico para a compreensão dos processos referidos como cognitivos. O que se entende pelo termo corresponde a fenômenos como pensamento, lógica, resolução de problemas, raciocínio, compreensão de leitura, que, de modo geral, podem ser caracterizados por envolverem a ocorrência de comportamentos que não foram submetidos a uma história explícita de reforçamento.

¹ Esse estudo recebeu o VI Prêmio Anieli Ginsberg, concedido a pesquisa na graduação no ano de 1994. São apresentados e discutidos resultados de duas pesquisas de Iniciação Científica orientadas pela professora Tereza Maria de Azevedo Pires Sérgio e financiadas pelo CEPE no período de agosto de 1992 a julho de 1993.

* São alunas da graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e desenvolvem suas atividades no Laboratório de Psicologia Experimental da PUC-SP.

No contexto da análise experimental do comportamento, vem se desenvolvendo um amplo interesse em se explicar, segundo uma perspectiva behaviorista radical, esse tipo de fenômeno. As pesquisas nas áreas de controle instrucional, comportamento governado por regras, sensibilidade a esquemas e equivalência de estímulos têm procurado fornecer explicações consistentes para os processos relacionados à dita "cognição".

A pesquisa na área que chamamos de equivalência de estímulos procura descrever, com base nas relações entre estímulos, a "emergência" de comportamentos que não foram diretamente ensinados. Assim, presumia-se que, com base nas relações estabelecidas entre estímulos envolvidos em treinos de discriminações condicionais – procedimento que, segundo Sidman (1986), permitiria que se estabelecessem relações entre estímulos contextuais, condicionais e discriminativos² –, poderiam ser observados comportamentos que não foram diretamente reforçados.

Adotando um esquema ilustrativo bastante simplificado, ao aprendermos que A relaciona-se de determinado modo com B e B relaciona-se com C, seremos prontamente capazes de estabelecer outras sete relações que não nos foram diretamente ensinadas: A-A, B-B, C-C, B-A, C-B, A-C e C-A.

Essas relações caracterizam aquilo que vem sendo chamado de equivalência de estímulos. A equivalência foi definida, tal como na matemática (Sidman & Tailby, 1982) pela presença das propriedades de reflexividade, simetria e transitividade. No exemplo mencionado, a propriedade de reflexividade corresponderia às relações A-A, B-B e C-C, a de simetria estaria descrita por B-A e C-B, e a relação de transitividade por A-C. A relação C-A, que demonstra a bidirecionalidade da relação transitiva, corresponde à relação de equivalência.

É necessário destacar que as relações que emergem não podem, supostamente, ser explicadas com base nos conceitos de generalização ou indução, uma vez que não deve haver similaridade física entre os estímulos envolvidos. A arbitrariedade das relações estabelecidas é necessária para a caracterização da equivalência.

Durante as duas últimas décadas, a literatura dessa área vem acumulando um significativo volume de material em função do qual diversas discussões vêm se desenvolvendo. Em relação à linguagem, há problemas particularmente polêmicos, e várias hipóteses vêm sendo defendidas.

Alguns pesquisadores (Devany, Hayes e Nelson, 1986) apresentam dados em favor da suposição de que a equivalência só pode ser apresentada por sujeitos com habilidades verbais. Contudo, existem autores em que o fracasso em se demonstrar equivalência com sujeitos não-verbais se dá, fundamentalmente,

2 Sobre esse assunto, consulte "Functional analysis of emergent verbal classes" (Sidman, 1986) e comentários do autor sobre esse artigo (Sidman, 1994).

como decorrência de limitações dos procedimentos adotados (Sidman, 1991, e Dube, MacIvane & Stoddard, 1993).

Dube e cols. (1993) reconhecem que há duas possíveis orientações para as interpretações que vêm sendo dadas aos resultados encontrados. Uma *interpretação qualitativa* permite que se entenda que humanos são dotados de um sistema nervoso central cujas particularidades lhes confere potenciais distintos de outras espécies no que se refere ao desempenho para equivalência. Por outro lado, segundo uma *interpretação quantitativa*, entende-se que a equivalência só não havia sido, inequivocamente, demonstrada em sujeitos sem capacidade verbal em função de limitações técnicas que tenderiam a ser superadas com o gradativo desenvolvimento da pesquisa nessa área. A distinção feita por Dube e cols. (1993) parece útil porque destaca uma possível diferença nos pressupostos que orientam as várias leituras do fenômeno.

No contexto do que pode ser considerada uma *interpretação quantitativa*, Sidman (1991) e Saunders & Green (1992) sugerem que as relações de equivalência é que podem estar dando suporte para determinados aspectos do comportamento verbal, e não o contrário. Nesse sentido, haveria expectativa de que se demonstrasse a possibilidade de se verificar equivalência em sujeitos não-verbais e diversos experimentos foram – e continuam sendo – conduzidos nessa direção.

McIntire, Cleary e Thompson (1987) desenvolveram um procedimento para treinar e testar relações de equivalência em macacos. Seus resultados indicam que a “emergência” de relações de equivalência poderia se dar através de uma resposta arbitrária, cuja função seria análoga à nomeação. Os resultados apresentados foram, porém, criticados por Hayes (1989), que afirmava que as relações estabelecidas não foram emergentes e sim diretamente ensinadas.

Vaughan (1988), na tentativa de demonstrar a formação de classes de estímulos em não-humanos, desenvolveu um novo procedimento utilizando pombos como sujeitos experimentais. O autor recorreu a definição matemática de equivalência (tal como o fizeram Sidman e Tailby, 1982) e adotou uma alternativa a partir da qual poderia desenvolver novos procedimentos: a partição (*partition*). Assumindo que na matemática a partição corresponde a outra maneira de se lidar com a equivalência, o autor, utilizando o procedimento de reversões sucessivas de discriminações simples, divide um grupo de estímulos em dois subgrupos, supondo que a relação entre os elementos de cada grupo é arbitrária e comparável às relações de equivalência. O autor distribuiu, randomicamente, quarenta diferentes *slides* de árvores em dois grupos (A e B). No início do experimento, os estímulos do grupo A eram designados positivos, e os do B, negativos (os pombos deveriam responder aos estímulos designados positivos, para receberem a conseqüência reforçadora, enquanto respostas a estímulos designados negativos eram colocadas em extinção). A ordem de apresentação dos estímulos era randomizada para toda sessão, e o grupo completo de qua-

renta *slides* era apresentado duas vezes em cada sessão. Todos os *slides* eram apresentados em intervalos variáveis entre onze e 41 segundos. Após o intervalo, os estímulos designados positivos permaneciam apresentados até que os sujeitos bicassem duas vezes a janela de respostas (a resposta com esse padrão era premiada com acesso à comida) e os *slides* designados negativos permaneciam apresentados até que os sujeitos não bicassem a janela por dois segundos (a resposta com esse padrão era seguida pela remoção do *slide*). Quando as taxas de respostas, durante os primeiros dez segundos de cada apresentação, eram superiores para os *slides* designados positivos, as funções discriminativas de todos os estímulos eram revertidas (os *slides* do grupo A tornavam-se negativos e os do B, positivos). Após repetidas reversões dessas discriminações, o autor observou que os pombos trocavam suas respostas logo após cada reversão, passando a responder aos estímulos designados anteriormente negativos. Vaughan (1988) interpretou esses resultados como uma possível demonstração de equivalência em sujeitos não-verbais.

Sidman, Wynne, Maguire e Barnes (1989) argumentaram que o procedimento adotado por Vaughan (1988) produziu classes funcionais e não classes de estímulos equivalentes. Os autores conduziram um experimento para verificar se classes funcionais – definidas pela função comum dos elementos que as compõe – e classes de estímulos equivalentes – definidas pela presença das propriedades de reflexividade, simetria e transitividade – descreviam ou não o mesmo processo comportamental.

Um adulto verbal e duas crianças deficientes foram sujeitos dessa investigação. Utilizando-se de sucessivas reversões de discriminações simples, os autores procuraram estabelecer, inicialmente, duas classes de estímulos contendo, cada qual, três elementos. Posteriormente, foram incluídos, via discriminação condicional, dois novos estímulos em cada classe, e testou-se, com esse procedimento, a emergência de relações de equivalência entre os estímulos de cada classe. Finalmente, foi verificado se os estímulos introduzidos nas classes durante os treinos condicionais passaram ou não a compor as classes funcionais inicialmente estabelecidas.

Dois dos três sujeitos demonstraram equivalência entre os estímulos das classes funcionais. Um dos sujeitos, entretanto, fracassou nos testes para equivalência e teve seu desempenho condicional da linha de base deteriorado. Diante disso, os autores suspeitaram que o desempenho desse sujeito tenha passado a ficar sob controle de regras não planejadas que tornaram inefetivo o controle das contingências programadas.

Segundo os autores, no entanto, isso não impede que se conclua que classes funcionais e classes de estímulos equivalentes descrevem diferentes processos comportamentais, uma vez que o fato de um deles (as classes funcionais) ter existido na ausência do outro (relações de equivalência) é suficiente para sustentar tal conclusão.

Diante dessa discussão, duas questões foram levantadas:

1) Se o desempenho desse último sujeito, além de ter sido negativo nos testes, mostrou-se deteriorado também nas tentativas da linha de base das discriminações condicionais, é possível que até o seu desempenho em relação às duas classes funcionais estabelecidas inicialmente tenha sido deteriorado. Assim, não se tem garantia da manutenção das classes funcionais, cuja existência seria indispensável para sustentar a argumentação dos autores.

2) As reversões introduzidas durante os treinos de discriminações simples para formação das classes funcionais teriam, segundo os próprios autores reconhecerem, exercido controle condicional sobre as escolhas dos sujeitos. Porém, assumindo a mesma definição de classes funcionais adotada pelos autores, esse tipo de controle não seria necessário para caracterizar o fenômeno. Desse modo, seria possível pensar a formação de classes funcionais através de discriminações simples sem sucessivas reversões.

MÉTODO

Dois experimentos foram conduzidos. No primeiro, pretendia-se investigar o efeito do procedimento de reversões de discriminações sobre a formação de classes funcionais e equivalentes. No segundo, procurou-se verificar se os dados obtidos por Sidman e cols. (1989) seriam replicáveis, já que, conforme mencionado anteriormente, regras não planejadas podem ter interferido no desempenho de um dos sujeitos.

O delineamento experimental dos dois experimentos envolveu treinos de discriminações simples, treinos e testes de discriminação condicional e teste final através de reversões de discriminações simples. No experimento II, o procedimento adotado foi, basicamente, o mesmo proposto por Sidman e cols. (1989). No experimento I, o procedimento de reversões não foi utilizado, e as classes funcionais foram estabelecidas através de treinos de discriminações simples.

Sujeitos

Foram utilizados como sujeitos três adultos, alunos do primeiro ano da graduação em Psicologia da PUC-SP, em cada experimento. Os sujeitos foram voluntários e suas participações não foram remuneradas.

Equipamento

Foi utilizado um PC AT 286 equipado com um *mouse* que serviu de instrumento para as escolhas dos sujeitos. Um *software* foi especialmente desenvolvido para a coleta dos dados. Esse *software* apresentava as seguintes funções: manipulação das contingências conforme previsto em cada fase experimental,

apresentação e randomização dos estímulos (figura e posição), consequência das respostas com pontos e bips (para seleções corretas), reapresentação da tentativa (para seleções incorretas) e registro de todas as tentativas apresentadas. Os estímulos utilizados foram figuras arbitrárias retiradas de Green (1992), e cada classe envolveu cinco estímulos aqui representados por:

CLASSE A: A¹ A² A³ A⁴ A⁵

CLASSE B: B¹ B² B³ B⁴ B⁵

Cinco janelas eram apresentadas no monitor, uma central e quatro circundantes. Nas discriminações simples os estímulos eram apresentados aos pares em duas das quatro janelas circundantes. Um deles era designado positivo, e o outro, negativo, permanecendo as demais janelas inoperantes. Nas discriminações condicionais o estímulo-amostra era apresentado na janela central. Uma resposta de observação era exigida, e assim que o estímulo-amostra era selecionado, um estímulo-comparação correto e dois incorretos eram apresentados nas janelas circundantes. A quarta janela circundante permanecia inoperante.

Procedimento

Os dois experimentos foram divididos em três fases com os mesmos objetivos gerais, mas com diferenças no procedimento adotado na fase 1. A metodologia básica utilizada segue sintetizada:

Fases	Objetivo geral	Procedimento adotado	
		Exp. I	Exp. II
Fase 1	Estabelecer duas classes funcionais, cada qual contendo três estímulos	Discriminações simples sem o procedimento de reversão	Discriminações simples com sucessivas reversões
Fase 2	Incluir dois novos estímulos em cada classe e testar as relações condicionais entre os elementos de cada uma	Treinos e testes de discriminações condicionais	
Fase 3	Verificar se os dois novos estímulos, introduzidos nas classes via discriminação condicional, passaram a fazer parte das classes de estímulos funcionais estabelecidas na fase 1	Discriminações simples envolvendo todas as tentativas possíveis, apresentadas em três blocos (Bl. 1 e 3 com Classe A ⁺ e Bl. 2 com Classe B ⁺).	

As mudanças de fase, bem como as mudanças nas condições de uma mesma fase, dependiam de os sujeitos atingirem os critérios experimentais exigidos:

– Critério de aprendizagem: três blocos de tentativas consecutivos sem nenhum erro (a tentativa foi definida como uma configuração de estímulos específica, e o bloco incluía todas as tentativas possíveis em uma determinada fase experimental). Esse critério foi adotado em ambos os experimentos, nas fases 1 e 2.

– Critério de reversão: três reversões sucessivas com não mais que um erro após cada reversão de discriminação. Este critério foi adotado somente na fase 1 do experimento II.

Fase 1

Consistiu em treinos de discriminações simples para estabelecer duas classes de estímulos funcionais. Envolveu três elementos de cada classe: A^1 , A^2 , A^3 , e B^1 , B^2 , B^3 . A tabela 1 apresenta a composição dos blocos de tentativas apresentados nessa fase.

TABELA 1. A primeira coluna da esquerda para a direita apresenta as diferentes subfases a que os sujeitos foram expostos nesta fase de treino. Na segunda e na terceira colunas estão representados os estímulos que compunham os blocos em cada discriminação (subfase). A função dos estímulos da classe A (coluna do meio) e da classe B (coluna da direita) dependiam das exigências do procedimento adotado em cada experimento.

	Classe A	Classe B
1ª discriminação simples	A1	B1
2ª discriminação simples	A2	B2
	A1	B2
	A2	B1
	A1	B1
3ª discriminação simples	A3	B3
	A2	B2
	A1	B1
	A1	B2
	A1	B3
	A3	B2
	A3	B1
	A2	B1
	A2	B3

Inicialmente, a classe A foi designada positiva para ambos os experimentos. No experimento I isso se manteve até o final desta fase. No experimento II o procedimento de reversão de discriminações simples foi utilizado, e, portanto, o

sujeito deveria selecionar estímulos da classe A até que atingisse o critério de aprendizagem. A reversão era então conduzida, e os elementos da classe B tornavam-se positivos. Essas condições se mantinham até que o critério de reversão fosse atingido.

Fase 2

Constituiu em treinos e testes de discriminação condicional. O procedimento adotado nesta fase foi o mesmo para ambos os experimentos.

Os blocos foram compostos por tentativas de teste e de linha de base mistas. Todas as tentativas envolveram a apresentação de um estímulo-amostra e três de comparação. Na tabela 2 estão apresentadas as relações treinadas (===) e testadas (---).

TABELA 2. Na primeira coluna da esquerda para a direita estão especificadas as subfases dos treinos e testes desta fase. Na coluna do meio estão especificadas as condições experimentais (treinos da linha de base e testes em extinção) e na coluna da esquerda estão as relações que foram treinadas e testadas no decorrer de cada subfase. Essas relações estão representadas com os estímulos-amostra à esquerda e os de comparação à direita.

		Relações
1ª discriminação condicional	Linha de base	A1 === A1 A2 === A2 B1 === B1 B1 === B1
	Testes	B2 --- B1 B1 --- B2 A1 --- A2 A2 --- A1
2ª discriminação condicional	Linha de base	A4 === A1 B4 === B1
	Testes	B3 --- B4 A3 --- A4
3ª discriminação condicional	Linha de base	A4 === A1 A5 === A4 B4 === B1 B5 === B4
	Testes	A2 --- A5 B2 --- B5

Fase 3

Consistiu em testes de discriminação simples para verificar se os dois novos estímulos, incluídos na classe via discriminação condicional, passaram a fazer parte das classes funcionais anteriormente estabelecidas. Envolveu os cinco estímulos de cada classe.

Nesta fase o procedimento de reversão foi utilizado para ambos os experimentos. Os testes consistiram em três blocos de 25 tentativas (todas as combinações possíveis entre os dez elementos).

No primeiro e terceiro blocos a classe A foi designada positiva. No segundo, em função da reversão, os elementos da classe B tornaram-se positivos.

RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados se referem ao desempenho de um sujeito de cada experimento. São desempenhos considerados representativos dos resultados obtidos.

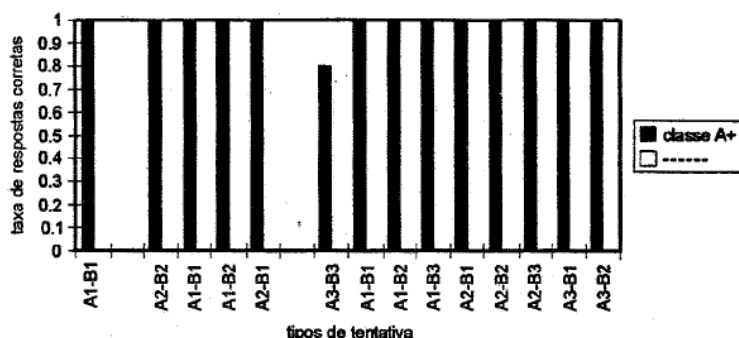


FIG. 1: desempenho do sujeito 4 na fase 1 do experimento I. As colunas representam a frequência de seleções corretas do sujeito 4 diante de cada tipo de tentativa de treino apresentado na fase 1. A primeira coluna refere-se ao desempenho desse sujeito durante os treinos da primeira discriminação simples, da segunda à quinta estão apresentados seus resultados na segunda discriminação, e da sexta coluna em diante, na terceira discriminação simples (ver tabela 1).

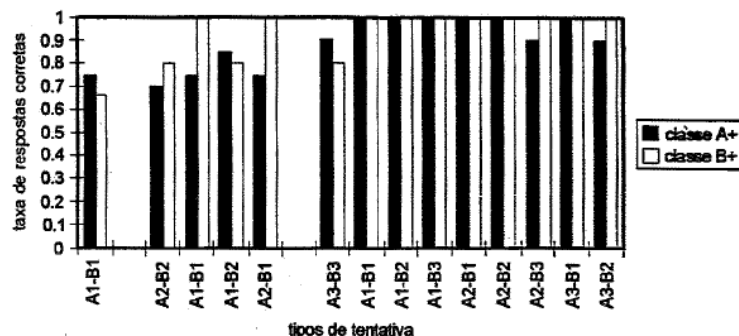


FIG. 2: desempenho do sujeito 6 na fase 1 do experimento II. As colunas representam, tal como na figura 1, o desempenho desse sujeito diante de cada tipo de tentativa dessa fase. Nesse caso, entretanto, as colunas vazadas referem-se às tentativas em que os elementos da classe B eram designados positivos.

Os dados do desempenho do sujeito submetido ao procedimento do experimento I (figura 1) permite-nos concluir que duas classes funcionais (conforme definidas anteriormente) foram estabelecidas. Nenhum erro foi cometido nas duas primeiras discriminações simples, e os erros cometidos na terceira discriminação foram diante de uma nova configuração ($A^3 - B^3$).

Duas classes de estímulos funcionais foram, também no experimento II (figura 2), estabelecidas. Embora o sujeito tenha cometido um número elevado de erros no início da fase, apresenta um desempenho estável ao final desta, alcançando os critérios exigidos (de aprendizagem e de reversão) nessa fase experimental. Cabe destacar que as configurações apresentadas na terceira discriminação simples envolviam todos os tipos de tentativas apresentadas nas discriminações anteriores, o que garante a formação das duas classes funcionais.

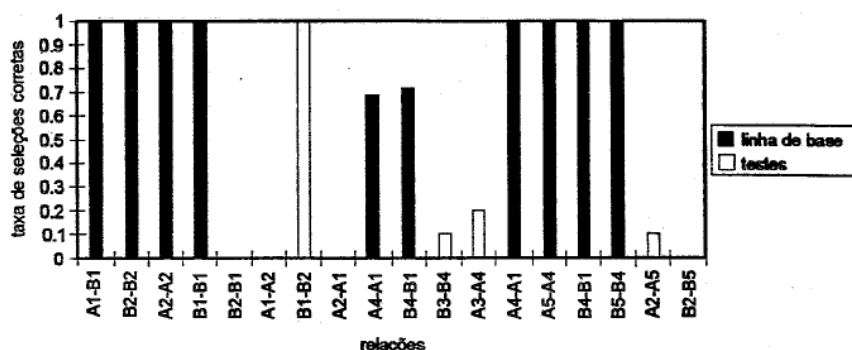


FIG. 3: desempenho do sujeito 4 na fase 2 do experimento I. As colunas representam o desempenho desse sujeito nas tentativas de linha de base (em preto) e de testes (vazadas) durante as discriminações condicionais. As primeiras oito relações compõem os blocos de tentativas da primeira discriminação condicional, as quatro relações seguintes à segunda discriminação condicional, e as seis últimas à terceira (ver tabela 2).

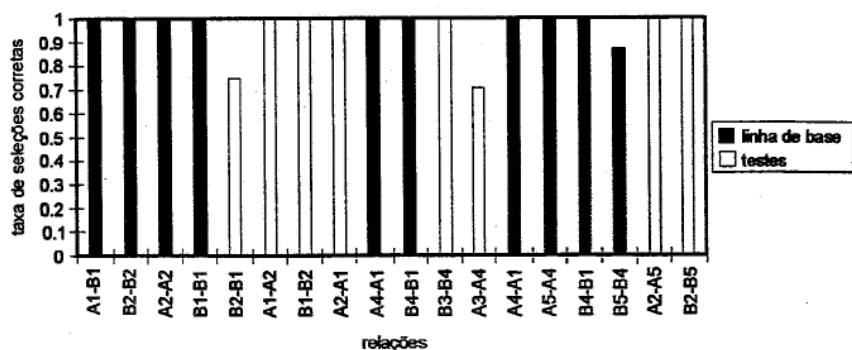


FIG. 4: desempenho do sujeito 6 na fase 2 do experimento II (mesmas especificações da figura 3).

Os dados de desempenho do sujeito 4 do experimento I (figura 3) demonstram que nas tentativas de linha de base (treinos de reflexividade) o critério de aprendizagem foi atingido sem erros. Entretanto, o sujeito fracassou nos testes de simetria da primeira discriminação condicional, demonstrando resultados positivos somente no teste da relação $B^1 \text{ --- } B^2$. Na segunda discriminação condicional o sujeito, embora tenha mantido seu desempenho nas tentativas de treino com cerca de 70% de seleções corretas, atingiu o critério de aprendizagem nos últimos blocos apresentados. Nos testes desta segunda discriminação, entretanto, o sujeito não apresentou as relações esperadas ($B^3 \text{ --- } B^4$ e $A^3 \text{ --- } A^4$). Na terceira discriminação condicional verifica-se, novamente, uma linha de base estabelecida sem erros e resultados negativos nos testes.

O contraste observado entre o desempenho do sujeito 6 (experimento II) e o do 4 (experimento I) pode ser verificado quando comparadas as figuras 3 e 4. O sujeito 6 comete poucos erros no decorrer tanto dos treinos quanto dos testes das três discriminações condicionais. A comparação desses resultados sugere que a ausência do procedimento de reversão de discriminações interferiu no desempenho condicional dos sujeitos. Uma primeira conclusão para a qual esses dados apontam seria a de que classes funcionais, estabelecidas sem o procedimento de reversão das discriminações, não correspondem ao mesmo processo comportamental observado na equivalência de estímulos. Cabe ainda discutir até que ponto é possível considerarmos, nestes termos, a formação de classes funcionais.

Na fase 3, o sujeito 4 (experimento I) cometeu três erros no primeiro bloco de tentativas em que os elementos da classe A foram designados positivos (na quarta, oitava e décima tentativas), três erros no segundo bloco, com a classe B positiva (na primeira, segunda e décima tentativas após a reversão) e apenas um erro no terceiro bloco, quando novamente a classe A era positiva (na primeira tentativa após a reversão). Esses dados demonstram que: a) no início dos testes dessa fase o sujeito não selecionou consistentemente estímulos da mesma classe, e b) seu desempenho no último bloco de tentativas sugere que a reversão passou a controlar suas respostas, e que este aprendizado ocorreu no decorrer da exposição às contingências dessa fase.

Já o sujeito 6 (experimento II) cometeu apenas dois erros no decorrer de todos os testes dessa fase. Esses erros ocorreram em tentativas que sucediam imediatamente as reversões, e dessa forma podem ser considerados inevitáveis. Diante desse desempenho, conclui-se que os dois estímulos introduzidos nas classes funcionais via discriminação condicional passaram a fazer parte delas.

DISCUSSÃO

Diante dos dados, aqui apresentados, da comparação entre os dois experimentos conduzidos e das conclusões que resultaram desta, algumas questões puderam ser levantadas:

- Se chamarmos de classes funcionais o que foi produzido através do procedimento de discriminações simples, sem o procedimento de sucessivas reversões, podemos supor que: a) as relações entre os estímulos desta classe não correspondem às relações que se podem observar entre estímulos de classes equivalentes, e b) devemos ter produzido algo além de classes funcionais quando adotamos o procedimento de sucessivas reversões de discriminações.

- Se entendermos por classes funcionais o que foi produzido através do procedimento de sucessivas reversões de discriminações simples, e não o que foi produzido através do procedimento de discriminação simples sem reversões, temos que admitir que a reversão das discriminações é uma condição necessária para a formação desse tipo de classe. Nesse caso: a) a definição de classes funcionais que adotamos é, senão incompleta, pouco precisa (já que a expressão "função comum" não inclui nem exclui o controle exercido pelas discriminações), e b) se o controle exercido pelas reversões das discriminações é controle condicional, e essa é uma condição necessária para a formação de classes funcionais, o que então diferencia classes funcionais de classes equivalentes?

Essas questões vêm, de diversas formas, permeando as discussões apresentadas na literatura da área. De certa forma, é possível perceber que há uma tendência em se admitir que classes funcionais não se distinguem facilmente de classes de estímulos equivalentes, o que nos permite dizer que são processos, no mínimo, relacionados (o que vai ao encontro da segunda hipótese aqui levantada).

Galvão (1992) destaca que a introdução das reversões transforma o que chamávamos de discriminações simples em discriminações condicionais. O autor afirma que a reversão exerce função de amostra e garante esta função ao estímulo correto (ou incorreto) das tentativas subsequentes. A única limitação do uso desse procedimento na formação de classes equivalentes seria, segundo o autor, o fato de que todas as relações estariam sendo diretamente ensinadas, e não seria possível criar a situação de teste em extinção de modo a demonstrar a presença das propriedades que definem a equivalência.

Saunders e Green (1992) sugerem que o procedimento de sucessivas reversões de discriminações simples deve ainda ser investigado como uma forma de facilitar, ou mesmo viabilizar, a formação de relações de equivalência.

Dube e cols. (1993) argumentam que é através de procedimentos desse tipo que conseguiremos demonstrar a formação de equivalência em sujeitos sem capacidade verbal, e que nossos fracassos sistemáticos nessa área são decorrentes, possivelmente, do tipo de procedimento tradicionalmente adotado para esse tipo de investigação.

Outras alternativas, além do procedimento de reversão das discriminações simples, vêm sendo exploradas no sentido de procurar demonstrar equivalência de estímulos em sujeitos não verbais.

Schusterman e Kastak (1993), utilizando procedimentos de discriminação condicional conforme o modelo, treinaram e testaram relações de equivalência em leões marinhos. Utilizaram noventa estímulos, divididos em trinta classes, cada qual contendo três figuras arbitrárias. Dessas trinta classes os autores se utilizaram de doze para estabelecer uma história de *matching* arbitrário. Essa história consistia em treinos das propriedades relacionais de simetria e transitividade, que eram consideradas pré-requisitos para o teste de equivalência. Com as dezoito classes restantes os autores estabeleceram uma linha de base A --- B e B --- C, e testaram a relação $C = A$. O desempenho de um dos sujeitos permite afirmar que houve demonstração de equivalência (em catorze das dezoito classes). Os autores sugerem que propiciar uma história de relações condicionais aos sujeitos pode ser pré-requisito para a demonstração desse fenômeno em sujeitos não-verbais. Uma possível crítica de que sujeitos verbais não necessitariam dessa história prévia para demonstrar equivalência parece frágil diante das evidências de que sujeitos que passam por treino para aquisição de linguagem são submetidos, necessariamente, a uma história semelhante (de treino relacional de simetria e transitividade). Nesse sentido, parece coerente a conclusão dos autores de que a equivalência não é mediada pela linguagem, mas sim um pré-requisito para a aquisição da habilidade verbal.

No presente estudo, procuramos explorar o procedimento proposto por Vaughan (1988). Fica claro que tanto Vaughan (1988) - com o procedimento de reversões de discriminações simples - quanto, mais recentemente, Schusterman e Kastak (1993) - com o procedimento acima descrito - apresentam contribuições importantes para o desenvolvimento da pesquisa nessa área. São propostas inovadoras que poderão dar continuidade às investigações relacionadas à aquisição de linguagem no contexto do paradigma da equivalência de estímulos.

Referências bibliográficas

- DEVANY, J. M.; HAYES, S. C.; NELSON, R. O. Equivalence class formation in language-able and language-disabled children. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 46, pp. 243-257, 1986.
- DUBE; MCILVANE; CALLAHAN; STODDARD. The search for stimulus equivalence in nonverbal organisms. *The Psychological Record*, 43, pp.761-778, 1993.
- GALVÃO, O. F. *Classes funcionais e equivalência de estímulos*. Miniconferência apresentada na XXII Reunião Anual de Psicologia. Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, 1992.
- HAYES, S. C. Nonhumans have not yet shown stimulus equivalence. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 51, pp. 385-392, 1989.
- LEARY, D. E. One hundred years of experimental psychology: an american perspective. *Psychological Record*, 42, pp. 175-189, 1980.

- MCINTIRE, K. D.; CLEARY, J.; THOMPSON, T. Conditional relations by monkeys: reflexivity, simetry and transitivity. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 47, pp. 279-285, 1987.
- SAUNDERS, R. & GREEN, G. The non equivalence of behavioral and mathematical equivalence. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 57, pp. 227-241, 1992.
- SKINNER, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas, Papirus, 1991.
- SIDMAN, M. & TAILBY, W. Conditional discrimination vs. matching to sample: an expansion of the testing paradigm. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 37, pp. 5-52, 1982.
- SIDMAN, M. Functional analysis of emergent verbal classes. In: T. Thompson & M. D. Zeiler (eds.). *Analysis and integration of verbal units*. Hillsdale, Erlbaum, 1986.
- SIDMAN, M.; WYNNE, C. K.; MAGUIRE, R. W. & BARNES, T. Functional classes and equivalence relations. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 52, pp. 261-274, 1989.
- SIDMAN, M. Equivalence relations: where do they come from? In: BLACKMAN, D. E. & LEJEUNE, H. (eds.). *Behavior analysis in theory and practice: contributions and controversies*. Hillsdale, Erlbaum, 1991.
- SCHUSTERMAN, R. J. & KASTAK, D. A California Sea Lion (*Zalophus californianus*) is capable of forming equivalence relations. *Psychological Record*, 43, pp. 823-839, 1993.
- VAUGHAN, W. Jr. Formation of equivalence sets in pigeons. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavioral Processes*, 14, pp. 36-42, 1998.

Considerações sobre a polêmica do diagnóstico na psicologia

Miriam Debieux Rosa*

RESUMO. Este trabalho discute o diagnóstico psicológico e reflete sobre suas possibilidades e limites, tendo em vista que o ser humano é o centro da questão. Discute a necessidade do diagnóstico e conclui que a forma de conceber o diagnóstico depende da corrente da psicologia.

Palavras-chave: diagnóstico psicológico, psicodiagnóstico, testes psicológicos, entrevista devolutiva.

O que se pretende defender neste trabalho são dois aspectos da *importância do diagnóstico: o teórico*, através do qual o psicólogo recorta a realidade, demonstrando seu objeto e enunciando a que vem a psicologia; e *o prático*, ou seja, a função do diagnóstico como elemento de sustentação do exercício da psicologia.

Para efetivar esta discussão, utilizo o conceito de demanda que indica o espaço em que o psicólogo é chamado a atuar e o que é possível produzir a partir dele. Em breve indicação histórica, diria que a demanda que propiciou um espaço social para a psicologia foi a prática da utilização de testes psicológicos. As idéias de liberdade e igualdade consideram a necessidade de oportunidades iguais para todos, sem um critério que os distinguisse *a priori*. A distinção passa a ser feita a partir do que se consideram os dotes pessoais de cada um. Procura-se "o homem certo para o lugar certo", na seleção de pessoal; as escolas precisam avaliar as crianças de acordo com as expectativas que o seu potencial cria. A psicologia é chamada e se apresenta para classificar, medir, comparar e selecionar as pessoas.

Neste momento da história da psicologia, o espaço que lhe é oferecido, a partir do qual exerce sua prática, é o de representante qualificado das instituições. A demanda social faz do psicólogo instrumento da instituição; sua função social é atender à instituição, à sociedade.

Essa forma de pensar a psicologia é constantemente questionada. Começa a haver uma revisão crítica que implica em radical transformação. Há avanço e reformulação no próprio conceito da psicologia. O psicólogo volta-se para o diagnóstico e a análise da instituição que o solicita. No âmbito da escola, a questão para a psicologia não é mais o aluno problema e sim a instituição que o produz. Deixando de focar o indivíduo, seus benefícios abrangem o conjunto dos alunos. Funda-se, assim, um outro lugar e uma outra prática para a psicologia. Seu método é o da análise daquele que demanda, que, aliás, advém da chamada psicologia clínica.

É imperioso, tanto para o resgate da dimensão subjetiva como para algumas leituras da análise institucional, rever o conceito de indivíduo. O indivíduo

* Professora do Departamento de Métodos e Técnicas em Psicologia e Vice-diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre em Psicologia Clínica.

deve ser pensado como ser distinto das relações sociais, assim como a dimensão psíquica se distingue da biológica e da social.

Várias teorias questionam o conceito de indivíduo, que traz na sua concepção a idéia do indiviso, do unitário. A psicanálise de influência lacaniana trabalha com o conceito de sujeito, sujeito do inconsciente, aquele que é marcado pela divisão. Esta abordagem constata que a realidade psíquica é diferente da realidade das relações sociais, pois, ao assimilar o patrimônio humano, objetivado no mundo social, a subjetividade vai dar-lhe nova forma (Leclaire, 1977). Ela diferencia a necessidade, imprimida pelo âmbito biológico, do desejo, engendrado pela cultura. A cultura é a ordem simbólica instaurada pela linguagem. A entrada para a ordem da cultura dá-se através da perda do mito de pertencer a um conjunto que lhe deve o reconhecimento e a realização. Entrar para a cultura supõe acatar, fazer suas as regras de funcionamento da conjuntura. Mas não só. A sua condição de sujeito dividido supõe que carregue a exclusão, a insatisfação, e dá-lhe o direito de transcender ao lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo.

Tais idéias ilustram o movimento da psicologia, que se articula entre as construções teóricas e o reconhecimento, e a demanda social que regula a prática. Nesse sentido, o contexto em que o trabalho psicológico é realizado determina o caráter do próprio trabalho. Mais do que isso, demonstra o que a psicologia está efetivamente tomando como objeto.

As armadilhas estão aí. Cada proposta que pretende liberar o homem da servidão contém o germe da própria servidão. A análise institucional arrisca-se a tornar-se uma psicologia das massas; a psicologia clínica arrisca-se ser instrumento de alienação.

Postulamos, portanto, que a prática psicológica deve ser regida pelo diagnóstico, *uma vez que o diagnóstico mostra o ponto de vista do psicólogo sobre o objeto*. Expõe as mazelas e vicissitudes do pensamento, que, assim, pode ser rearticulado.

Neste campo de conhecimento, há um engendramento da teoria com a prática. "O fato é que a prática e a teoria se alimentam mutuamente. Uma não se desenvolve sem a outra, não podendo haver desvinculação e nem subordinação total entre elas" (Ancona-Lopes, 1984:10). Refletindo sobre esta formulação, afirmamos que a prática psicológica deve ser claramente articulada a uma teoria, a um saber explicitado, pois só assim é possível constatar os pressupostos e a ideologia infiltrados no pensamento. Abster-se do diagnóstico é ficar a mercê de critérios imponderáveis, do senso comum, das emoções e preconceitos, da ideologia. Tanto a teoria como suas conseqüências práticas devem ser expostas à crítica, à revisão e, se necessário, ao abandono, quando não se fizerem mais consistentes. Dessa forma, a psicologia se torna uma prática regulada, regida por princípios claros. As boas intenções ou o desejo de fazer o bem não são práticas psicológicas.

Tal posicionamento, no entanto, não nos exige de enfrentar o fator de que o diagnóstico é um tema polêmico na psicologia. A polêmica começa pelo significado da palavra diagnóstico e pelo questionamento de sua necessidade e das formas de executá-lo.

Apresentaremos os dois tipos atuais de diagnóstico, institucional e clínico, para discutir o último. Dividiremos o assunto em dois tópicos: o que é o diagnóstico e quais são as formas de diagnóstico psicológico.

O *diagnóstico institucional* é caracterizado pela reflexão sobre a política de saúde. Dessa reflexão – o exame das metas das políticas – deve resultar uma proposta de atuação. O foco do diagnóstico é a instituição, e ele deve caracterizar a relação desta com os seus agentes, ou seja, as relações entre a estrutura de saúde e seus profissionais, e suas consequências no atendimento ao paciente (Barembliitt, 1992).

O *diagnóstico clínico* pode ser abordado segundo as principais correntes teóricas que dão corpo à psicologia: a psicanálise, a fenomenologia e a análise experimental do comportamento. Na psicanálise, o diagnóstico tem por objetivo a compreensão do sujeito, na dinâmica da demanda e do desejo (Volnovich, 1991). O diagnóstico visa decidir o tipo de atendimento necessário, tanto no nível preventivo como no tratamento de condição patológica.

O que é o diagnóstico psicológico

A estratégia do texto é de, ao dialogar com as críticas habituais ao diagnóstico psicológico, explicitar e fundamentar as posições aqui defendidas.

O diagnóstico psicológico caracteriza-se – e aqui concordamos com a crítica – por ser uma descrição que, como tal, seleciona, prioriza e recorta aspectos do objeto. O diagnóstico é sempre parcial. Não abrange o objeto total, e nem mesmo o que tem de essencial. É, necessariamente superado pelo conjunto ou pelo contexto.

No diagnóstico, não há intervenção, não há interpretação, não há transformação da relação. A interpretação existente no diagnóstico não está a serviço dessa transformação. No diagnóstico, interpretar é decodificar, segundo o código teórico do psicólogo, o código da relação que permitiu a revelação. Para tal, interrompe a cadeia de produção de metáforas, imobilizando e descaracterizando aquele que está sendo diagnosticado (Silva, 1989). Por isso é parcial.

Concordamos e tomamos como caracterização do diagnóstico psicológico a sua limitação. Ele não é o diagnóstico do homem, mas a explicitação de um ponto de vista sobre ele. Saber diagnosticar não é saber sobre o homem e seu destino, é explicitar o que se sabe sobre uma dimensão do humano, deixando de fora todas as outras. Nesse sentido reiteramos Silva, ao dizer que o diagnóstico limita o poder e a autoridade do psicólogo frente ao outro (Silva, 1993).

Por outro lado, não concordamos em igualar diagnóstico a rótulo. Diagnosticar é dar nomes, o que não significa rotular. Mesmo sendo nomes não produzidos na relação, mas que têm por referência conceitos do psicólogo. Dar nomes é o primeiro momento de uma teoria que, iniciante, não apresenta soluções, mas começa por construir uma nomenclatura que particulariza uma observação. Se os nomes servem para classificar, servem também para construir significados novos, descobertas impossíveis, se assentadas sobre o já estabelecido; servem para estabelecer fronteiras, campos de observação, onde a idéia não é refutar outro campo, mas construir outro saber, como a neurologia ou a psicanálise. Têm por finalidade construir um vocabulário, uma teoria, um lugar para novas significações. Pretendem fazer fronteiras com outros conhecimentos, fundar uma idéia no lugar de crenças antigas (Mannoni, 1992). Por exemplo, Freud viveu a relação de proximidade com suas pacientes. Breuer denominou-a amor e afastou-se. Freud nomeou-a transferência e produziu a teoria da técnica do tratamento psicanalítico. Dizer psiquismo e não alma supõe a construção de um novo olhar. Supõe a distinção de uma outra faceta do objeto, a tentativa de construir uma ciência.

A apreensão da realidade, o conhecimento, está sempre permeada por um conjunto de idéias (Ancona-Lopes, 1984). Dessas idéias podemos retirar o que há de importante no diagnóstico. *Diagnosticar é ver através de uma teoria.* A ciência busca parâmetros de conhecimento para transcender ao bom senso. O bom senso é a teoria de um grupo social. É de outro lugar, segundo outro modelo, que pretende ser científico, mesmo quando precário e insatisfatório, que se conhece o fato.

Concluimos, então, que o diagnóstico *delimita o campo de análise e aponta o posicionamento epistemológico do psicólogo. É ele que nos permite sair do campo do particular, da vivência, para construir o campo da investigação, da pesquisa, do conhecimento.* A vivência, a experiência, só pode ser captada pelo conhecimento em sua interrupção.

Ademais, constatamos que *diagnosticar não é uma opção, mas uma condição do conhecimento.* A teoria é um instrumento para se pensar a realidade, abertura para o conhecimento. É verdade parcial, e não saber absoluto; deve ser demonstrada, não é dogma (Castro, 1993). O fato de que nenhuma teoria se mostrou, até agora, suficiente para responder a todas as questões colocadas pela psicologia, não nos autoriza a dispensá-las.

Tal constatação não nos desobriga de enfrentar outro problema colocado pelo diagnóstico, especialmente quando se toma o sujeito como objeto. Diagnosticar é tomar o sujeito, aquele a quem a psicologia pretende ouvir, como objeto de análise.

O cliente procura o psicólogo em busca do seu saber. No afã de ver suas aflições equacionadas, oferece-se como objeto, ávido de ser desvendado. Pede para ser cuidado pelo saber do outro. E, como só é capaz de apreender a si

mesmo como objeto, alienado no eu, é como tal que se apresenta: "Sou 295.3", dizem alguns, tomando o código do psiquiatra. Ao diagnosticar, o psicólogo aca-
ta a relação sujeito-objeto, desvelando o outro para sua ciência, mas congelan-
do-o na sua condição de objeto, impossibilitando a transformação. O grande
paradoxo e risco para o cliente é que, ao ser assim delimitado, ganha uma
identidade; se ele é, mesmo que seja um número, teme que, ao deixar de ser,
perca-se de si mesmo. Com este tipo de "solução", com o apego ao diagnósti-
co, ao que toma por definido, o sujeito perde de vista sua dimensão propria-
mente humana, a de poder vir a ser.

Um desafio se coloca. De um lado, não há como eliminar o diagnóstico,
pois ele é o ponto de encontro da teoria e da prática, e um lugar no qual se
constrói o conhecimento. De outro, tratar o cliente como alguém a ser diagnosti-
cado coloca-o na posição de objeto, inviabilizando os projetos da psicologia.

O caminho que se vislumbra, para o psicólogo, é o de discernir suas duas
funções, no campo científico e no campo que chamaremos da relação com o
cliente. Nesta medida, há, sim, que se viabilizar o diagnóstico como uma estra-
tégia de início de intervenção.

Formas do diagnóstico psicológico

Com este posicionamento entramos no segundo tópico, ou seja, as formas
de diagnosticar. Isto porque, se tomarmos o diagnóstico como o que não pode
deixar de ser, a questão se transforma: de fazer ou não o diagnóstico para
como e o que fazer do diagnóstico, ou seja, do saber psicológico. Fala-se aqui
da passagem da teoria para a prática. Se o diagnóstico é uma forma de relação
do psicólogo com seu trabalho, que aponta seu posicionamento epistemológico,
é também uma forma de relação com o cliente.

Duas posturas podem ser identificadas na psicologia clínica: a primeira,
*aquela que atribui saber ao diagnóstico, tomado como conhecimento objetivo do
fenômeno humano*. Indica uma postura imparcial, de orientação positivista, aos
moldes do modelo médico e psicométrico. O diagnóstico vai orientar e dirigir o
paciente, tomado aqui como objeto, enquanto o psicólogo é instrumento da sua
ciência. Ele identifica e classifica características ou distúrbios do paciente. Nem
o psicólogo nem o cliente têm algo a dizer. O dado fala por si.

A segunda postura é *aquela em que o diagnóstico orienta, não o cliente,
mas o psicólogo, na sua intervenção*. Nesta clínica torna-se possível a proposta
de preservar a relação com o cliente. Tomando por base o referencial psicanalí-
tico, deve predominar, no atendimento, a regra de abstinência que recomenda
não responder à demanda do paciente. A atitude do psicólogo é frustrante. O
paciente é instado a revelar-se, mas o psicólogo se recusa a satisfazê-lo, a cui-
dar dele.

Colocar-se como suporte da verdade do paciente sem corresponder à demanda, remete-o à busca de uma revelação que está além do psicólogo, está na sua própria constituição de sujeito. Quando o psicólogo coloca-se no lugar que o paciente deseja, como detentor da verdade, a situação de diagnóstico (teste) torna-se um jogo pelo poder, pela posse da verdade. (Silva, 1993:7)

Aplicar a abstinência à situação de diagnóstico pode viabilizá-la como estratégia de um início de intervenção.

Tal postura não retira do diagnóstico o objetivo de detectar o sintoma que tem valor de mensagem e diferenciá-lo das indicações de déficits que supõem um encaminhamento nesta direção (Mannoni, 1982).

No entanto, detectar o déficit não é suficiente para caracterizar o que marca o campo do psicológico. O QI, os déficits de atenção e abstração só têm sentido se situados na história do sujeito, numa dinâmica que considera o pedido e o desejo. Este é o campo do psicológico: buscar um sentido no discurso do sujeito. Também não é a utilização de testes que vai determinar a posição epistemológica do psicólogo. O fundamental é a sua postura.

Os testes psicológicos podem ser instrumentos auxiliares no diagnóstico psicológico. Mas seu valor, como dado central, deve ser questionado. No entanto, não se pode descartar os inúmeros estudos e pesquisas que dão consistência e relevância às informações que podem fornecer para a reflexão do psicólogo, principalmente quando o que está em jogo é um diagnóstico diferencial, do qual depende o encaminhamento do caso. Os testes são intermediários para um diálogo sobre o que é desconhecido. Fala-se do que é possível para falar de outra coisa. O que está em jogo é sempre o sentido do dito, resultante do campo psicólogo-paciente (Dias, 1983).

O diagnóstico, como dissemos, vai orientar a intervenção do psicólogo e não do paciente. Nesta medida, é preciso repensar a chamada entrevista devolutiva. Ela não pode ter como objetivo unicamente informar ao paciente as hipóteses do psicólogo. Deve ser o momento de envolver o paciente com os problemas dos quais se queixa, possibilitando a abertura de questionamentos sobre as relações da pessoa com o outro, com sua produção, consigo mesmo. Ela não deve fechar questões, mas abri-las. Abrir possibilidades de busca de sua verdade, através do que ele mesmo diz. Tal atitude implica mudança na posição tradicional do psicólogo na situação de psicodiagnóstico, marcada pela influência da relação médico-paciente.

O argumento que está na base desta proposta diz respeito às várias facetas que pode tomar a conceituação de sintoma neurótico. Se tomarmos o sintoma como uma solução imaginária e sedimentada de uma questão que não foi formulada, ele está no lugar de uma pergunta. Nesse caso, o resultado do diagnóstico se sobrepõe ao diagnóstico prévio da pessoa. Ela, como já dissemos, tende a substituir, rejeitar ou conviver com as duas explicações sobre seu sofrimento: a sua, prévia, que alimenta e mantém o sintoma; e, para oferecer aos

outros, a explicação científica, oficial e redentora que o psicólogo oferece. O diagnóstico apenas concilia, apazigua, dá impressão de controle da situação.

Se tomarmos o sintoma como uma mensagem, o lugar da verdade do sujeito, o objetivo não é o de suprimi-lo, mas de articulá-lo, desvendando-o e integrando-o com sua história. Como mensagem dos conflitos individuais, familiares, sociopolíticos (Volnovich, 1991), o sintoma não pode ser apenas classificado e identificado. Deve ter de volta o seu caráter intrigante e desafiador, do que está fora da ordem. É próprio do psicólogo, neste caso, ser pouco apressado, e esperar que o sujeito se situe na sua história antes de conduzi-lo por um caminho que deveria descobrir sozinho.

Concluindo, diremos que é muito mais o posicionamento abrangente que vai caracterizar o psicólogo e não uma forma específica de atendimento.

Referências bibliográficas

- ANCONA-LOPES, M. Contexto geral do diagnóstico psicológico. In: TRINCA, W. *Diagnóstico psicológico*. São Paulo, EPU, 1984.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
- CASTRO, E. *Diagnóstico fenomenológico e psicologia*. Aula ministrada no curso Fundamentos do Diagnóstico Psicológico, na PUC-SP, 1993.
- DIAS, S. *Reflexões sobre os fundamentos teóricos do Teste de Apercepção Temático*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1983.
- LECLAIRE, S. *O sujeito, o corpo e a letra*. Lisboa, Arcádia, 1977.
- MANNONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- MANNONI, O. *Um espanto tão intenso*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- SILVA, M. D. V. *The projective test in the psychoanalytic clinic*. Trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de Rorschach e Métodos Projetivos. Lisboa, 1993.
- SILVA, M. D. V. *Rorschach: uma abordagem psicanalítica*. São Paulo, EPU, 1989.
- TRINCA, W. & col. *Diagnóstico psicológico*. São Paulo, EPU, 1984.
- VOLNOVICH, J. *Lições introdutórias à psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro, Relume, 1991.

Diagnóstico pluridimensional dinâmico em psiquiatria

Antonio Matos Fontana*

Maria Cristina Pitta Salum Fontana**

RESUMO. Devemos a Kretschmer o conceito de diagnóstico pluridimensional em psiquiatria. Entre nós, um dos que mais estudou o assunto foi Leme Lopes.

Sem alterar a idéia básica de diagnóstico pluridimensional dinâmico, propomos um novo esquema, inspirado nas séries complementares de Freud. Mostram a vantagem e a clareza do novo esquema para uma visão holística dos pacientes.

Palavras-chave: diagnóstico pluridimensional dinâmico, polidimensional, multidimensional.

Foi Kretschmer quem, em 1918, criou o conceito de diagnóstico pluridimensional em psiquiatria. Inúmeros outros autores, a seguir, se ocupariam com o estudo e a caracterização desse tipo de diagnóstico.

Entre nós, um dos que mais se dedicou ao assunto foi, sem dúvida, Leme Lopes, que, em 1954, publicou significativo trabalho a esse respeito. Posteriormente, em 1980, retornou ao assunto, e, a despeito de inúmeros ensaios de outros autores publicados nesse período (54-80), manteve a mesma orientação.

Leme Lopes propõe três dimensões para o diagnóstico pluridimensional em psiquiatria (1980):

1. a síndrome
2. a personalidade pré-mórbida
3. a constelação etiológica

Por outro lado, alerta que tais dimensões não são estáticas, mas, *dinâmicas*, e a respeito do assunto apresenta o seu esquema, reproduzido no diagrama 1.

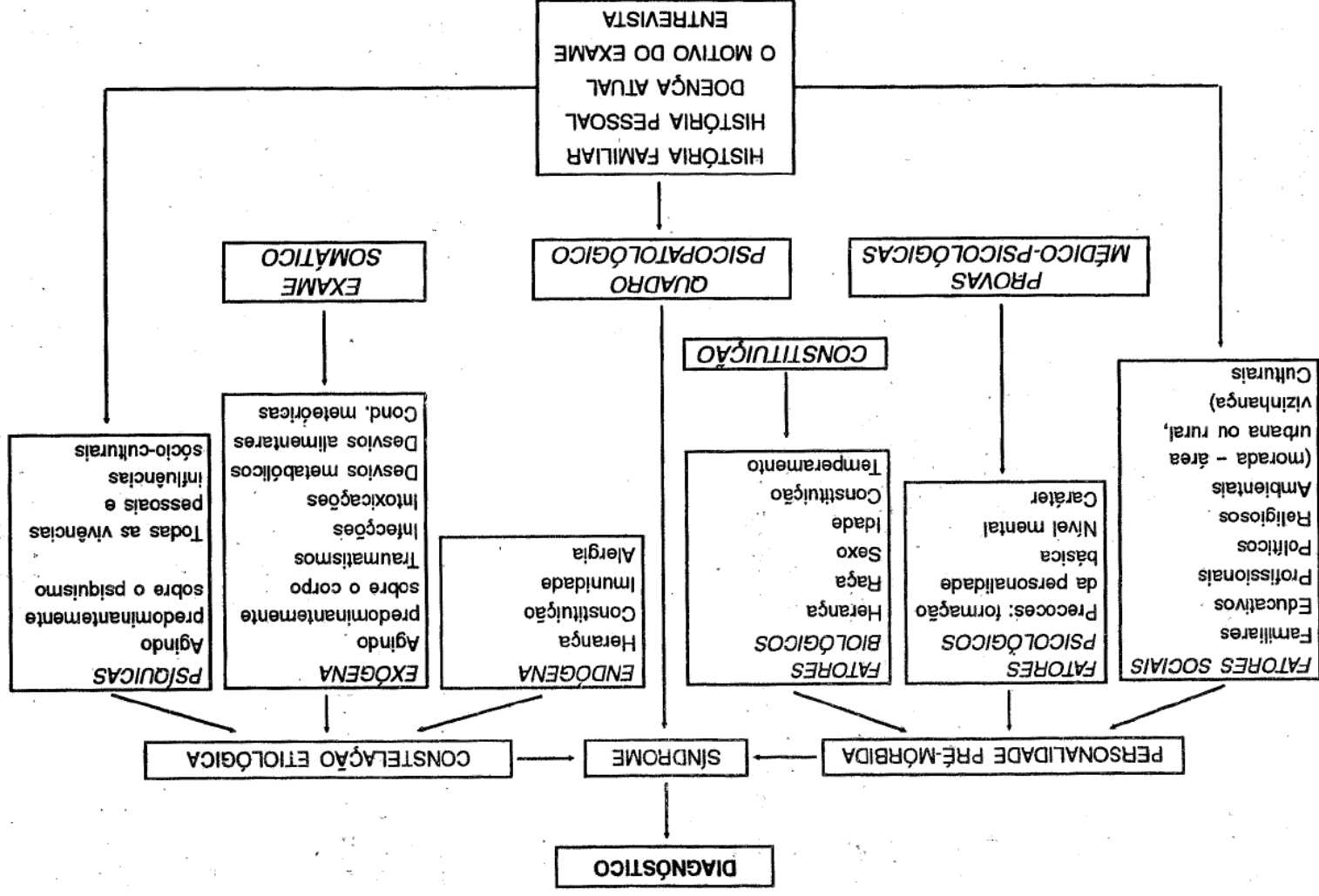
À primeira vista, o diagrama parece-nos bastante interessante; porém, quando analisado de maneira mais rigorosa, passamos a sentir falta da noção de *feedback* entre os seus elementos constituintes básicos.

De qualquer forma, a contribuição de Leme Lopes possui valor inestimável. A partir dele fica muito claro que um diagnóstico pluridimensional dinâmico em psiquiatria só pode ser realizado quando conseguimos integrar os três momentos cruciais:

- a) a identificação da síndrome;
- b) o levantamento da personalidade pré-mórbida, e
- c) o estabelecimento da constelação etiológica.

* Professor Titular das disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica e Coordenador da Unidade de Psiquiatria e Psicologia Médica - Serviços de Ambulatório e Pronto-Socorro Psiquiátrico - Faculdade de Ciências Médicas da PUC-SP. Médico, Psiquiatra e Psicanalista.

** Auxiliar de Ensino das disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica - Faculdade de Ciências Médicas da PUC-SP. Médica, Psiquiatra e Psicanalista.



Diz ele que a partir daí "o diagnóstico está então armado na grande maioria das vezes" (1980).

Weitbrecht (1959) foi um dos que mais se ocupou da revisão do problema da síndrome em relação ao diagnóstico psiquiátrico. Ele reconhecia como elemento básico a comparação constante entre a síndrome inicialmente estabelecida e a evolução do quadro clínico. Entretanto, seguimos nos utilizando da classificação das síndromes proposta por Leme Lopes (1980), que se baseou em todos os progressos feitos anteriormente. Sua classificação possui grande valor do ponto de vista clínico. Segundo ele, assim se apresentam as *síndromes psiquiátricas*:

A. Síndromes psico-orgânicas

- local ou focal
- exógena preferencial (Bonhöffer, 1912)
- demencial
- convulsiva
- psico-endócrina (M. Bleuler, 1954)
- retardo mental

B. Síndromes psico-afetivas

- ansiosa (Lopez Ibor, 1950)
- maníaca
- depressiva

C. Síndromes delirante-alucinatórias

- paranóide
- com desagregação
- alucinatória

D. Síndromes catatônicas

- hipocinéticas; estupor
- hipercinéticas

E. Síndromes neuróticas

- histérica
- compulsiva
- fóbica
- ansiosa
- psicastênica
- neurastênica

F. Síndromes por desvio da norma

quantitativa: debilidade mental

qualitativa: personalidade anormal

É bem verdade que a abordagem dinâmica, em que o significado dos sintomas adquire relevo, acabou por fazer com que muitos psiquiatras com formação analítica deixassem de se preocupar com a perfeita caracterização da(s) síndrome(s). Mas pensamos que num primeiro momento o diagnóstico sindrômico é importante, devendo fazer parte do trabalho psiquiátrico. É preciso que se lembre, porém, que esse diagnóstico, por sua inespecificidade, só vai adquirir significado quando considerado a partir da personalidade pré-mórbida e da constelação etiológica. Portanto, da interação dessas três dimensões – lembrando que no indivíduo, tal como ele se apresenta hoje, encontra-se de alguma forma representada toda a sua história – chegamos ao diagnóstico pluridimensional dinâmico. Pluridimensional porque procura levar em conta todos os fatores – hereditários, congênitos, orgânicos p.d. (exógenos, ou adquiridos), psicossociais ou sociopsicológicos – interagindo, compondo-se em diferentes proporções nos diferentes momentos da vida do indivíduo. Dinâmico, não apenas no sentido das múltiplas equações simbólicas ou mesmo simbolismos, das infinitas interligações entre os mais diferentes fatores mediados pela maior ou menor ansiedade do sujeito, que é variável em cada nova vivência. Pluridimensional dinâmico no sentido de que o homem é um constante vir-a-ser, fazendo com que todo diagnóstico em psiquiatria seja considerado provisório, ou, mais simplesmente, *atual*. Ou seja, a cada novo encontro, a cada nova consulta, o diagnóstico deve ser reconsiderado, já que ele se processa na relação médico-paciente. Como diz Simo: “No que concerne à questão do diagnóstico, diríamos, como Heráclito, que o paciente que vimos ontem *não é o mesmo* que nos chega hoje. O analista que recebe hoje esse paciente *tampouco é o mesmo* que o recebeu ontem” (1992). É interessante a opinião desse renomado psicanalista, pois muito embora desconsidere o valor do diagnóstico, possui uma maneira de senti-lo perfeitamente de acordo com um dos princípios básicos que norteiam a noção de diagnóstico pluridimensional dinâmico em psiquiatria.

Proposta de um novo esquema

O saudoso Teixeira Lima¹ costumava dizer que “uma classificação psiquiátrica é boa quando por si só é capaz de ensinar”². Parafreseando-o, diríamos que um esquema, ou diagrama, é bom quando “fala” por si mesmo. Sem nos

1 Prof. Dr. André Teixeira Lima – Professor Titular das disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica da Faculdade de Ciências Médicas da PUC-SP, Sorocaba (1956-1985).

2 Comunicação pessoal.

sua família (Kusnetzoff, 1982). Quer dizer, a relação endogâmica será substituída por uma relação muito mais ampla, exogâmica.

Um segundo "fechamento" do aparelho psíquico irá ocorrer na puberdade e adolescência, quando o indivíduo passará a exercer uma sexualidade verdadeiramente adulta, estando já bem definidas as identificações com os progenitores.

A fim de tornar o esquema mais claro e abrangente, propomos algumas pequenas modificações, conforme se pode apreciar no diagrama 3. Este esquema que estamos propondo visa explicar e compreender os diferentes quadros psicopatológicos encontrados dentro da psiquiatria.

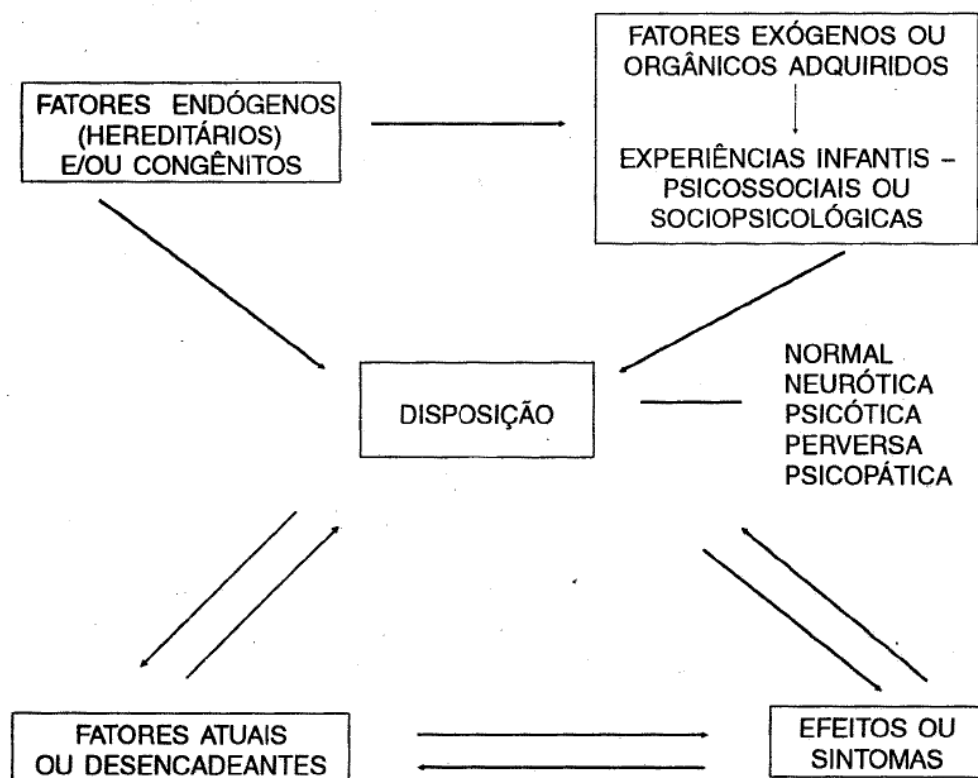


DIAGRAMA 3: Séries complementares de Sigmund Freud. Esquema de Juan Carlos Kusnetzoff, modificado por A. Matos Fontana e M. Cristina P. S. Fontana.

Os fatores hereditários da primeira série complementar correspondem ao que, em psiquiatria, chamamos de fatores endógenos. Ao lado deles, os congênitos. Na segunda série complementar acrescentamos os fatores exógenos ou orgânicos adquiridos, que também podem ter influência decisiva nas experiências infantis. A esse respeito, lembramos que elas podem ser de duas ordens:

psicossociais, quando o *acento tônico* recai nos aspectos psicológicos do indivíduo; ou sociopsicológicos, quando o meio foi mais importante.

A disposição resultante poderá exacerbar um funcionamento normal ou não. Quando a disposição não é normal, o indivíduo irá funcionar de maneira neurótica, psicótica, perversa ou psicopática. A transição de um tipo de funcionamento para outro é muito freqüente, e não é raro encontrar dois ou mais tipos diferentes de funcionamento no mesmo indivíduo.

Essa disposição irá entrar em contato com os fatores atuais ou desencadeantes, ou seja, agressões de natureza orgânica ou psíquica, dando como resultado os efeitos ou sintomas. Do *feedback* triangular desses elementos (disposição, fatores atuais ou desencadeantes, efeitos ou sintomas) resulta a síndrome psicopatológica, que traz em seu bojo o indivíduo como um todo.

É por essa razão que a anamnese, em psiquiatria, tem que ser *biográfica*, subjetiva e objetiva, dirigida (= interrogatório, para o diagnóstico das patologias orgânicas) e não dirigida (= livre, com o paciente discorrendo a seu bel-prazer, acerca de suas *vivências* atuais ou remotas).

Em suma, para podermos conceber um diagnóstico pluridimensional dinâmico, temos que abordar o indivíduo como *ser bio-psico-social*, lembrando que:

a) de maneira geral, todo fenômeno ou sintoma psicopatológico tem origem no passado, mas via de regra só se manifesta e persiste em razão de fatores presentes (Kusnetzoff, 1982);

b) por mais evidente que possa parecer uma determinada causa, ela é falsa; no geral o que existe é uma causalidade complexa, já que todo o indivíduo, com sua história, está presente na síndrome psicopatológica por ele fabricada;

c) o tempo existencial (que nem sempre coincide com a idade cronológica) sempre tem que ser levado em consideração. A época de instalação de um determinado quadro psicopatológico tem grande importância, não apenas na gravidade do mesmo, como em relação ao prognóstico.

É por tal razão que, sem desprezarmos os demais fatores, procuramos sempre apontar qual seria o fator mais importante, ou mesmo fundamental. Ou seja, em que ponto de todo o campo psicopatológico (diagrama 3) vamos colocar o *acento tônico* e de que forma ele se relaciona com o tempo existencial do indivíduo. Ao colocarmos o acento tônico num ou mais pontos do diagrama, estaremos praticamente definindo o(s) fator(es) patogênico(s) ou etiopatogênico(s), ficando o restante do diagrama reservado para os fatores topoplásticos. Por exemplo, se num dado caso concreto elegemos como básica a vivência atual (fator atual), todos os demais elementos darão sua colaboração dentro da topoplastia – a disposição com seus fatores predisponentes (primeira e segunda séries complementares) –, e os efeitos ou sintomas estarão de tal forma presentes, que darão uma forma de apresentação toda especial à vivência atual, dela recebendo influência e tornando extremamente particular, individual, a reação exacerbada pelo sujeito.

No caso de uma esquizofrenia paranóide, que surge geralmente por volta dos 35 anos, a penetrância dos fatores endógenos nesse momento pode ter sido tão grande que a psicose eclodiu, aparentemente, sem a participação de quaisquer outros fatores etiopatogênicos ou mesmo patoplásticos – a doença surgiu como “raio em céu azul”, como diriam muitos psiquiatras.

Para tais quadros reserva-se a denominação de esquizofrenia paranóide processual, cuja evolução por vezes é inexorável. Entretanto, mesmo nesses casos, uma boa anamnese biográfica irá demonstrar de maneira clara toda a dificuldade presente na personalidade pré-mórbida do sujeito. Ou seja, poderá ficar mais ou menos evidente que o céu pregresso não era tão azul assim...

A psiquiatria exige com urgência um registro de histórias clínicas biográficas bem elaboradas. Os apontamentos caóticos habituais não são em absoluto suficientes. A casuística fornecida mecanicamente segundo os princípios de uma “objetividade” estúpida, reproduzindo frase por frase as notas que contam de diários dos doentes, nenhum proveito traz. É preciso formar pontos de vista contemplando aquilo que possa ter significado fático. Há de ver-se tudo quanto for possível, mas concentrando-se no que houver de mais manifesto, construindo uma ordem tal que nada violenta, mas apenas consigne clara e transparentemente. (Jaspers, 1913)

Nesses casos, portanto, da constelação etiológica fazem parte os fatores endógenos, ao lado do fator desencadeante tempo, ou melhor, o tempo existencial do paciente que cronologicamente situa-se em torno dos 35 anos. Por que os fatores endógenos se manifestam com maior pujança nesse momento, deflagrando a doença, ainda não sabemos com clareza. Ao lado desses dois fatores etiopatogênicos alinha-se a personalidade pré-mórbida, que não precisa ser declaradamente psicótica no seu funcionamento, mas pode aparecer travestida. É mais ou menos comum que indivíduos com *estrutura* psicótica apresentem, como *defesa*, um comportamento neurótico, perverso, ou mesmo psicopático, perfeitamente assimilável pelo meio social. Tais indivíduos são aceitos como normais, até o momento em que a eclosão da doença mental obriga a uma pesquisa mais aprofundada, e revela o comportamento pré-mórbido nitidamente anormal, ou até mesmo mórbido.

Todas essas considerações são muito importantes, pois, a partir do bem concebido diagnóstico pluridimensional dinâmico é que vamos estabelecer o planejamento terapêutico. E para completar é preciso que se lembre que de tal diagnóstico fazem parte ainda uma apreciação acerca da capacidade funcional do indivíduo e uma competente avaliação do ponto de vista médico-legal.

Com relação aos exames subsidiários, estes devem ser usados sem reservas. Basicamente são de dois tipos: neurológicos e psicológicos. Os primeiros para a confirmação ou não do diagnóstico das patologias orgânicas, e os segundos – psicotestes, basicamente – para a objetivação de distúrbios psicossociais, ou sociopsicológicos.

É preciso que se diga que determinados testes (como o de Benton,³ por exemplo) servem para detectar distúrbios orgânicos cerebrais, sendo muitas vezes mais sensíveis que os exames subsidiários neurológicos.

Comentários finais

Pela maneira como foi concebido, o diagnóstico pluridimensional dinâmico privilegia a causalidade. Isso não significa que não consideramos os aspectos prospectivos de cada caso concreto. É claro que o futuro deve ser sempre levado em conta, no que tange à avaliação dos ideais do sujeito e o quanto já foi atingido. Não é incomum recebermos para atendimento pessoas que sonharam a vida toda com a sua aposentadoria e a possibilidade de "fazer o que bem entendesse". Chegado o tão esperado momento, e passada a natural "euforia de libertação", entra o sujeito num quadro de depressão e ansiedade, geralmente com idéia de suicídio, um quadro que muitos denominam "mal da aposentadoria". Tais casos são habitualmente difíceis e merecem especial atenção. Mas, mesmo assim, nesses como em outros casos semelhantes, continuamos pensando que tal qual aqueles que "vivem no passado" também os que projetam no amanhã a possibilidade de sua felicidade estão a apontar inúmeros conflitos não resolvidos na vida passada e presente. Por maior que seja a esperança depositada num futuro que posteriormente se revele adverso, o indivíduo com funcionamento normal acaba encontrando uma saída satisfatória. Ou seja, o homem normal desfruta de uma liberdade que lhe oferece um leque de opções prazerosas, através das quais pode partir em busca da felicidade. Já os que funcionam de maneira neurótica, ou mais ainda, de modo psicótico, perverso ou psicopático não possuem total liberdade, e assim pequenos entraves podem significar barreiras intransponíveis, sendo a doença a única saída possível.

Com o esquema proposto (diagrama 3) não pretendemos invalidar o de Leme Lopes, mas apenas tornar mais clara, objetiva e prática a *idéia* básica de diagnóstico pluridimensional dinâmico em psiquiatria. Conforme já dissemos, a noção de *feedback* é fundamental em psicopatologia, e, cremos, para a compreensão das ações humanas de um modo geral.

3 Teste de Benton: destina-se ao exame da memória visual, com a finalidade de detectar distúrbios orgânicos cerebrais. Certos desenhos são mostrados ao paciente para que ele os copie a seguir, de memória. Proceda-se, então, à contagem total de pontos obtidos (certo/errado), bem como dos erros isolados. Tais valores são confrontados com os tidos como normais - levando-se sempre em conta a idade do paciente e o seu grau de inteligência.

Referências bibliográficas

- FREUD, Sigmund (1916-7). *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XVI. (Trad. Jayme Salomão) Rio de Janeiro, Imago, 1976, pp. 419-39.
- (1923). *O ego e o id*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XIX. (Trad. Jayme Salomão) Rio de Janeiro, Imago, 1976, pp.13-83.
- JASPERS, Karl (1913). *Psicopatologia geral*. (Trad. Samuel Penna Reis) 2ª ed., Rio de Janeiro, Atheneu, 1979.
- KRETSCHMER, Ernst. *Über psychogene Wahnbildung bei traumatischer Hirnchwäche*. *Z. Neurol. Psychiat.*, 45:272-300, 1918-9.
- KUSNETZOFF, Juan Carlos. *Introdução à psicopatologia psicanalítica*. Coleção Logos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- LEME LOPES, José. *As dimensões do diagnóstico psiquiátrico*. Rio de Janeiro, Agir, 1954.
- . *Diagnóstico em psiquiatria*. Rio de Janeiro, Ed. Cultura Médica, 1980.
- SIMO, Joseph. *Consideraciones sobre la cuestion del diagnóstico*. Nova York, 1992. Trabalho apresentado na Jornada de Psicanálise promovida pela Sociedade Psicanalítica de Campinas, outubro de 1992.
- WEITBRECHT, H. J. *Das syndrom in der psychiatischen Diagnosen*. *Festschr. Neurol. Psychiat.*, 27:1-19, 1959.

RESUMO. En psicología, de modo genérico, se define juventud por la relación entre la edad del individuo y el desarrollo de su personalidad. Es en las redes de sociabilidad que los jóvenes construyen sus valores. En países del Tercer Mundo hay que pensar en clases distintas de juventud. Una de ellas reúne un contingente numericamente expresivo de marginalizados de la economía y de la cultura. El que no estudia y tampoco trabaja es considerado un paria de la sociedad; o excluido. Desde la perspectiva de los medios de comunicación, ese individuo casi siempre está asociado a la idea de criminalidad y pobreza, además de se le imputar la culpa por la violencia colectiva. Son muchas las *gangs*: *skinheads*, *punks*, *anarco-punks*, *white power*, y en ellas se observa la prevalencia del contenido cultural sobre el económico. En Brasil, la mayoría de los jóvenes se halla fuera de la escuela, agrandando el contingente de excluidos. La "ola" de *gangs* es planetaria y su ideario, mundial. El "enemigo" – objeto de su ataque – es el "diferente" considerado un privilegiado. En el caso brasileño, ¿cual la capacidad del Estado y de la sociedad civil de crear un proyecto nacional que garantice la ciudadanía de las mayorías?

Palavras-chave: juventud, *gangs*, excluidos, *skinheads*.

Situando la juventud

Suele decirse, genéricamente, que el joven se halla entre el niño y el adulto. ¿Pero que es ser niño? ¿Que es ser adulto?

La temática de la juventud se presenta siempre como un desafío para todos que quieran comprenderla y particular para quienes trabajan con educación y cultura.

En el campo de la psicología, la mayor parte de las corrientes define juventud por la relación entre la edad del individuo y el desarrollo de su personalidad. Entre los 12 y los 21 años, son jóvenes aquellos que, desde el límite mínimo de edad, empiezan a presentar transformaciones físicas y fisiológicas evolutivamente marcadas en su definición sexual, en la búsqueda de una complementación afectiva, en la intensificación de la sociabilidad y afirmación social como adultos. Es en las redes de sociabilidad y, por consiguiente, en la convivencia grupal que los jóvenes construyen sus valores, profundizan sus experiencias, hacen indagaciones con respecto al mundo, a ellos mismos, a la sociedad. El desarrollo cognitivo, por su lado, se funda en el conocimiento generado por las experiencias vividas y la búsqueda de las causas últimas para los problemas de la humanidad.

Esto lo explica la psicología, cuya contribución resulta de estudios dirigidos mayormente para los jóvenes de las sociedades occidentales, llamados civilizados, que en su mayoría pertenecen a los segmentos económicos medio y alto. Se hallan excluidos los orientales, negros, indígenas, los de baja renta y los marginalizados.

* Docente do Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia da PUC-SP; Mestre e doutoranda em História e Filosofia da Educação da USP.

Por eso, para empezar a estudiar la juventud, hay que tener en cuenta jóvenes concretos, localizados. En particular, en los países del Tercer Mundo, se debe pensar en distintas juventudes:

- la que estudia y no trabaja;
- la que estudia y trabaja;
- la que no estudia y solamente trabaja;
- la que no estudia y tampoco trabaja.

En la última categoría se halla un número bastante expresivo de marginalizados de la economía y de la cultura, que apenas sobreviven en la sociedad que todo les niega. Entonces, hay la juventud que estudia, la juventud que trabaja y los "otros", clasificados como parias de la sociedad: marginalizados, necesitados, infractores, individuos que presentan conductas "desviantes". A estos sí podemos llamar juventud excluida.

En el caso brasileño, en que la educación formal es privilegio de pocos, la mayoría de los jóvenes solamente trabaja, y la totalidad de los excluidos vive en condiciones extremadamente precarias de educación, salud, vivienda, transporte, trabajo y diversión. De acuerdo con datos del último censo en Brasil (1982), se puede afirmar que:

- 90 millones son jóvenes, lo que corresponde a 50% del conjunto de la población, y destos:

- 20 millones solamente estudian;
- 30 millones solamente trabajan;
- 40 millones no estudian ni trabajan.

Claro está que la mayoría se halla fuera de la escuela, y casi la mitad de la población juvenil forma el gran contingente de los excluidos.

Los estudiosos de la sociología casi siempre establecen un vínculo entre estos datos y factores económicos, propios del sistema capitalista, agravados por la relación dominación/dependencia entre capitalismo central y periférico, característica de los países dependientes.

Sin embargo, creemos que hay otras causas, asociadas o no al proceso capitalista de dominación, creando condiciones favorables o desfavorables a que la juventud disfrute una vida plena. Pero las razones políticas, sociales y culturales todavía no fueran suficientemente estudiadas. Todo lo que sabemos es que educadores, psicólogos, agentes sociales y ministros religiosos buscan casi siempre un entendimiento de los jóvenes, apoyados en presupuestos psicológicos del ajustamiento de la personalidad al mundo social o de la moral y de las buenas costumbres, de la salvaguardia de la familia y de los valores cristianos o, simplemente, de la formación de personalidades sanas, equilibradas, integradas. Se trata, así lo vemos, de una visión equivocada, distante de la realidad, señalando con frecuencia hacia la dirección del "deber ser".

Verdaderamente, los jóvenes excluidos no tienen oportunidad de ser niños, lejos que están de las condiciones favorables de habitación, salud, educación y

afecto. No se regala a ellos juguetes, no se les narran cuentos, no viven en el mundo de la fantasía. Sus experiencias lúdicas suelen darse en la competición con grupos congéniales o con los "mayores", en la mendicidad o en el delito, en la búsqueda de comida, abrigo o algún atractivo.

Con el intento de explicar la violencia de que son víctimas niños y jóvenes, asimismo la violencia como conducta institucionalizada, en los últimos años surgieron contribuciones en el campo de la psicología social, de la antropología y de la sociología. Europeos, latinoamericanos y algunos brasileños hacen estudios en esta dirección. Pero claro está también que detrás de estas cuestiones lo que hay es la ausencia de políticas públicas dirigidas hacia la salud, educación, vivienda y bienestar social. Y no es solo esto.

En el otro extremo está el adulto. También en este caso los estudios de psicología educacional dicen respecto a un adulto genérico, hombres y mujeres de estratos económicos medio y alto de las poblaciones urbanas. Según tales estudios, se define adulto como la persona que logró madurez física y fisiológica satisfactoria, un cierto conocimiento sobre el ambiente que lo rodea, que fué capaz de definirse profesionalmente, de conquistar independencia financiera, de optar por constituir o no una nueva familia. Otra vez, un "deber ser".

Podemos entonces preguntarnos en qué nivel, hoy, los jóvenes se vuelven adultos en ese sentido. Hasta que punto llegan a definirse profesionalmente, encuentran oportunidades en el mercado de trabajo, consiguen vivir sin depender de los padres o tienen posibilidades de mantener su propia familia. No sería osado afirmar, delante de este cuadro, que no tenemos referencial de infancia ni tampoco de juventud. Vivimos grandes indefiniciones que explican el marasmo que se observa en el trabajo de cuantos buscan intervenir en el campo educacional.

El escenario de los excluidos y despreciados

El denominador común que se presenta en los medios de comunicación de masa para explicar la conducta violenta, inadecuada ou "desviante" de los jóvenes ha sido la violencia misma, casi siempre asociada a la criminalidad y la pobreza. En la articulación de la violencia/miseria y en la criminalización de la pobreza hay una definición anticipada de quienes son los autores potenciales de la violencia. Los desempleados, subempleados, personas que viven en la calle, jóvenes pobres o individuos *favelados* son figuras estereotípicas a quienes se responsabiliza por la violencia en los centros urbanos.

Por otra parte, en Brasil, 50% de la fuerza de trabajo viven de changas o trabajan por su propia cuenta, formas que igualmente son pasibles estigmatización. De ese modo, ser pobre puede significar un permanente riesgo de pasar por marginal.

En artículo escrito por Marília Pontes Spósito y intitulado "Violencia colectiva, jóvenes y educación - dimensiones del conflicto social en la ciudad", la autora analiza las relaciones y los procesos sociales propios de las poblaciones periféricas de los centros urbanos y que llevan al surgimiento de la violencia colectiva, que se manifiesta bajo la forma de depredación, por ejemplo, de escuelas. Dice ella: "... la conquista de una escuela pública para un barrio desencadena procesos contradictorios: de una parte, el progreso y más enseñanza para la gente que allí vive; de otra, nuevas modalidades de exclusión social". Las agresiones parecen gratuitas pero revelan, según la autora, "el grado de insatisfacción latente y de desencanto frente al propio papel que se atribuye a la escolaridad, por los valores dominantes, particularmente aquellos que inciden sobre la posibilidad de ascensión social y de mejores alternativas de vida".

Frente a tanta exclusión, estigmatización y desprecio, en los centros urbanos grupos de jóvenes se organizan, respondiendo a los desafíos de sobrevivencia con una cultura propia, que vá de la simple oposición a la violencia organizada.

Así, aparecen grupos de jóvenes que aunque se caracterizan por la rebeldía contra los modelos vigentes en la sociedad, sin embargo, defienden ideas y prácticas que pueden aproximarse o alejarse del anarquismo, *nazifascismo* y, en algunos aspectos, del integralismo. Se incluyen entre ellos los *punks* y los *anarcho-punks*, que se nombran anarquistas; los *skinheads* o "pelados", de tendencias *nazistas* y prácticas fuertemente discriminatorias y los *white power*, *racistas* y muy violentos.

En ese artículo, hago un recorte del universo de los *skinheads*, grupo a que se refirió el sociólogo ruso Michel Wieviorka en su libro *Les skinheads*, publicado en Francia en 1992. Aunque falten estudios comparativos entre los *skinheads* ingleses, franceses y norteamericanos, todos parecen originarse de una subcultura obrera marcada por la ética puritana del trabajo y en oposición a los grupos del género *hippie*. Se identifican con la extrema derecha, se reúnen alrededor de un tipo de música - el *skin* - y una manera propia de vestirse. Wieviorka presenta en su trabajo la descripción y el análisis de un estudio hecho con un grupo parisiense de *skinheads* formado por ocho jóvenes franceses y un inglés.

Para Charles, uno de los miembros del grupo, ser *skin* es:

... un modo de construcción de la personalidad, en oposición a los padres burgueses que detestan verlos de botas de ejército y cabeza pelada [...] los pelos cortos o la cabeza pelada ofenden a mis padres porque les hacen acordarse de los campos de concentración.

Irene, francesa, piensa que la apariencia (*look*) y la música *skin* corresponden a la construcción de la personalidad, del mismo modo, en oposición a los padres. Dice pertenecer a una familia que no tiene simpatía por extranjeros. El

contenido de su declaración es decisivo para marcar la posición de los *skineheads* con respecto a cuestiones raciales.

Ella afirma:

Es algo que no puedo explicar bien, pero me siento feliz en ser blanca. Me gustaría que los países europeos permanecieran blancos y no fueran invadidos por negros. Tengo estas ideas porque estoy próxima de la ideología nazista. Cuando era chica y veía películas sobre los campos de prisioneros, sentía placer. Incluso cuando los profesores de historia narraban casos de estos campos, me gustaba mucho...

Durante las exposiciones de todos los componentes del grupo, hemos logrado identificar algunos paradigmas comunes: datos de segregación familiar, disminución del nivel socio-económico, incompreensión y no reconocimiento en la familia, descreencia ante la falta de autenticidad de los adultos y los desmandamientos de los políticos.

Los estudios relatados por M. Wieviorka presentan una metodología adecuada a la realidad de ese tipo de grupo. Se hicieron varias reuniones, muchas discusiones, lo que permitió que afloraran los problemas y las interpretaciones de los interlocutores sobre ellos. Se hicieron muchos encuentros individuales en que fué posible obtener un discurso espontáneo en nivel personal. De todo el contenido que emergió de los discursos, se tiene:

1. La mayoría de estos jóvenes vive en áreas urbanas y, por lo general, en barrios populares.

"... La ciudad me dá dolor de cabeza", dice uno de ellos, porque en el sitio donde vive "hay mucha bulla de niños, hay negros, mucha gente, para cuatro inmigrantes hay un francés; entre los profesores hay mulatos y negros... ¡es un horror!"

2. Denuncian la crisis de las instituciones francesas, quieren la expulsión de los inmigrantes.

"... ¿Por qué se cierran las iglesias en África y no las mesquitas en Francia? [...] no somos desclasificados y tampoco trabajadores o burgueses, somos blancos."

3. Quieren libertad de expresión y que se haga justicia en la sociedad. Lo dicen, a su modo:

"... ¿Libertad de expresión? Sí que existe, pero en las escuelas, no para nosotros. (...) ¿Justicia? Para nosotros, la palmeta, para los otros, todos los derechos. (...) Todos beben, pero si bebo yo, soy un viciado."

4. Son antisemitas, tienen obsesión a mezcla de razas, son violentos. Crean para ellos mismos un anticapitalismo apoyado en bases sociales:

... Los judíos representan el poder económico, las posiciones privilegiadas. Ellos no se dicen franceses, pero judíos de Francia. [...] Los judíos no son blancos, blancos son los europeos. [...] La violencia hace progredir a la humanidad. [...] Es gracias a la guerra que avanzamos. [...] Solamente los degenerados no aceptan la violencia.

5. Los *skinheads* tienen un ideal. Piensan elevar su movimiento al nivel de combate político. Sin embargo ¿cómo lograr ese objetivo, cuando se une violencia y un sentimiento de impotencia?

También rechazan la alternativa terrorista, pero no excluyen una aproximación a la Frente Nacional de Le Pen, en Francia. Creen que podrán ser elegidos consejales de pequeñas ciudades, donde pasarían a vivir, desarrollando actividades culturales, estimulando el turismo, para finalmente generar economía. Y alimentan la idea de que serían bien aceptos.

Según el estudio aquí referido, hay cuatro formas de penetración en la experiencia de los *skinheads*: social, cultural, psicológica y política. De acuerdo con Michel Wieviorka, los *skins* presentan, como segmento de la juventud, una realidad que vá más allá de la orientación neonazista y de las agresiones practicadas contra los inmigrantes. El fenómeno es aun más complejo y puede ser traducido como una denuncia de que la sociedad se halla en un tribunal. Queda una pregunta: ¿quienes son los jurados y los jueces?

Dos franceses, Didier Lapeyronnie y Francois Dubet, ofrecen con sus estudios una gran contribución para la comprensión de este fenómeno, poniendo en discusión, con profundidad, la relación entre vida/cultura obrera y marginalidad social. Demuestran como se configuran las conductas de los jóvenes, de acuerdo con las clases sociales, al mismo tiempo en que los sitúa dentro de esa realidad. Y concluyen que el desencanto, la falta de horizonte o el hecho de sentirse marginalizado no es prerrogativa del joven pobre, trabajador o desempleado, o incluso "inempleable", término usado por Dubet. Tales síntomas se presentan en otros segmentos sociales, lo que nos hace pensar que la problemática tiene fuerte contenido cultural, y que este predomina sobre el económico.

Los *skinheads* brasileños

Pocos estudios sobre este segmento de la juventud han sido publicados en Brasil, y entre ellos se destaca el trabajo de Márcia Regina da Costa, profesora de Antropología da PUC-SP. Luego de presentar su tesis en la Universidad¹, la autora tuvo un artículo suyo intitulado "*Skinheads - carecas do subúrbio*"². Se trata de un estudio centrado en los *skinheads* de la periferia de la ciudad de São Paulo, en que hicimos las siguientes citaciones:

Los *skinheads* de la Zona Leste de la Capital y de los municipios de Santo André, São Bernardo y São Caetano (región del ABC paulista) surgieron en la década de 80 como disidencia de

1 Tesis publicada en libro con el título: *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*, 1993.

2 Publicado en la revista *Cultura*, nº 2, mar/abr. de 1993.

los *punks*. Son jóvenes operarios o hijos de operarios, con poca o casi ninguna capacitación profesional.

"Se calcula la existencia de 5.000 simpatizantes en Brasil."

"Se presentan como nacionalistas, manifestando desconfianza y repudio a los partidos políticos y se identifican con los *skinheads* europeos."

Los *skinheads* estudiados se dividen entre los "carecas" o cabezas peladas, grupo unificado por conceptos groseramente nacionalistas y los *white power* (poder blanco), que defienden el exterminio de judíos, negros, nordestinos (de la región Nordeste de Brasil) y homosexuales.

Las acciones siempre más agresivas de los cabezas peladas brasileños están siempre asociadas al resurgimiento del *neonazismo* en Alemania y a organizaciones de derecha en Europa que actúan en el campo del racismo y de la violencia.

"Los 'carecas' tienen un discurso moralista, son violentos, pero dan valor al trabajo y a la familia, y además son contrarios al consumo de drogas."

Todos practican artes marciales y ejercicios para fortalecer a los músculos, muchos de ellos llevan armas, las muertes son corrientes en las peleas entre las *gangs*. La agresividad de los "carecas" es dirigida hacia las tribus rivales, extraños y bandidos, según su código.

"Se diferencian de los marginales, creyendo que la violencia del grupo es también su protección."

Con respecto a San Pablo, los "carecas" ven a los nordestinos como competidores, como quienes les quitan a los paulistas los empleos y les rebaja los sueldos. Pero recientemente, lo que era nada más que miedo a la competencia pasó a ser un sentimiento de prejuicio racial.

La autora apoya sus análisis en los estudios de Felix Guattari, Cornelius Castoriadis y Raoul Girardet y aun del sociólogo brasileño Octávio Ianni, dirigiendo la contribución de estos autores al estudio de la relación entre capitalismo central y periférico; de la extensión de lo que Guattari llama de "desterritorialización", o sea, la integración capitalista que subordina toda la actividad social, política y cultural; y de la expansión de ese mecanismo por todo el planeta Tierra. En sus palabras, "... las diferencias (...) se localizan no más entre un centro y su periferia, sino entre redes urbanas super-equipadas (...) informatizadas y inmensas regiones (...) de sitios habitables subdesarrollados". En ese sentido se puede concluir que el ideario y las prácticas de las *gangs* de jóvenes, a excepción de algunas diferencias, circulan mundialmente.

Desde la perspectiva psicosocial, la contribución de Castoriadis se vuelve a la discusión del rechazo al otro, el odio al otro, el odio al diferente, de la no aceptación de la alteridad, de las diferencias. Es significativa la cita que utiliza Costa:

... una cara del odio al otro desde luego es comprensible; se pueda decir que es el simple revés del amor de uno a sí, a la inversión de sí [...] pero una otra cara del odio a sí es más interesante y, creo yo, menos habitualmente evocada: el odio al otro como una otra cara del odio a sí, inconsciente.

Otra cuestión, aun en el ámbito de la psicología, es planteada por Girardet cuando indaga: "¿El poder que se atribuye al enemigo no es de la misma naturaleza del que se sueña poseer?". Así, el tema de los *skinheads* "Somos fuertes, y por eso podemos subjugar a todos que no sean como nosotros" encuentra explicación en el principio de que se habla aquí.

Hay que llevar en cuenta también que la imagen del joven físicamente fuerte, de tipo atlético, valiente y osado como un guerrero es una modalidad de "superhombre" que entusiasma parte de la juventud. En todas las *gangs*, se trata de la búsqueda de afirmación social, en que se utiliza la violencia como recurso.

Más recientemente, comenta Costa, "los 'white power' pasaron a definirse como paulistas (...) como blancos (...) descendientes de europeos y naturales de una región rica que migrantes de otras regiones del país están invadiendo". Por otra parte, surgieron en el Nordeste brasileño los "Carecas do Brasil", cuyos grupos son integrados por mulatos y negros. Su lema es "Odio contra todos los sulistas racistas".

Entonces, está declarada la guerra: prejuicios - raciales y muchos más -, sectarismos, exclusivismo, individualismo, odio y violencia. Son palabras de orden: "¡Muerte a los otros!", "¡Careca es fuerza, careca es poder, el movimiento careca no morirá jamás!".

El fenómeno parece ser universal. Sin embargo, ante tal cuadro y llevando en cuenta la situación brasileña, nos preguntamos hasta qué punto el vaciamiento o la deterioración de los movimientos sociales, en particular los urbanos, que llegaron a su cumbre en las décadas de 60 y 70 no facilitaran esa "ola". ¿La ausencia de movimientos sociales sería suficiente para explicar la falta de motivación y la desmovilización de la juventud hasta lanzarla en una nueva modalidad de 'nihilismo'? ¿Se podría considerar un hecho agravante la decepción del joven ante la neutralización por el Estado, en nuestro caso, de varios movimientos sociales que en los años 80 llegaron a reunir multitudes en plaza pública?

En los medios de comunicación de masa las manifestaciones de los grupos aquí analizados han sido llamadas de movimientos sociales de juventud. Consideramos que tal denominación es equivocada, y lo decimos por qué. Alain Tourraine llama a estos fenómenos de conducta de crisis, y M. Wieviorka los discute en su obra *Sociétés et terrorisme*. Verdaderamente, son pocos los sociólogos que debaten las cuestiones étnicas separatistas en cuanto acciones colectivas. Pero no basta que las acciones sean colectivas para caracterizar un movimiento social. Podríamos en verdad situar el sectaris-

mo y las acciones violentas como signos de decomposición social, situación en que la identidad es substituída por la subjetividad, la oposición pasa a ser objetivada y los medios se vuelven más importantes que los fines. Parece haber, en ese cuadro, una incapacidad de la sociedad de generar proyectos de organización, acciones en defensa de ideas y valores.

En el momento presente, sin ninguna duda, tenemos delante de nosotros una crisis de organización o de "integración", o sea, hay oportunidad y campo favorable al surgimiento de grupos dispersos y fragmentarios que actúan en diferentes direcciones. De manera general, tales grupos son fácilmente manejados por lideranzas autoritarias, populistas o carismáticas. A nosotros nos parece que para estos jóvenes se trata de buscar la "orden" sin enfrentar el conflicto.

En el caso brasileño, en particular, la juventud de las *gangs* se encuadra en la categoría de trabajadores sin especialización o desempleados intermitentes. Se trata de la juventud que no estudia, no tuvo y sigue no teniendo acceso a la escuela o que la dejó tempranamente, porque ella, como institución, tampoco tolera el diferente, el otro, el que no se encuadra en el modelo normal. Sin embargo, observada desde otra perspectiva, es una juventud criativa tanto culturalmente cuanto en términos de luchar para defenderse y sobrevivir. La educación informal que las experiencias de las *gangs* proporcionan convierte sus miembros en personas conservadoras pero que, al mismo tiempo, quieren poner orden en la sociedad; también expresa la descreencia en las actuaciones y prácticas de los dirigentes políticos; disminuye entre ellos la creencia y el deseo de defender la democracia; la libertad y, consecuentemente, la ciudadanía. Las *gangs* se encargan de la responsabilidad de decidir sobre el bien y el mal, sobre lo correcto y lo errado, de hacer justicia con manos propias, de resolver los conflictos empleando la fuerza, adoptando una conducta típicamente maniqueísta. Se trata de un caldo de cultura extremadamente fértil, en que bandidos y marginalizados se confunden, en que policía y justicia desempeñan acciones semejantes, en que traficantes de drogas y usuarios se igualan, en que por fin prevalece la lei del más fuerte.

Aunque los *skinheads* o carecas condenen las drogas y los usuarios, sus acciones violentas contribuyen para arrojar a los jóvenes a la desesperanza, a la imposibilidad de salidas que no sean la droga misma y la violencia.

Y, finalmente, con respecto a esa cuestión, ¿qué papel juegan el Estado y la sociedad?

El Estado se quedó mirando impasible al "suicidio" de toda una generación joven. De un lado, busca en las áreas privada y empresarial salidas para todos los problemas sociales; de otro, dirige campañas caras contra la droga, la violencia; moviliza ejército y policía contra las víctimas y aumenta las dotaciones en los presupuestos públicos para multiplicación de cárceles de máxima seguridad.

La sociedad civil experimenta su libertad y el ejercicio de su independencia, pero sigue encontrando barreras muy serias, remanentes de una tutela secular del Estado, de la cultura del autoritarismo heredada de dos décadas de dictadura.

De ese modo, un gran desafío se nos presenta a nosotros: la multiplicación de las *gangs* de la manera como son aquí descritas significa el avance de la anti-ciudadanía, la prevalencia de la orden por el uso de la fuerza, el regreso del autoritarismo, de que tipo sea.

La responsabilidad civil asume proporciones insospechadas. Es imperioso que ella se organice social, cultural y políticamente. Hoy, cabe a todas las organizaciones – de las populares y modestas a las instituciones más expresivas – la tarea de construir un proyecto nacional dirigido a una nueva orden social y política. Las políticas públicas deben dar prioridad a los derechos de ciudadanía de las mayorías. ¿No sería este el camino para rescatarse en Brasil las cualidades “históricas” de la juventud?

Bibliografía

Anuário Estatístico do IBGE, 1982.

CASTORIADES, Cornelius. Anotações sobre o racismo. *Filosofia Política*, 5. Porto Alegre, L&P, 1989.

COSTA, Márcia Regina da. *Os carecas do subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis, Vozes, 1993.

COSTA, Márcia Regina. *Skinheads*, carecas do subúrbio. *Revista Cultura*, 2. Rio de Janeiro, Vozes, mar./abr. 1993.

DUBET, François. Conduites marginales des jeunes et classes sociales. *Revista Francesa de Sociologia*, XXVIII, 1987.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GUATTARI, Felix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

LAPEYRONNIE, Didier. L'exclusion et les mépris. *Revista Les Temps Modernes*, 545:2-17, 1992.

MADEIRA, Felícia. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, 58. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1986.

QUEIRÓS, José de Souza. Contribuição sobre informações referentes a tendências nazistas nos países europeus. *Revista Revés do Averso*, Cepe. São Paulo, 1993.

SPÓSITO, Marília Pontes. *Violência coletiva, jovens e educação: dimensões do conflito social na cidade*. São Paulo, Edusp, 1993.

WIEVORKA, Michel. *Les skinheads. La France Raciste*. Paris, Seuil, 1992.

Tradução

Alejandro Atilio Ariganello

Revisão técnica

Olga Cafalcchio

A formação e a transformação de valores¹

Hugh Lacey e Barry Schwartz*

I. Valor

A palavra "valor" tem usos diversos e complexos, reflexo da ampla gama de tarefas desempenhadas pelos "valores" em nossas práticas de comunicação e também da profundidade de nossa compreensão de seu significado – que depende, em parte, dos valores que nós próprios adotamos. No discurso cotidiano, quando nos referimos a valores pessoais, estamos nos referindo a um ou a todos os aspectos abaixo:

1. um "bem" fundamental que uma pessoa persegue consistentemente por um longo período da vida; uma de suas razões definitivas para agir;
2. uma qualidade (ou prática) que dá sentido, traz benefícios, significado ou satisfação à vida que a pessoa está levando ou aspira ter;
3. uma qualidade (ou prática) que é parcialmente constitutiva da identidade da pessoa como ser que se auto-avalia, auto-interpreta, "se faz existir";
4. um critério fundamental para a pessoa escolher aquilo que é bom (ou melhor) entre as formas possíveis de ação;
5. um padrão fundamental segundo o qual alguém aceita o próprio comportamento e o dos outros;
6. um "objeto de valor", com o qual um relacionamento apropriado é parcialmente característico tanto de uma vida satisfatória quanto da identidade pessoal. Objetos de valor incluem trabalhos de arte, teorias científicas, artefatos tecnológicos, objetos sagrados, cultura, tradições, instituições, outras pessoas e a própria natureza. Relações apropriadas com os objetos de valor, dependendo do objeto em particular, incluem: produção, reprodução, respeito, criação, manutenção, preservação, adoração, amor, reconhecimento público e bens pessoais.

Essa lista delinea apenas os usos superficiais da palavra "valor". Seus itens permanecem abertos a várias interpretações. Por exemplo, o item 2 – valor como uma qualidade que dá significado ou sentido à vida de uma pessoa – está aberto para pelo menos três interpretações: a) um atributo que a pessoa sustenta para dar sentido à própria vida ou aspirações; b) um atributo que a pessoa sustenta para dar sentido a *qualquer* vida humana; c) um atributo que *de fato* dá sentido a qualquer vida humana. A interpretação (a) representa uma instância subjetiva (pessoal) referente a fenômenos subjetivos; (b), uma instância subjetiva referente a fenômenos objetivos, e (c) um apelo objetivo a um fenômeno objetivo. Ao deixar em aberto a interpretação, na verdade, ao deixar em aberto a longo prazo se qualquer interpretação diferente de (a) poderia ser sus-

1 A preparação do artigo teve auxílio da Brand Blanshard Faculty Fellowship (para ambos os autores), e subvenções da Swarthmore College Research Fund e N.S.F., SE 8308604 (para Hugh Lacey).

* Swarthmore College.

tentada, nós não conferimos nenhuma teoria filosófica de "valor" aos usos superficiais da palavra.

A discussão sobre valores é, em geral, altamente polêmica, o que sugere que eles são fonte de conflitos permanentes e insolúveis. Na esperança de evitar esses conflitos, muitos tentaram relativizar o valor para a pessoa, insistindo que apenas as interpretações do tipo (a) seriam possíveis e diagnosticando o aparecimento do conflito como sendo composto por dois erros: que o objeto de uma instância pessoal é um fenômeno objetivo (interpretação b) e que uma instância pessoal pode, em si mesma, ser considerada segundo uma posição objetiva (interpretação c). Com a interpretação (a), o que aparece como desacordo revela-se mera diferença. Muitos esperam que o reconhecimento da simples diferença produza uma tolerância universal. Entretanto, a modernidade também nos diz que fatos não se vinculam a valores; assim, essa expectativa tem um suporte lógico precário.

Há uma distinção que deve ser feita entre fatos (qual é o caso) e valores (o que é bom, o que é digno). Se não houvesse essa distinção, a avaliação seria impossível. Mas na vida prática, fatos e valores não podem ser *separados* ao ponto de ser lugar-comum e apropriado que uma única sentença desempenhe simultaneamente papéis descritivos e avaliativos. Considere, por exemplo, "violência caótica e ilegal seguiu o veredicto de Rodney King" ou "os menos favorecidos da cidade de Los Angeles, depois de atingirem o limite de tolerância à injustiça, rebelaram-se". Dada essa inevitável combinação do fático e do avaliativo, se os valores devem ser sempre considerados em relação à pessoa, podemos evitar a conclusão de que os fatos também são relativos? Vamos examinar mais detalhadamente esse ponto de vista de que os valores dependem das pessoas.

Nos Estados Unidos, a discussão sobre valores tende a causar desconforto. Valores são, para muitos, profundamente pessoais e até privados, são parte da autodefinição da pessoa, de quem ela é; ninguém é responsável perante os outros pelos seus próprios valores e os valores de cada um não precisam responder aos padrões dos outros. É possível esclarecer um valor, mas ele não precisa ser defendido quando é diferente do de outras pessoas, mesmo que seja diferente dos valores da maioria. Os valores de alguém lhe são próprios. Para alguns é impróprio falar dos próprios valores. Para outros, os valores devem ser enfaticamente defendidos e respeito público exigido em relação a eles. "O respeito público apenas pode ser exigido. Quanto a isso não há argumentação, a menos que se reconheça um compromisso com alguns valores que vão além do que é meramente subjetivo" (Taylor, 1992). Manter-se calado sobre os próprios valores ou apoiá-los publicamente é em si reflexo dos próprios valores. De qualquer modo, o exame crítico por outros dos valores de uma pessoa, ou das opções decorrentes deles, é visto como um tipo de violência contra o eu.

Pessoas para quem a privacidade e a subjetividade são características definidoras de valores, tendem a preferir a linguagem dos direitos (direitos negativos) à linguagem dos valores. Elas apelam ao direito de escolher aquilo que desejam, submetendo-se apenas à condição de não prejudicar os outros impedindo-os de agir de acordo com os próprios valores. É incompreensível exigir um direito que não se conceda aos outros. Assim, a universalidade é construída dentro do discurso dos direitos, desde que os direitos sejam entendidos negativamente: é direito de todos não sofrer interferências ao agir segundo os próprios valores. E essa universalidade não depende de concordância em torno dos valores.

Entretanto, evocar direitos implica reconhecer a existência de alguns limites não subjetivos aos valores aceitáveis. Não é direito, por exemplo, valorizar o prejuízo dos outros. Assim, valores pessoais se distanciam, pelo menos um pouco, do domínio puramente subjetivo, pois valores pessoais são comumente manifestados em contextos em que produzem impacto sobre os outros. Além disso, o compromisso pessoal com os direitos é, em si, um valor, que se interliga a compromissos com valores sociais tais como tolerância e primazia da (negativa) liberdade individual. Dada a concepção de valores como privados e subjetivos, é fácil *explicar* porque tantas pessoas sustentam (no discurso, ainda que nem sempre na prática) esses valores sociais. Porém, essa explicação não gera uma justificativa racional paralela. É igualmente fácil explicar porque muitos outros rejeitam esses valores sociais: eles podem ser incompatíveis com seu valores pessoais, mais arraigados. Assim, apesar de o discurso dos direitos (negativos) ser importante, ele não substitui nem independe do discurso dos valores.

Esta análise sugere que a concepção de valores como privados e subjetivos, quando tomada para todos os valores, pode, em última instância, mostrar-se incoerente. Os valores dos outros são importantes, e *sempre* se espera que as pessoas sejam responsáveis por pelo menos alguns dos seus valores. A medida em que alguém pode ou não agir segundo os próprios valores, expressando ou não o tipo de pessoa que aspira ser, depende social e racionalmente do fato de os outros terem certos valores sociais e pessoais. A maior parte das ações é também interação. Por exemplo, nós não podemos ensinar a não ser que tenhamos alunos. De várias maneiras, as ações pressupõem condições sociais, e que os outros ajam de acordo com certos valores. A expressão dos próprios valores pressupõe que os outros relevantes expressem certos valores (muitas vezes diferentes), por isso torna-se difícil separar a legitimidade dos próprios valores dos valores alheios. Talvez, então, existam pelo menos alguns valores apropriados para os seres humanos enquanto tais. Não é indiferente o fato de alguém dividir parte significativa de seus próprios valores com os outros e poder contar com essas pessoas para agir de acordo com certos valores, mas pré-requisitos para que se tornem capazes de expressar os próprios valores.

Um discurso público e (em alguma medida) compartilhado sobre valores não pode, se esta sugestão estiver correta, ser evitado. Entretanto, a insistência na subjetividade dos valores nubla nossa capacidade de discernir a racionalidade necessária a esse discurso, e tende a abandoná-la ao acaso ou aos processos de socialização para formar grupos com valores compartilhados e para desenvolver recursos para lidar com conflitos de valores. Se os valores são completamente privados e subjetivos, não existe um argumento plausível que priorize a tolerância à imposição autoritária dos valores de um determinado grupo.

II. Uma análise dos valores

Na vida prática, crenças e desejos constituem parte essencial da elucidação da ação humana: uma pessoa realiza uma ação porque deseja um determinado resultado e acredita que aquela ação contribuirá para isso. Desejos estão assim entre as causas da ação e, como tal, podem ser objetos de investigação social e psicológica. Mas, além disso, desejos são objetos de avaliação. Eles podem ser julgados pela pessoa que os possui e por outros em função de sua possibilidade de realização e de seu sentido na vida de alguém ou para a vida humana em geral. Em particular, quando os desejos podem ser representados por objetivos, as pessoas buscam, como ideal, ter os desejos que exercem um papel causal em seu comportamento incluídos entre os desejos avaliados positivamente, aqueles que são harmoniosos com seus valores.

O fato de os desejos serem sujeitos a avaliação não implica um processo frio e desapaixonado. Especialmente quando os valores estão na origem dos desejos, seria de se esperar que a paixão também estivesse em jogo, pois os valores são parte da expressão de nosso mais profundo ser. O amor pode dirigir nossas interações com aqueles com quem partilhamos os momentos mais importantes da vida, a indignação contra injustiça, a gratidão, a compaixão com o sofrimento do outro, a raiva diante da violência, a irritação pelas tarefas impostas institucionalmente, etc. A avaliação não deve suprimir (diferentemente de canalizar) a paixão, os desejos profundos ou os sentimentos, reduzindo-se a um cálculo. Além disso, quando falamos de desejos harmonizados com valores, não sugerimos que seja necessário avaliar os desejos antecedentes à ação (embora algumas vezes possa ser); na verdade, pode-se afirmar que uma certa medida de espontaneidade é em si um valor.

A explicação das ações em termos de crenças e desejos sempre pressupõe um contexto mais amplo no qual a ação em questão está relacionada a outras ações (incluindo atos de avaliação) através do desenvolvimento de redes de crenças e desejos, que eventualmente podem estar em contato com objetivos e desejos fundamentais do agente, isto é, os valores do agente. Através do desenvolvimento de explicações desse tipo, o papel causal dos valores no compor-

tamento torna-se aparente. Explicações ordinárias intencionais da ação pressupõem assim que os valores pessoais exercem um papel causal sobre o comportamento.

Valores pessoais

Nós podemos pensar em valores pessoais dialeticamente tanto como produto quanto ponto de referência do processo com o qual refletimos e avaliamos nossos desejos (ver Nerlich, 1989, e, especialmente, Taylor, 1985; a análise desta deve muito a esses trabalhos). Sustentar valores envolve assim desejos de segunda ordem, desejos em torno de desejos de primeira ordem que exercem e exercerão papel causal em nossa vida. Valores são desejos que apenas desejos de primeira ordem com certas características marcarão nossa vida como uma experiência completa e valiosa (Sen, 1976). Sustentar um valor implica o desejo de segunda ordem, que representa um dos objetivos fundamentais de uma pessoa, cujos desejos de primeira ordem (que levou à ação diferentemente de ser meramente sentido) são ou se tornam do tipo que conduz a ações que modelam ou produzem uma vida marcada por determinada qualidade (pela participação em certa prática ou pela relação apropriada com um objeto de valor) que favorece uma existência plena (uma vida boa, repleta de significado, bem vivida) e é parcialmente constitutiva da identidade. O papel dos valores como critérios de escolhas e como padrões de comportamento deriva deste significado central. Desejos são pessoais. O componente de desejo dos valores aponta para o caráter pessoal dos mesmos, para o fato de eles estarem vinculados aos mais fundamentais desejos e mais profundos sentimentos. A sustentação de um valor também envolve um componente de crença, a crença de que a qualidade a que ele se refere está de fato ligada à experiência de uma vida plena; e talvez também a crença de que uma vida marcada por essa qualidade não causa – nem repousa sobre – condições que prejudiquem a vida do outro.

Entendidos dessa forma, os valores são *manifestados no comportamento* sempre que eles (e os sentimentos e emoções associados) figuram nos esquemas explicativos formados para enquadrar o comportamento de um agente. Valores são tão *enraizados* em uma vida (em maior ou menor grau) que a trajetória de um agente expõe constante, recorrente e consistentemente comportamentos que manifestam os valores. Um valor *se expressa em uma prática* cuja conduta favorece e exige um comportamento que manifeste o valor (ver Hodges e Baron, 1992, como exemplo dos caminhos pelos quais os valores podem ser expressos na prática). Valores podem também estar *presentes* (como sentimento ou reflexão) *na consciência* e *articulados em palavras*, representando uma parte daquilo que a pessoa é (gostaria de ser ou gostaria que os outros pensassem que é), suas aspirações para o futuro e o que ela pensa sobre o bem-estar humano e sua condição. Haverá sempre uma lacuna entre valores

manifestados e valores articulados. As pessoas vêm a sustentar valores à luz do desejo e do compromisso de estreitar essa lacuna (ver seção III, adiante). A lacuna tem várias origens. Por um lado, as aspirações podem, e em geral devem, ir além da realidade corrente. Por outro lado, essa lacuna pode ser consequência de um autoconhecimento inadequado, de uma capacidade limitada ou subdesenvolvida para a auto-interpretação, do desejo de parecer se conformar às normas de um dado grupo, e até mesmo da auto-ilusão intencional. Há muitas formas de deformação no discurso avaliativo. O discurso é deformado quando aquilo que o sujeito chama de "valores" separa-se de seus desejos, suas aspirações, do que sente ser genuinamente possível, e de suas tentativas de definir uma trajetória de vida. Então, o discurso avaliativo torna-se simplesmente um discurso de aceitação e condenação, um discurso voluntário que trata a vontade abstraída das condições de sua operação. A retórica recente dos "valores familiares" é um exemplo. Quer esses valores estejam ou não enraizados na vida de quem os propõe, a retórica funciona como um tipo de reserva moral para degradar os oponentes. E o discurso avaliativo é deformado quando a articulação dos valores passa a ser identificada com "esclarecimento de valores". Desde que se exclua a crítica aos valores, a possibilidade de haver uma lacuna entre valores articulados e valores manifestos é efetivamente negada, e o componente de crença dos valores é ignorado. O esclarecimento reduz os valores a valores articulados, a um relato das aspirações conscientes (em geral idealizadas) do sujeito, abstraídas das condições materiais, psicológicas e sociais para sua realização. Assim, é provável que esconda os valores manifestos no comportamento do sujeito e incorporados na sociedade. A discussão crítica dos valores não pode se separar de nenhum dos modos (manifestação no comportamento, enraizados em uma vida, expressão em uma prática, presença na consciência e articulação em palavras) que atribuímos aos valores. A limitação dos valores ao modo de articulação leva a relatos de valores subjetivistas, pois é verdade que não existem argumentos seguros para apoiar alguns valores em detrimento de outros, se esses argumentos lidam apenas com valores articulados.

Mas enquanto valores articulados, abstraídos das outras formas de valor, perdem seu caráter distintivo, a articulação dos valores tem importância crítica. Articular valores não é apenas falar *deles* como se tivessem uma espécie de existência independente de suas articulações, tornando-as uma representação verbal de uma realidade isolada, talvez mental (como uma sentença que descreve um objeto é distinta do próprio objeto). É parte da natureza dos valores que eles sejam articulados, e a articulação é em si uma forma essencial de valor – parte de sua formação, manutenção, transformação, aprofundamento, esclarecimento, reconhecimento e definição. E o simples ato de articulação pode também manifestar nossos valores, uma vez que o destinatário, a forma e a profundidade de articulação variarão de acordo com o fato de a audiência imediata ser

composta por pessoas amadas, amigas, colegas de um movimento, etc. Tal articulação é parte da prática de auto-interpretação, necessária a uma vida sem auto-ilusão. Isso ajuda a definir as aspirações da pessoa; implica não apenas antecipação ou predição da trajetória futura da vida de alguém mas também promessas referentes a essa trajetória -- que valores articulados irão se tornar valores enraizados na vida de uma pessoa. Para serem críveis como aspirações, os valores articulados devem ir além dos valores manifestados. Para serem críveis como predições e promessas, a lacuna não pode ser tão grande, pois as possibilidades futuras são limitadas pela realidade presente, e os valores que são manifestados no comportamento envolvem, de fato, desejos reais. A credibilidade é aumentada quando a pessoa está conscientemente engajada em práticas que oferecem possibilidade concreta de realização das aspirações. Aqui pode haver uma tensão e um amplo espaço para a auto-ilusão.

Finalmente, a articulação dos valores possibilita que eles se tornem objetos de investigação (psicológica, epistemológica e avaliativa), de reflexão, de discussão e de argumentação crítica e, quando uma pessoa descobre -- como consequência dessa articulação -- que compartilha seus valores com outros, eles podem se tornar a base da participação nas práticas partilhadas e na construção da comunidade, dando suporte para uma vida comum sem violência. Essa articulação torna possível racionalizar os valores; e se os valores não são racionalizados, a razão não é valorizada.

Incorporação de valores pessoais em instituições sociais

Valores pessoais podem também ser incorporados (em maior ou menor grau) a instituições sociais e à sociedade como um todo. A instituição incorpora um valor, em maior grau, quando seu funcionamento normal oferece papéis nos quais se enraíza o valor, encorajando comportamento que o manifesta e práticas que o expressam, reforçando sua articulação e fornecendo condições para que ele seja cada vez mais enraizado com a vida de seus membros. Nesse sentido, as escolas de arte da elite liberal incorporam, em alto grau, o valor do cultivo e distinção intelectuais, mas não o de solidariedade com os pobres; as instituições econômicas capitalistas incorporam, em alto grau, vários valores egoístas, e não os de cooperação e partilha. A totalidade do grupo social incorpora, em alto grau, um valor, se este promove condições que dão suporte às instituições que o incorporam e, especialmente, se sua manutenção e funcionamento normais dependem dessas instituições.

Os valores enraizados na vida de uma pessoa são significativamente limitados por valores que são incorporados, em alto grau, na sociedade em que essa pessoa vive. Isso se dá, parcialmente, porque a articulação é um modo essencial do valor, e o que pode ser articulado é uma função dos recursos linguísticos disponíveis na sociedade. A linguagem disponível para articular os valores

irá se refletir em algum grau nas concepções de bem-estar dominantes e reforçadas na sociedade. Essa linguagem pode não permitir prontamente a expressão de que a experiência de bem-estar de uma pessoa (ou sua diminuição) não se adapta bem ao discurso reinante sobre o que é o bem-estar. Por exemplo, em uma sociedade que incorpora valores egoístas, na qual as pessoas são respeitadas e reconhecidas em virtude de suas posses, a linguagem não está prontamente disponível para que alguém articule a experiência (se a possui) de que manifestar esses valores não produz uma sensação de bem-estar. Daí o empenho de submeter a experiência da pessoa ao discurso reinante de bem-estar, mesmo que apenas para ser reconhecido e respeitado. Dessa forma, valores são parcialmente constituídos pelo discurso de valor disponível, e parte da realidade dos valores sustentáveis está essencialmente ligando a vida da pessoa à comunidade (e suas tradições), que é origem da linguagem dos valores de alguém.

A limitação oriunda da incorporação social dos valores existe também porque as pessoas vivem em interação com os outros. A maior parte das ações é também interação, como já mencionamos, e assim os valores incluem as relações fundamentais que se deseja estabelecer com outros. Em geral, as interações são mediadas por instituições sociais – família, escola, igreja, instituições políticas e econômicas, clubes, etc. –, de forma que interagimos de acordo com papéis institucionais e com relações estruturadas por instituições. Em grande medida, não podemos manifestar valores pessoais sem participar de instituições que permitam tais manifestações. Nem todas as instituições encorajam, ou mesmo permitem, a manifestação de valores pessoais, de modo que o enraizamento de valor pessoal em uma vida depende muito da disponibilidade de instituições nas quais ele esteja, em algum grau, incorporado.

Para ilustrar esse ponto, já argumentamos (Schwartz, 1986; Schwartz e Lacey, 1982; Schwartz, Schuldenfrei e Lacey, 1978) que o local de trabalho da indústria moderna é uma instituição que evoluiu através dos séculos (com orientação, em vários pontos ao longo do caminho, de pessoas cujos interesses eram satisfeitos por essa evolução específica) para tornar a manifestação de valores como excelência, solidariedade e significância no trabalho quase impossível. O local de trabalho da modernidade é bem adaptado para aqueles que vêem o trabalho meramente como um meio para a acumulação de riqueza e o consumo. É bastante apropriado àqueles que valorizam o individualismo e o egoísmo. É pouco apropriado àqueles para os quais o trabalho é, ao menos em parte, expressão do próprio ser, e de um ser engajado num projeto comunitário (Marglin, 1976; Polanyi, 1944). Atentar ao papel exercido pelas instituições sociais na limitação dos tipos de valores que podem ser esperados das pessoas torna-se especialmente importante quando os teóricos da sociologia, da psicologia ou da economia se esforçam para caracterizar um conjunto particular de valores domi-

nantes em um dado período e local como reflexo de uma característica essencial da natureza humana (Schwartz, 1990, ver seção V em diante).

Nós discutimos valores pessoais como articulados em palavras, presentes na consciência, manifestados em ações, expressos em práticas, enraizados nas vidas e incorporados pelas instituições sociais. Pensamos que os valores não têm existência se separados desses modos. Em particular, valores pessoais não podem ser reduzidos a representações mentais ou simples fenômenos conscientes. Ontologicamente, os valores residem na interação desses seis modos, todos constitutivos de valores, e, portanto, valores são necessariamente desenvolvidos e não simplesmente dados. Eles podem ser compartilhados em virtude de serem expressos em práticas, articulados e incorporados pelas instituições – e em grande medida, eles devem ser. Ao mesmo tempo, em virtude de suas manifestações na ação, e de seu enraizamento na vida dos indivíduos, os valores têm caráter pessoal.

Valores sociais

Uma ordem social é marcada pelos valores pessoais que são predominantemente incorporados por ela, e também pelos valores sociais nela enraizados. Como no caso de valores pessoais, valores sociais envolvem a inter-relação de vários modos. Valores sociais são *manifestados* em programas, leis e políticas da sociedade, e *expressos* nas práticas cujas conduções elas fornecem e reforçam. Esses são os valores que se tornam *articulados* em histórias da tradição da sociedade, em explicações dos tipos de instituições que favorecem, e na retórica de seus líderes. Novamente, existe sempre alguma lacuna entre manifestação e articulação, cuja manipulação define parcialmente posições no espectro político. Valores sociais ficam enraizados na sociedade na medida em que eles são manifestados constante e consistentemente, e a lacuna é bem estreita. Por exemplo, liberdade, a primazia do direito de propriedade, e, em menor extensão, a igualdade são valores sociais altamente enraizados na sociedade americana.

A articulação de valores tem um significado especial no caso de valores sociais, uma vez que existem contestações típicas de valores sociais entre os vários membros e grupos da sociedade. Diferentes grupos dentro da sociedade irão perceber e interpretar a lacuna entre valores articulados e valores manifestados de modo diferente, e muito do discurso político moderno centra-se sobre as várias avaliações competitivas do significado dessa lacuna.

Existe uma ligação estreita entre valores sociais enraizados na sociedade e valores pessoais que a sociedade incorpora, e também entre valores que são articulados por instituições dominantes da sociedade (ideologia) e valores pessoais que se tornam articulados por toda a sociedade. Essa ligação não precisa ser formal e pode se tornar aparente apenas quando a ordem social se desdobra concretamente com o tempo. Assim, por exemplo, a liberdade (liberdade ne-

gativa) e a primazia do direito de propriedade, enraizadas nas instituições econômicas e legais existentes nos Estados Unidos, favorecem a incorporação de valores pessoais individualistas, egoístas e competitivos. De fato, a própria incorporação de tais valores pessoais pode ser construída como valor social altamente enraizado na sociedade. Sob condições em que a ligação entre valores sociais e pessoais é especialmente firme, os valores pessoais que a pessoa mantém podem vir a parecer naturais e inevitáveis. De fato, se a sociedade é suficientemente unívoca na maneira pela qual suas instituições incorporam certos valores pessoais, eles podem aparecer para os membros da sociedade como se não fossem valores, e sim meros desejos – sem reflexão alguma porque nenhuma reflexão é necessária, ou mesmo possível.

Um valor social pode também ser *personalizado*, quando as ações das pessoas dirigidas à manutenção, modificação ou transformação da ordem social são guiadas por desejos pessoais para a sociedade, dentro da qual esse valor está enraizado. Por exemplo, quando o valor pessoal individualista predomina, o valor social de tolerância, de relações mediadas por contrato e de justiça como igualdade perante a lei, valores tendem a ser largamente personalizados. Isto se dá presumivelmente porque se acredita que, dadas as instituições econômicas e legais concretas nas quais eles se enraízam, esses valores sociais estão entre as condições que modelam uma sociedade que incorpora os valores pessoais desejados. A estabilidade da sociedade depende da personalização amplamente difundida dos valores sociais predominantes.

Além disso, se as aspirações pessoais são impedidas porque prevalecem valores sociais, então faz sentido personalizar outros valores sociais e engajar-se na ação política para produzir formas sociais nas quais eles são manifestados. Desta maneira, por exemplo, se alguém aspira expressar o valor de solidariedade com o pobre terá de visar mudanças sociais que possam produzir uma ordem social na qual a liberdade positiva (a disponibilidade de condições nas quais todos têm a possibilidade de viver significativamente segundo as próprias escolhas) e a primazia de direitos econômicos e sociais estejam enraizados, personalizando assim esses valores sociais. Nesse sentido, valores sociais – sejam aqueles predominantemente manifestados ou aqueles aos quais se aspira – estão incluídos entre valores pessoais.

Existem, é claro, diferenças e discordâncias no domínio de valores, e nós não podemos eliminar aqui suas complexidades. Sua existência, entretanto, enfatiza a questão de quais são os valores que uma pessoa sustenta e qual a relevância da discussão pública para o ajuste da questão. Não podemos esperar que a discussão pública resulte em um consenso sobre quais valores devem ser sustentados. De fato, nós contribuímos para a visão de que uma certa diferença nos valores que as pessoas sustentam é essencial dentro da estrutura de um ambiente que pode sustentar a liberdade humana. Sem nenhuma diversidade e tensão entre valores, as pessoas poderiam facilmente vir a considerar os

próprios valores como os únicos possíveis – um resultado que desgastaria seriamente o campo das aspirações humanas e as possibilidades para o seu desenvolvimento. Mas a discussão pública pode conduzir a um conhecimento bem fundamentado sobre quais as condições sociais necessárias para sustentar valores particulares. E isto é significativo por prover a compreensão causal da formação e sustentação de valores, que possibilita argumentos que podem ser feitos para a modificação de instituições e estruturas sociais existentes, em algumas direções mais do que em outras. À luz desse fator, iremos explorar um número de problemas relevantes para explicar os valores que as pessoas vêm a sustentar.

III. Entendendo as origens dos valores pessoais

O discurso humano não é meramente "factual"; não se limita a prover descrições e explicações de como as coisas são ou têm sido. É também orientado pelo futuro e, portanto, contém aspectos avaliativos. Enquanto a explicação relaciona a situação presente ao passado (de acordo com leis causais ou dentro de uma narrativa explanatória), a avaliação relaciona o presente a possibilidades futuras desejadas. A avaliação serve, em parte, para estabelecer o curso de nossa vida, à luz das limitações da realidade atual. O futuro não é nem determinado pelo presente nem é produto de ação voluntária não limitada pelo presente. Ao contrário, toma a forma em parte à medida que a realidade presente é modificada, e algumas vezes transformada, através de ações intencionais. Nossas crenças e desejos exercem um papel causal na construção do futuro, mas sob limitações poderosas que não estão sujeitas a modificações oriundas de crenças e desejos presentes. Sustentamos que os valores são inteligíveis somente dentro deste contexto de limitações.

Esse enfoque na limitação também nos capacita a definir com razoável precisão o número de fenômenos de projeção freqüente e repetida na experiência vivida de cada um. Nós propomos a hipótese de que, em larga escala, as pessoas vêm a sustentar valores, enquanto respondem a esses fenômenos, e que há um espectro limitado de respostas possíveis, coerência a um complexo de valores enraizados na vida de alguém. Esses fenômenos, dos quais listaremos quatro, dizem respeito a várias lacunas entre aspiração e realização.

1. O primeiro fenômeno se relaciona à lacuna, já mencionada, entre a manifestação e a articulação de valores. É o que chamamos de lacuna entre intenção e ação efetiva, entre desejo e conseqüências da ação. Freqüentemente, nossas ações não conduzem ao que esperamos, e nossos desejos não são preenchidos através de ações que engendram. Essa lacuna revela os limites de nossa capacidade de expressão, nosso poder de modelar as nossas próprias vidas, nosso autoconhecimento, a compreensão do que podemos esperar de ou-

tros e o entendimento de condições sociais e materiais de nossas vidas. Aqueles que postulam que uma vida, consistindo em uma seqüência de ações oriundas de desejos espontâneos, trará uma fonte de felicidade e contentamento, freqüentemente descobrem que ela traz, em vez disso, um sentimento de degradação, vazio, autodesprezo e vergonha. Aqueles que desejam fazer apenas "o que têm vontade" ficam freqüentemente desnorteados por sua ineficácia, e, freqüentemente, descobrem que falharam em desenvolver as capacidades que mais tarde seriam necessárias para realizar desejos que então assumem importância. Enquanto desejos de primeira ordem podem antecipar, e com freqüência o fazem, desejos de segunda ordem (valores) na vida de uma pessoa, a contínua coerência de desejos de primeira ordem depende de essa pessoa desenvolver (mais ou menos articuladamente) desejos de segunda ordem. Pode haver condições sociais ou psicológicas, nas quais algumas pessoas são incapazes de desenvolver desejos constantes de segunda ordem, sendo capazes de sustentar valores (mesmo de sustentar a si mesmas como um objeto de valor). Sob tais condições, podemos esperar encontrar patologia psicológica profunda, e mesmo pequena apreciação do valor da vida, com conseqüente indiferença pelos outros ou manifestação de violência gratuita.

2. O segundo fenômeno é outra lacuna, entre o que experimentamos e o que sentimos *poder* ser. Nós experimentamos e observamos sofrimentos de vários tipos, e sentimos que alguns deles podem ser aliviados, que não há necessidade de tanto sofrimento, que as coisas podem ser "melhores", que o sofrimento pode ser reduzido e que possibilidades mais satisfatórias podem ser realizadas. A experiência do sofrimento proporciona o impulso de classificar, em alguma espécie de ordem moral, as possibilidades de realização futura. Ela nos sintoniza com uma percepção do que o bem-estar pode ser, e esta percepção pode ser aumentada pela observação de vidas (e interação com elas) que parecem realizar possibilidades mais satisfatórias.

3. O terceiro fenômeno é o fato de que cada um de nós é inserido (cedo, na maioria das vezes, como conseqüência de nossa posição familiar na sociedade; mais tarde, em certa medida por opção) em uma variedade de instituições, cada um incorporando um conjunto diferente de valores. Alguns desses valores incorporados podem ser vistos como complementares, contribuindo mutuamente para uma vida plena. Outros "contradizem" um ao outro, estabelecendo tendências conflitantes em uma pessoa. No limite, uma pessoa pode passar a maior parte de sua vida em instituições que incorporam valores conflitantes com seus valores pessoais mais básicos, e os valores articulados nessas instituições podem negar aqueles que ela está pessoalmente inclinada a articular.

4. Finalmente, dentro de cada uma dessas instituições existe freqüentemente uma lacuna entre valores articulados e valores manifestados. Apesar de as instituições existirem por causa dos valores que incorporam e sustentam para se manterem, elas são compelidas a perseguir valores alheios (ainda que im-

portantes). Por exemplo, os valores centrais da universidade (isto é, a busca da verdade) podem se achar eles próprios comprometidos ou sobrepujados por valores de produção de profissionais para servir à ordem predominante, que a universidade enfatiza a serviço de finalidades de financiamento e recrutamento, sem as quais ela não pode continuar a perseguir seus valores primários. Assim, as instituições criam simultaneamente condições para a manifestação de certos valores e também estabelecem limites para suas manifestações (ver MacIntyre, 1981, numa descrição acurada das tensões que podem existir entre práticas e instituições para as quais o valor fundamental é estimular a prática). Pode-se esperar que a magnitude e severidade da tensão entre os valores que justificam a existência de uma instituição e os que a capacitam, de fato, a funcionar variem de instituição para instituição e de sociedade para sociedade. Mas a tensão estará sempre presente em algum grau e, como tal, será o fundamento para a lacuna entre aspiração e manifestação dos valores institucionais.

Esses quatro fenômenos estão entre aqueles que engolfam nossa vida. Nós não podemos evitá-los, embora eles possam colidir com nossa percepção e nossa consciência de forma mais ou menos severa. Eles causam desequilíbrio em nossas vidas – tanto que nós propomos que, em um grau considerável, podemos conceber o desenrolar da vida (que manifesta valores como distintos dos desejos simples) como a narrativa da tentativa de uma pessoa em direção a um equilíbrio satisfatório ou pelo menos tolerável. (Estamos cientes de que essa proposta é controversa, especificamente rejeitada em vários escritos pós-modernos, que julgam a busca de uma vida integrada como um reflexo de um valor particular – e não conscientizável – mais do que como condição para a existência de valores. Nós não abordaremos este ponto aqui.) Nos tempos modernos, a lacuna entre desejos e conseqüências da ação é especialmente desconcertante, pois ela reflete limites a nossa liberdade pessoal. Em uma vida livre não há lacunas significativas desse tipo. Buscando reduzir esta lacuna, podemos tentar mudar tanto nossa estrutura de vida quanto as condições sociais ou ambos.

Caminhos em direção ao equilíbrio

Sugerimos que os caminhos em direção ao equilíbrio podem, em uma primeira abordagem, ser classificados nos cinco tipos que seguem, e que a complexa ordenação dos valores que a pessoa venha a adotar reflete o caminho seguido. Nós esperamos que essa classificação seja aprimorada à luz da crítica e de estudos adicionais.

1. *Ajustamento*. As pessoas ajustam suas metas de acordo com a realidade, o caminho do “realismo”, que aceita (mais ou menos conscientemente) que não haverá mudanças fundamentais nas instituições predominantes que moldam suas vidas, que não existem possibilidades para o futuro imediato fora das instituições predominantes, que o futuro é planejado por estas instituições. Assim,

escolhem participar – levando em consideração, quando possível, suas oportunidades, sua educação, família, talentos e interesses, e a própria avaliação da viabilidade das várias instituições e das oportunidades adicionais que elas podem criar – das instituições às quais têm acesso, de modo a causar a menor tensão e o maior equilíbrio. E as pessoas ajustam suas metas ao que é realizável no interior destas instituições, conduzindo a vida na qual estão enraizados valores que estão incorporados em sua sociedade. Vários modos de vida seguem o caminho do ajustamento, refletindo a variedade de instituições presentes, diferenças de classes, e também a existência de nichos “marginais” na sociedade. Enquanto o caminho do ajustamento admite a variedade, em seu interior a extensão de valores aceitáveis é limitada por aqueles incorporados nas instituições dominantes – e o fato de eles serem socialmente incorporados, torna-se, *de facto*, uma razão para sustentá-los, ou pelo menos a base que os torna imunes à crítica.

O caminho do ajustamento pode ser adotado com maior ou menor consciência. Como os valores manifestados por essa postura são incorporados pela sociedade, normalmente a questão de sua legitimação não aparece, e, se aparece, as predominantes articulações da sociedade sobre os valores (ideologia) rapidamente provêm respostas *prima facie* forçadas. A adoção dessa postura, conseqüentemente, exige pouca reflexão pessoal e, de fato, a reflexão crítica não é considerada um valor alto, pelo menos não a reflexão sobre estruturas sociais, ou o tipo de reflexão que conduz à autoconsciência dentro de práticas dominantes. A reflexão crítica pode fazer a pessoa se tornar ciente do desvalor (por exemplo, opressão, discriminação, dominação) que pode também estar incorporado nas estruturas, e então intensificar o sentido de que existem possibilidades esperando por ser realizadas, criando a percepção de uma lacuna inclusive maior entre o valor socialmente manifestado e aquele articulado.

O caminho do ajustamento permite, para alguns, a experiência de uma medida de satisfação, reforçada pela articulação institucional (ideologia), de que os valores enraizados em suas vidas ajustadas são aqueles que definem uma vida plena. Quanto mais estáveis e mais altamente desenvolvidas são as estruturas, mais elas fornecem espaço para muitas pessoas viverem vidas ajustadas, e para terem satisfeitos seus desejos realisticamente limitados. A estabilidade de tais estruturas reflete o fato de que em seu interior os desejos de muitos estão sendo satisfeitos, e pode, como conseqüência, fazer com que esses desejos pareçam fundamentais e universais – reflexo da natureza humana (Schwartz, 1986, 1990, 1993).

As instituições políticas e econômicas dominantes em qualquer sociedade reforçam o caminho do ajustamento para um número significativo de pessoas – e “privilegiam” aquelas que o adotam. Mesmo assim, esse caminho requer um pouco de sorte, já que é vulnerável ao colapso, quando ocorre extremo sofrimento, ou colapso institucional. Raramente, entretanto, pode ser adotado por

todo mundo, pois na maior parte das sociedades, se não em todas, tais vidas privilegiadas dependem da relação de dominação, sendo que a possibilidade de os dominados obterem realização são severamente limitadas.

2. *Resignação*. Alguém pode vir a se resignar com a “inevitabilidade” de suas condições sociais e pessoais, com o fato de os seus desejos serem ineficazes, as aspirações vazias, de que quando há mudanças, estas ocorrem à sua revelia. Então, os desejos se reduzem ao desejo de sobreviver, ou talvez de tornar a vida meramente tolerável; e a vida se torna uma reação às forças externas. Aqui nos deparamos com o fenômeno do fatalismo, falta de valor próprio e opressão interiorizada, de inteligência diminuída, de supressão do discernimento e da consciência, de niilismo (West, 1993). O caminho admite variações: entre outras possibilidades, pode gerar violência gratuita (voluntária), o profundo envolvimento em práticas religiosas, que transferem as aspirações pessoais para além do mundo real, dependência de álcool e drogas, assim como incontáveis vidas que seguem a luta diária pela sobrevivência (Martín-Baró, 1991b).

Não existe, é claro, uma linha divisória rígida entre os caminhos de ajustamento e resignação. Métodos interpretativos são necessários para classificar a vida em um ou outro tipo, métodos que precisam reconhecer a notável capacidade humana de achar ou criar ninhos nos quais uma vida plena é possível. Contudo, a resignação é uma contrapartida dialética do ajustamento em sociedades estruturadas por relações de dominação (sejam elas econômicas, patriarcais, raciais, ou outras). Em tais sociedades, a estabilidade requer que ambos os caminhos sejam seguidos; de fato, uma vez que a ideologia dominante serve para disfarçar as relações estruturadas ou para torná-las imunes a críticas, para a maior parte das pessoas somente esses dois caminhos são concretamente possíveis. Uma vez que o caminho da resignação não é concebido como tendo origem estrutural, a ideologia explica sua adoção em termos de “defeitos” pessoais (preguiça, falta de inteligência, etc.) arraigados – daí a pronta disposição dos “privilegiados” em aceitar que as vidas dos resignados (e, sem dúvida, outros, quando não os distinguimos dos resignados) sejam “administradas”, e também sujeitas à violência institucional. Tal violência não é vista como reflexo da dominação estrutural, mas como proteção do valor que a sociedade deveria estar incorporando e manifestando. Esta concepção é reforçada pela percepção de diversos (embora poucos) indivíduos que se movem de lugares onde abundam os resignados para a categoria dos ajustados. Desconhecendo os limites estruturais, supõe-se que o que está disponível para alguns está disponível para todos.

3. *Marginalidade criativa*. Os resignados são também marginalizados e contribuem muito pouco mesmo para definir a forma das margens. Os ajustados adotam, em sua maioria, os valores incorporados nas instituições predominantes e, portanto, eles também não ampliam os limites, mas vivem dentre eles. Um outro caminho aceita que as estruturas fundamentais da sociedade não muda-

rão no futuro próximo (não podem e não devem mudar), de forma que continuarão a moldar vidas viáveis, mas rejeita muitos dos valores que elas incorporam, julgando-os indignos da aspiração humana. Por exemplo, pode-se rejeitar o consumismo, valores possessivistas comuns em nossa sociedade como versões degeneradas da aspiração de liberdade; pode-se também estar ciente da dialética entre ajustamento e resignação, e reagir com indignação e ultraje ao sofrimento e miséria, que se considera estarem fundados nas estruturas prevalecentes. A resposta deste caminho é alargar as margens, criar espaços para (maior) manifestação de valores mais dignos e para uma vida onde esses valores sejam arraigados. Pode-se distinguir um certo número de direções distintas deste caminho.

a) *Criatividade individual*. A pessoa reconhece que no interior das estruturas prevalecentes existem possibilidades para a expressão criativa (na arte, música, ciência, etc.). Persegue-se então um talento e trabalha-se nele, ganhando habilidades relevantes a fim de produzir alguma coisa nova – um objeto de valor que é reconhecido na cultura da pessoa enquanto tal –, que é distintiva, expressiva de seu próprio eu, e que expande o domínio do valor que pode ser incorporado dentro da cultura. Enquanto a ligação entre individualidade e inovação força este caminho, ele não é uma ação solitária; envolve participação em práticas compartilhadas, que freqüentemente são institucionalizadas. Às vezes, o caminho do ajustamento transforma-se gradativamente neste caminho. Ao menos em alguns domínios, o valor de produzir e respeitar objetos de valor é altamente incorporado na maioria das sociedades. De fato, é bastante comum para a ideologia dominante “justificar” estruturas sociais correntes, com referência a objetos de valor originados no interior das estruturas, o que implica que a criação de tal valor é suficiente para legitimar as condições materiais e sociais necessárias para a sua criação. Pode-se incluir nesse caminho certos feitos de empreariado ou administração criativa. E algumas práticas corruptas, formas não usuais de acúmulo de bens e de consumo evidente, podem ser consideradas como versões degeneradas. Sua marca registrada é a criatividade individual que amplia os limites, e não é pouco comum para quem segue este caminho achar necessário contestar os valores incorporados em instituições particulares (universidades, fundações, departamentos governamentais, editores, museus de arte).

b) *Serviço comunitário*. A pessoa participa da criação de (ou tenta criar) comunidades que manifestam valores contrários aos da maioria, tais como serviços para carentes e marginalizados, e, através dessas comunidades busca caminhos para ser menos dependente das condições materiais e sociais que sustentam a marginalização de algumas pessoas. É difícil achar espaço para este caminho. Algumas vezes ele pode ser encontrado em parte em instituições religiosas. É também um fator importante nos movimentos de mulheres e de direitos civis. Reformas em estruturas predominantes podem ser instigadas por

este caminho, uma vez que seus proponentes agem para aproximar os valores manifestos nas instituições dominantes de suas articulações autoritárias, abrindo o caminho do ajustamento (pelo menos) para mais resignados. Este caminho também origina, às vezes, vidas notáveis, que exibem o poder criativo do amor radical – os “santos”, cujas vidas mostram potenciais de natureza humana raramente realizados, que todos admiram até quando não desejam imitá-los. Esse caminho pode estar mais aberto para aqueles que fazem parte dos setores marginalizados da sociedade do que para quaisquer outros.

c) *Preservação de uma tradição alternativa.* A pessoa participa de uma instituição ou movimento com a finalidade de preservar uma tradição alternativa (religiosa, cultural, étnica). Isto pode envolver a criação de novos espaços (e às vezes eventuais estruturas novas) no governo, economia, educação e outras instituições. A maior parte da atividade corrente sob o rótulo “multiculturalismo” nas instituições de educação cai nesta categoria.

A ênfase dos três primeiros caminhos é na mudança ou adaptação individual à luz de estruturas efetivamente percebidas como condições dadas da vida de uma pessoa. Cada um deles pode reconhecer a possibilidade de reformas estruturais, e estruturas viáveis podem até precisar incluir um lugar para caminhos ajustados, submetidos à administração das reformas. Os dois caminhos restantes enfatizam a mudança de estruturas fundamentais.

4. *A busca do poder.* Este caminho reflete o desejo de ganhar poder (político ou econômico) a fim de ajustar as estruturas sociais a intenções, interesses e valores próprios (e, sem dúvida, àqueles que, segundo eles, os outros deveriam ter), de usar o poder para transformar estruturas institucionais de modo que seus interesses ou compromissos percebidos sejam satisfeitos. Podem existir variações militares e eleitorais neste caminho.

Dentro das estruturas prevaletentes, existem atribuições para o exercício do poder. Essas atribuições se encaixam na categoria de ajustamento. A categoria presente, em contraste, envolve o uso do poder para mudanças estruturais fundamentais. O poder pode ser usado para conservar as coisas como estão, para produzir reformas ou para produzir revoluções. Os limites entre conservação e reforma e entre reforma e revolução nem sempre são fáceis de definir ou identificar – e quem obtém o poder, quando confrontado com a realidade de seu exercício, muda de um uso inicialmente pretendido do poder para outra direção.

5. *Transformação de base.* Pode-se sustentar que as estruturas existentes, mesmo sob reforma, não podem prover condições nas quais todos possam viver vidas em que estejam enraizados valores que possam plausivelmente ser considerados como seus, expressivos de seus seres. Pode-se também sustentar que a busca do poder na melhor das hipóteses trará somente transformações para aqueles que ocupam os lugares privilegiados nas estruturas dominantes (ou talvez substitua velhas estruturas de dominação por novos tipos, mas não menos

dominantes). Adotando esse ponto de vista, uma pessoa pode entrar para organizações, práticas e comunidades cujos objetivos são: (1) capacitar seus membros, compostos em sua maioria de grupos marginalizados, a manifestar valores próprios, agindo e cooperando para esse fim; (2) expandir o raio de ação dessas organizações através da criação de novas organizações e da cooperação com os outros, de tal forma que cada vez mais pessoas sejam incluídas no processo; (3) trabalhar com setores das principais instituições, em um espírito de reciprocidade, para aumentar o espectro de opções realizadoras para um número cada vez maior de pessoas; (4) e, assim, criar instituições nas quais valores como cooperação, participação e abertura para as diferenças possam ser incorporados; (5) eventualmente, constituir a base institucional de novas estruturas sociais nas quais relações de dominação seriam diminuídas.

Na América Latina, grupos com esses objetivos pertencem ao que se chama "movimento popular". Eles incluem comunidades de base de pobres em busca de autoconfiança, projetos educacionais e de saúde, movimentos por habitação e posse de terras, direitos humanos, cooperativas agrícolas, organizações de mulheres, movimentos de consciência de nativos e negros e organizações de refugiados (Martín-Baró, 1991a). Procuram a ajuda de setores das universidades, igrejas, de profissionais liberais (de direito, engenharia, medicina), do comércio, associações e governo. Suas críticas do *status quo* e de confiança no poder são reciprocamente relacionadas à sua participação nos grupos. A crítica não precisa preceder a participação e, caracteristicamente, não a precede. Reflexões sobre participação e os obstáculos a serem encarados podem levar à crítica.

Esse caminho de transformação de base tem similaridades com o caminho dos serviços comunitários; ele começa apontando as necessidades dos marginalizados, mas, em vez de prestação de serviço e de caridade, enfatiza o fortalecimento pessoal, a solidariedade e a cooperação. Porque enfatiza a dialética da mudança pessoal e social, não se apóia no exercício do poder. Argumenta-se que o poder não traz as mudanças desejadas, porque o poder não pode fazer com que as pessoas vivam segundo os próprios valores. Isso não significa, entretanto, que aqueles que adotam esse caminho não possam se aliar, de fato, algumas vezes, a grupos que usam meios violentos para alcançar o poder. O poder obtido por tais grupos não é a mudança desejada. Mas quando a opressão e a repressão são intensas, alianças oportunas podem ser julgadas necessárias para remover obstáculos cruciais ao progresso nesse caminho de transformação pelas bases. A ambigüidade estará sempre presente quando os adeptos desse caminho, tentando efetuar a total incorporação dos valores que ele representa, interagem com instituições de poder. Às vezes (talvez a maior parte do tempo), as condições da aliança oportuna provocam um retorno ao caminho 4, no qual valores associados ao poder suplantam os valores comunitários inicialmente motivadores. Contudo, quando o caminho de transformação de

base é seguido verdadeiramente, apenas o crescimento dos movimentos, em interação dialética com a formação de valores pessoais, pode produzir a transformação desejada. Ele se baseia em um processo de mudança gradual, em que a viabilidade de cada passo é testada, um processo onde há harmonia orgânica entre meios e fins. Nele não se avalia cada ação em termos de ser ou não um meio para atingir um objetivo social sistematicamente articulado, pois tal avaliação não corresponde e abre-se à dialética pessoal/social para que papéis-chave sejam garantidos pelo poder e violência. Ao contrário, cada passo é avaliado segundo a maior incorporação de valores articulados pelos movimentos e segundo os limites desta incorporação; portanto, pelo fato de representar, embriologicamente ou por antecipação, uma sociedade que incorpora completamente os valores desejados, provendo um campo para a continuidade de ações exploratórias a partir das quais as estruturas concretas de uma sociedade transformada podem emergir.

Sugerimos que esses cinco caminhos são os que estão abertos para as pessoas quando elas experimentam o tipo de desequilíbrio que nós descrevemos no começo desta seção. Não queremos sugerir que esses sejam caminhos puros. Até certo ponto, todo mundo compartilha alguns aspectos de todos os caminhos, mas, para cada um, destaca-se um caminho preferencial, que reflete quem a pessoa é, e quais são os seus valores mais fundamentais – o complexo de valores que é amplamente constitutivo de sua identidade. Postulamos a hipótese adicional de que os caminhos 1 e 2 são mais comuns no mundo contemporâneo, e que adotar qualquer um dos outros requer motivação substancial, porque segui-los introduz freqüentemente novas formas de desequilíbrio e desorientação. Entretanto, são esses últimos caminhos que permitem vidas interessantes e, em última análise, significativas. Eles representam esforços para descobrir e realizar algumas das possibilidades humanas que ainda não foram realizadas, e para desenvolver a consciência crítica e criativa em todas as suas dimensões.

IV. Razões para adotar um caminho particular em direção ao equilíbrio

De acordo com a nossa análise, o caminho que a pessoa adota provê unidade para o complexo de valores que ela possui. As pessoas têm várias razões, que podem ser mais ou menos articuladas, para adotar e persistir em seus respectivos caminhos. Não queremos sugerir que a escolha de um caminho é consequência de um processo deliberativo passível de ser isolado, como se as pessoas deliberassem a partir da consideração dos prós e dos contras de cada caminho, para então adotar um deles. Em vez disso, as pessoas fazem escolhas sobre assuntos como objetivos educacionais, amizades a serem cultivadas, habilidades a serem obtidas, trabalho ou carreira a serem seguidos, lugares para viver, compromissos com a família (assim como escolhas sobre os incontáveis problemas de consumo e posses), etc. – escolhas que são possibilidades,

estimuladas e limitadas por coisas como família, classe social, e religião. Dessa multiplicidade e complexidade de escolhas emergem os contornos do caminho adotado e o complexo de valores que constitui a identidade de uma pessoa. As razões para adotar um caminho se tornam aparentes não antecipadamente, mas à medida que se tenta criar, articular ou discernir unidade nos valores manifestos nas várias opções e compromissos que a pessoa assume, e à medida que a pessoa cria a expectativa de uma vida coerente, na qual um complexo de valores está cada vez mais enraizado. Esse complexo, nós propomos, está por si mesmo sujeito a avaliação à luz de vários critérios, que freqüentemente se tornam explícitos quando se tenta articular a legitimidade do caminho adotado diante de desafios. Esses critérios também exercem um papel explanatório, pelo menos na medida em que o reconhecimento de que o complexo de valores deixa de ir ao encontro de um ou outro deles pode ocasionar uma mudança de vida.

Vamos discutir dois critérios em profundidade, que são particularmente pertinentes no contexto da investigação psicológica.

1. *O critério da possibilidade.* A possibilidade genuína – dadas as limitações das condições materiais e sociais – do complexo de valores se enraizar de forma consistente, constante e coerente numa existência pessoal concreta, incorporando-se assim à sociedade.

2. *O critério da natureza humana.* A disponibilidade de uma visão articulada da natureza humana, com algum suporte empírico, que torna inteligível a reivindicação de que o complexo de valores molda uma vida satisfatória.

Na prática, esses dois critérios são dispostos em conjunto com uma série de outros critérios. Nós listamos sem elaboração, categorização e justificação vários desses outros critérios que achamos importantes.

3. A consistência formal do complexo de valores.

4. A continuidade do complexo de valores, talvez sob considerável reinterpretação (1) com alguns valores que a pessoa "herdou", que compartilha com outros, e que parecem "óbvios" (rejeição do assassinato, por exemplo); e também (2) com valores verdadeiramente enraizados em vidas concretas, reconhecidas como satisfatórias. A pesquisa psicológica pode informar (2) explorando quais complexos de valores, quando enraizados, geram uma sensação de bem-estar. Tais pesquisas podem também ajudar através da identificação das patologias características de cada um dos cinco caminhos de resposta para as lacunas entre aspiração e realização, e da identificação das condições sob as quais essas patologias podem ser evitadas.

5. A inclusão no complexo de valores daqueles constitutivos da inteligibilidade do discurso avaliativo em geral (por exemplo, respeito pelos participantes do discurso, grandeza do diálogo sobre o poder, autenticidade).

6. A universalizabilidade dos valores centrais do complexo – que as condições sociais e materiais de sua incorporação sejam compatíveis, com todos os participantes do discurso sendo capazes de conduzir tipos de vida em que esses valores (ou, mais genericamente, aqueles que expressam sua individualidade) estejam enraizados.

Deixamos em aberto quem a pessoa considera serem os participantes do discurso avaliativo, pois isso – talvez – reflita valores próprios, mais do que um critério geral. Se todo mundo (em princípio) é incluído entre os participantes, então, à medida que os caminhos 5 e 6 são atingidos, a pessoa adquire uma maior capacidade de compreender bem as ações de outras pessoas e de outros movimentos sociais, mesmo daquelas que manifestam valores diferentes dos seus. Adquirir tal capacidade é um valor central do quinto caminho, o caminho da “transformação de base”. O que vale também para a obtenção de uma consciência clara das condições necessárias para que os valores se tornem enraizados na vida de uma pessoa.

O que quer que se pense dos critérios (3 a 6) propostos, os critérios de possibilidade e da natureza humana são de extrema importância para a avaliação do complexo de valores de uma pessoa, embora eles não independam de tentativas de atingir o “equilíbrio cuidadoso” com outros critérios. O ponto de vista da natureza humana subjaz à coerência e à inteligibilidade do complexo; a possibilidade genuína de sua existência é necessária para a sua projeção social. Frequentemente, esses dois critérios são centrais nas discussões avaliativas, funcionando em conjunto. Por exemplo, discussões sobre a possibilidade ou impossibilidade de transformação social frequentemente apelam para o ponto de vista da natureza humana e as possibilidades embutidas em sua articulação. Além disso, se alguém articula valores não incorporados pela ordem social corrente, e se não é possível gerar transformações sociais do tipo desejado, existe então uma razão para reconsiderar as aspirações pessoais. E se a transformação social é possível, então a existência de um complexo rival de valores incorporado na ordem corrente deixa de ser argumento para limitar as aspirações pessoais. Se é possível erigir simultaneamente argumentos quanto à possibilidade de transformação social e quanto ao fato que há um ponto de vista da natureza humana que sugere possibilidades mais realizadoras na nova ordem proposta, então o complexo de valores incorporado na ordem corrente pode chegar a uma crise e, por falta de coerência e projeção, a extensão dessa incorporação pode declinar.

Se o objetivo da avaliação é guiar a vida, não se reduzir a mera crítica idealista, considerações do que é possível são sempre bastante importantes. A consistência formal de um complexo de valores não é suficiente para tal possibilidade. Por exemplo, valores comunitários como cooperar e compartilhar são formalmente consistentes com a primazia do direito de propriedade, mas as condições materiais e sociais necessárias à manifestação estável de um exclui

a do outro. A avaliação da possibilidade de sustentar coerentemente um complexo de valores envolve mais do que consistência. Quando um complexo já está muito incorporado em uma sociedade, não há mais questões sobre sua possibilidade. O que é real é possível. Somos confrontados com uma questão particularmente difícil quando o quinto caminho, o caminho da transformação social, é considerado. A menos que o tipo de transformação social proposto seja possível, esse caminho se reduz ao caminho do serviço comunitário. Em nossa sociedade essa forma de transformação social é amplamente aceita como impossível – conseqüentemente, a maior parte das vidas pode ser mapeada pelos três primeiros caminhos. É muito difundida a idéia de que quaisquer possibilidades sociais viáveis (para o futuro previsível) virão a ser enquadradas pelas instituições da propriedade privada, pelo livre mercado e pela democracia formal e eleitoral (Lacey, 1991). Por quê? Existem várias respostas: a) porque estas instituições são tidas como melhores (oferecem mais satisfação, incentivam mais a liberdade, e conduzem mais à justiça social) que quaisquer alternativas disponíveis e imagináveis; b) por causa da inércia e do sempre crescente *momentum* destas instituições; c) por causa da virtual hegemonia do poder associada a estas instituições e da expectativa de que esse poder venha a ser usado para a manutenção de tal hegemonia; d) por causa da crença de que essas instituições efetivamente incorporam a natureza humana, que se acredita ser subjacente a valores egoístas e individualistas (Schwartz, 1986, 1993). Se (a) e (d) estão solidamente embasados, então o uso do poder, citado no item (c), será freqüentemente legítimo – mas não de outra forma. Muito depende, então, da avaliação do que é a natureza humana e da avaliação do que a faz desse jeito.

V. Implicações para a investigação psicológica

Está de acordo com os dois critérios em discussão o fato de as crenças sobre o que é possível e sobre a natureza humana poderem influenciar os valores pessoais que as pessoas sustentam e desejam ver incorporados pela sociedade e os valores sociais que tentam personalizar. De fato, a aplicabilidade dos critérios depende de tais crenças. Como já indicado, crenças sobre o que é possível e sobre a natureza humana são profundamente interligadas. Nossas crenças sobre os valores que podem estar enraizados nas vidas e articulados autenticamente dependem (em parte) de nossas crenças sobre a natureza humana; estas, por sua vez, extraem-se dos valores que observamos estar realmente enraizados nas vidas. Genericamente falando, essas crenças estão abertas ao escrutínio empírico. Que tipo de investigação empírica poderia esclarecê-los?

Responder essa questão tornou-se excepcionalmente difícil pelo fato de que a possibilidade de genuinamente sustentar valores não depende apenas do

que é a natureza humana, mas também dos valores incorporados por instituições sociais reais e das relações de poder (e de autoridade) que estruturam essas instituições. Relações de poder dominantes podem realmente impedir a realização de certas possibilidades permitidas pela natureza humana, especialmente nos casos em que essa realização repousa sobre condições sociais incompatíveis com as condições prevaletentes. Além disso, os desejos humanos, que estão realmente presentes em dado período podem refletir não todo o potencial da natureza humana, mas as possibilidades reforçadas pelas instituições reais. Sendo assim, um mapeamento empírico do que é realmente manifestado não pode resultar na compreensão total do potencial humano, visto poder haver possibilidades ainda não percebidas. A realidade informa, mas não pode estabelecer definitivamente o que é possível; ao mesmo tempo, a investigação empírica está ligada ao real – a exaustão da tensão resultante está no centro de toda a ciência experimental.

Que tipo de investigação psicológica, empírica, pode apoiar crenças sobre a possibilidade (não necessariamente alta probabilidade) ou impossibilidade de complexos de valores, como os implícitos na quinta alternativa, que não foram até agora significativamente percebidos? Qual é a metodologia apropriada? Quais são os limites teóricos apropriados? Quais os fenômenos empíricos apropriados a serem selecionados para investigação? Respostas a essas questões encontram-se, usualmente, interligadas, e refletem as práticas (e os valores que estas expressam) que as pesquisas apóiam (Lacey, 1990). Se a maioria das pesquisas apóia práticas dentro de um dos três primeiros itens, então não é provável que surjam questões sobre possibilidades alternativas (esperadas nos limites). Se hoje esses caminhos são enquadrados pelas instituições de propriedade privada, pelo livre mercado, etc., e essas instituições tendem a incorporar valores egoístas que tornados inteligíveis e coerentes por uma visão individualista da natureza humana, então, esperaríamos encontrar hoje uma teoria psicológica limitada por uma visão individualista da natureza humana; e sua base comprobatória surgiria principalmente de fenômenos característicos dessas instituições, onde se observa a predominância de valores egoístas. Certamente, o individualismo metodológico, uma abordagem para a pesquisa que se assentaria sobre uma visão individualista da natureza humana, foi no decorrer desse século uma proposta metodológica dominante na psicologia (Wallach & Wallach, 1983). Entretanto, o individualismo metodológico não fornece um contexto adequado para responder a questão que levantamos. Onde ele é tido como certo, supõe como verdadeiro algo que está em questão. Como não incorrer nisso? Quais são as alternativas ao individualismo metodológico ?

Concepção individualista da natureza humana

Uma concepção individualista da natureza humana propõe que seres humanos (as pessoas) são, em primeira instância, indivíduos – seres corporais conscientes, ativos, expressivos – cuja relação com os outros é contingente e está submetida ao bem-estar individual. Cada um tem uma existência independente – até mesmo oposta – dos outros, pois pode haver competição e conflito de interesses individuais (preferências, desejo de bem-estar). Assim entendida, uma pessoa não é, *a priori*, uma colaboradora em potencial para o bem comum, alguém que pertence a um grupo, um autor em instituições, participante de práticas com outros, ou um ser cujo bem-estar esteja ligado ao bem-estar alheio. Os desejos fundamentais das pessoas representam preferências subjetivas que são entendidas como autodeterminadas e autodefinidas. O *eu*, se livre, faz o que gosta de fazer e – desde que sejam lembrados os papéis dos desejos de segunda ordem na moldagem e direcionamento dos de primeira ordem – serve aos seus próprios interesses, tipicamente definidos em termos de realizações, prazeres ou posses. De forma que os valores pessoais fundamentais são tipicamente egoístas, e seu valor social primário é a autonomia. De acordo com o ponto de vista individualista, esta é a forma da natureza humana.

Concepção comunitária da natureza humana

Outra visão, que chamaremos de concepção comunitária da natureza humana, concebe a pessoa como essencialmente ligada a alguns (outros). As pessoas, além das dimensões consciente, ativa, expressiva e corporal destacadas na concepção individualista, têm também uma dimensão social de tal forma que o bem-estar humano é expresso (tanto quanto é uma consequência da) na interação apropriada de todas as dimensões, e isso inclui estabelecer relações como amor, amizade, respeito e reconhecimento pelo outro. Os *eus* são construídos como seres interdependentes; outros formam parte do *eu*; seus valores, interesses e necessidades tornam-se essencialmente ligados ao da própria pessoa e, assim, o *eu* não se opõe a (todos os) outros (Markus & Kitayama, 1991). Isto não desvaloriza a individualidade (autoconfiança, realização pessoal e comunitária), mas sim abre a possibilidade de a unicidade do *eu* poder (dever) estar relacionada com a produção de um conjunto único de relações satisfatórias com os demais.

Assim, nessa visão, as pessoas são – por natureza – participantes de práticas, comunidades e instituições com os outros, e o seu bem-estar está dialeticamente envolvido com o dos membros dos grupos dos quais fazem parte, ou acreditam fazer. Ainda tem sentido afirmar que as pessoas desejam fundamentalmente o próprio bem-estar, mas agora esse bem-estar inclui o bem-estar de (alguns) outros, de modo que a sua responsabilidade pelos outros não pode estar separada da preocupação consigo mesmo e o desejo de fazer parte, partici-

par e ser reconhecido pelos outros é tão básico quanto os desejos de ter e de realizar. Valores pessoais primários incluem os de cooperação e serviços à comunidade; o valor social de autonomia continua sendo importante, mas agora é interpretado em interação dialética com o valor de solidariedade.

Egoísmo e altruísmo

Os conceitos de egoísmo e altruísmo, e os fenômenos que os refletem, provêm pedras de toque úteis para evidenciar as diferentes implicações das duas concepções de natureza humana. Egoísmo refere-se a colocar a si mesmo acima dos outros, até mesmo às suas custas; altruísmo refere-se a servir os outros acima de qualquer ganho individual, ainda que isso lhe cause prejuízo.

Visão individualista

Na visão individualista, se o altruísmo estiver entre os valores fundamentais de uma pessoa, ele é simplesmente uma preferência subjetiva, individual. Algumas pessoas preferem riqueza, outras fama, outras prazer e poucas preferem servir os outros; os indivíduos são simplesmente diferentes. [Pode-se procurar as explicações das diferenças pessoais na sociobiologia (Alexander, 1987; Dawkins, 1976), na psicologia social, na psicanálise, etc., mas essas explicações não acarretam implicações avaliativas.] Como tal, o altruísmo não é representativo de valores mais altos que os em geral associados ao egoísmo, nem é indicativo das possibilidades objetivas do bem-estar humano. Toda ação é, em última análise, resultado das preferências individuais e subjetivas, incluindo tanto as ações egoístas quanto as ações altruístas (ver Margolis, 1982, para discussão dessa visão). Assim, não se pode criticar o egoísmo em nome da primazia do altruísmo sem, ao fazer isso, tornar os outros responsáveis pelas próprias preferências, que não têm uma base não subjetiva. A visão individualista não provê uma base não subjetiva (diferente de consistência formal e causal) para classificar em ordem de valor preferências subjetivas e, conseqüentemente, para sustentar uma distinção moralmente significativa entre os atos altruístas e egoístas.

Vista desse modo, a concepção individualista reconhece a possibilidade do altruísmo, mas nega seu significado moral. É uma característica dessa interpretação que, ainda que seja feita uma distinção entre altruísmo e egoísmo, a base de cada um repousa sobre os respectivos suportes individuais, que são suas preferências e seus gostos. O valor fundamental de alguns pode ser enriquecer; o de outros, servir ao próximo; uns agem para ficar ricos, e outros para servir ao próximo; os que agem para enriquecer o fazem *porque gostam* de enriquecer e os que agem para servir ao próximo o fazem *porque gostam* de servir ao próximo.

Uma interpretação da visão individualista, talvez a mais comum, que nós discutiremos até o fim desse artigo, sustenta que a expressão *porque gostam* disfarça o significado mais profundo *para obter um certo tipo de satisfação* (prazer, felicidade, sentir-se bem, diminuição dos sentimentos de culpa e vergonha). Assim, todos os atos (livres) são desempenhados para um ganho pessoal de satisfação; todos os atos manifestam valores egoístas. Em particular, alguém serve aos outros para benefício pessoal, isto é servir os outros representa não um valor fundamental para a pessoa, mas um valor adotado porque é instrumentalmente relacionado (talvez a longo prazo) aos valores egoístas fundamentais da pessoa. Claro que se os atos "altruístas" derivam instrumentalmente de valores egoístas, eles não são genuinamente altruístas.

Dada essa interpretação comum da visão individualista, o altruísmo genuíno não é possível, nem seu oposto, o egoísmo genuíno, um tipo de egoísmo que, eminentemente, diminui moralmente a pessoa. Se, por natureza, nossos valores fundamentais são egoístas, a ação "egoísta" não pode ser moralmente digna de acusação. Todos os atos são "egoístas", os atos "altruístas" são parte das ações egoístas e não opostos a elas. Assim, não se pode criticar atos egoístas em nome da alegada primazia do altruísmo (Dawkins, 1976; Ghiselin, 1976). Quando se diz "O ser humano é, por natureza, egoísta", o conceito de "egoísmo" é naturalizado e deslocado de seu papel integrante do discurso moral. Essa colocação também leva à prescrição de que se reduz os argumentos morais àqueles que mostram como "fazer o bem" serve (ou supõe-se que o fará) aos interesses "egoístas" da própria pessoa.

Visão comunitária

A concepção comunitária de natureza humana fornece um caminho diferente para a compreensão do egoísmo e do altruísmo. Desde que o *eu* de uma pessoa esteja conectado a outros *eus*, o bem-estar de um implica, favorece, depende do bem-estar alheio e é parcialmente constituído por ele; isso se manifesta, amplamente, através da participação em relações, práticas e comunidades. A experiência de bem-estar é interna a tal participação, portanto, ela não pode ser construída como um sentimento individual *causada* pela participação, mas, também, em princípio, causada de outros modos. Isto é, não pode ser vista como um "efeito" distinto lógico e empiricamente de sua "causa" social. Assim, o bem-estar pessoal não é simplesmente um dote, experiência ou atributo individual, um ganho individual (também não é reduzível a uma pessoa que mantenha certos conjuntos de relações sociais). O bem-estar pessoal envolve uma variedade de estados de consciência, por exemplo, sentimentos de contentamento, lembranças de amor e amizade, um senso de valorização de outras pessoas e de justiça e o reconhecimento de realizações – "prazeres" –, mas esses prazeres são acompanhamentos internos da participação nas práticas que

expressam valores como colaboração, criatividade, serviço, amizade e solidariedade. Esses diversos prazeres que acompanham as relações sociais, e outros que podem ser as conseqüências causadas por certos comportamentos ou estímulos externos, são mutuamente incomensuráveis. Isto é, o prazer em si não é um valor; pode nem ser algo com significado ontológico. As pessoas – por natureza – desejam o próprio bem-estar. Enquanto esse bem-estar inclui, essencialmente, a experiência de vários prazeres, é uma abstração enganosa afirmar que o prazer é um desejo fundamental.

Na vida real, o desejo pelo próprio bem-estar é moldado pelas crenças sobre o que o bem-estar significa. Na visão comunitária, tais crenças podem ser verdadeiras ou falsas, sendo falsa a crença que o bem-estar pessoal pode ser identificado com ganho individual, e que a existência, na qual estão enraizados valores egoístas, seja caracterizada pela experiência do bem-estar. É possível levar esse tipo de vida, na qual valores fundamentalmente egoístas estão enraizados, e legitimá-la pela falsa concepção de que a existência do *eu* é independente da existência dos outros. Essa legitimação provoca um senso degenerado do *eu*, já que essa separação só é possível como concepção, não como natureza. Sustentar valores egoístas como fundamentais é o que define o egoísmo. Egoísmo é um fenômeno real. Segue-se que, na visão comunitária identificar alguém como egoísta tem um caráter moral, pois ao egoísmo se opõe o bem-estar dos outros e o próprio. Reflete também uma falta de auto-compreensão adequada. O egoísmo não é somente um fenômeno real, pode ser também uma tendência universal. Essa, entretanto, não é a única possibilidade oferecida pela natureza. Entre nossos desejos fundamentais estão aqueles de amizade, participação, reconhecimento e acolhimento. São esses desejos que mantêm inteligíveis emoções como da perda ou do infortúnio de uma pessoa amada ou da compaixão por aqueles que sofrem injustiças. O egoísmo enfraquece esses desejos e essas emoções. Suas manifestações estão abertas a explicações psicológicas e sociológicas, enquanto que na visão individualista, apenas as diferenças individuais que se referem a valores egoístas particulares manifestos – não a manifestação de valores egoístas como tal (egoísmo) – estão abertas a explicação.

Na visão comunitária, as ações – a menos que baseadas em crenças falsas sobre o *eu* e sobre o bem-estar pessoal – dão-se simultaneamente em nome do *eu* e de (alguns) outros; não há separação. Portanto, não há perigo de um paradoxo quando uma pessoa põe o servir aos outros (e outros valores não egoístas) acima de ganhos individuais. Normalmente, a manifestação de valores não egoístas andarà passo a passo com o crescimento pessoal. Não se trata de “eu ou os outros”, mas sim “eu e os outros”. A separação corporal entre o *eu* e os outros não implica que as relações com o outro não sejam parcialmente constitutivas do eu. Todavia, certas condições especiais podem causar uma disjunção entre o *eu* e os outros. Então, até a sobrevivência corporal pode tor-

nar-se subsidiária do valor dos outros. O altruísmo é possível. Como no caso do egoísmo, a manifestação do altruísmo requer explicação.

Estratégias interpretativas auxiliares

As duas concepções de natureza humana que esboçamos, a individualista e a comunitária, destacam crenças conflitantes acerca do que é possível. De acordo com a primeira, e em contraste com a segunda, o altruísmo e os caminhos de "serviço comunitário" (3b) e de "transformações de base" (5) são impossíveis. De qualquer modo, o simples apelo a qual das possibilidades é ou não realizada não capacita uma pessoa a prover claro apoio empírico a qualquer uma das visões. Nenhuma das duas visões de natureza humana, como qualquer outra concepção metafísica, pode ser direta e validada ou invalidada empiricamente. As metodologias de pesquisa associadas a cada uma delas carregam estratégias interpretativas auxiliares suficientes para recolocar em seus próprios quadros de trabalho fenômenos aparentemente refutadores. Como vimos, a concepção individualista recoloca a sustentação de valores não egoístas como instrumental para a manifestação de valores egoístas e, portanto, como não fundamental para a pessoa, e a visão comunitária interpreta a difundida (quase universal) dominância de valores egoístas como refletindo não a natureza humana como tal, mas a hegemonia de estruturas sociais nas quais os valores egoístas são altamente incorporados.

A plausibilidade de estratégias individuais interpretativas deriva, em parte, da redução do bem-estar pessoal a um tipo de ganho individual. A visão comunitária reconhece que eu posso experimentar o bem-estar *porque* estou servindo aos outros. Disso não decorre que eu sirva a outros com o objetivo de experimentar meu próprio bem-estar. A visão individualista, não reconhecendo essa distinção, interpreta o depoimento pessoal de que o serviço é acompanhado por um sentimento de bem-estar como evidência que ele se dá em nome de um ganho pessoal. Assim, a articulação de valores não egoístas como fundamentais é interpretada como um sinal (não necessariamente um disfarce consciente) de falta de sólida autocompreensão. A plausibilidade dessa estratégia é, além disso, reforçada pelo fato de que é provável que ninguém deveria negar o impulso (as "tentações") do egoísmo. O egoísmo pode, de fato, ser uma tendência universal. Mas isto é compatível tanto com ele ser uma fonte de degradação humana quanto com haver tendências contrárias universais (isto é pertencer, comunicar, responsabilizar-se por outros).

A plausibilidade da estratégia interpretativa comunitária está enraizada na ligação dialética que sugerimos existir entre os valores que são mais manifestos e aqueles que estão altamente incorporados na sociedade. O egoísmo é possível em qualquer lugar, mas sua predominância refletirá a hegemonia de estruturas sociais que incorporam muito esses valores. Tem sido constantemente sugerido

que o registro empírico revela que as pessoas desejam posses, prazeres, consumo, etc. e, sem dúvida, uma pesquisa sociológica de sociedades ocidentais altamente industrializadas confirmaria essa suposição. (Não se deve levar isso muito adiante. No momento, estamos presenciando um surpreendente ressurgimento de afirmações da identidade de grupo e do valor de afiliações comunitárias.) Entretanto, os resultados de tal pesquisa seriam igualmente compatíveis com a interpretação de que a alta incorporação estrutural social explica a predominância de valores egoístas. Assim, a articulação de valores egoístas como universais é interpretada como um sinal de que as relações sociais que tornam possível a vida de alguém estão sendo escondidas. Pode-se conjecturar que é mais provável que isso ocorra onde as relações são opressivas e dominadoras. Essa conjectura está aberta à investigação empírica.

Tipos relevantes de pesquisa psicológica

Já se disse o suficiente para indicar os recursos das estratégias interpretativas de cada um dos dois pontos de vista. Assim, nenhum deles obtém autoridade simplesmente do registro empírico (ver Kohn, 1990; Schwartz, 1993, para revisões ilustrativas). Entretanto, não se segue que tenham adequações preditivas e explanatórias equivalentes, e assim graus iguais de confirmação.

A concepção individualista propõe que os valores fundamentais de todos são egoístas, e que a ampla variedade de valores realmente sustentados é limitada pelo egoísmo (sem dúvida expandindo-se no curso da história). Em contraste, a concepção comunitária admite uma variedade que ultrapassa esses limites. Prevê variabilidade que será correlacionada com variáveis como estrutura social, cultura, afiliações institucionais e posição social. (Essa variabilidade, como elaborada acima, não é inconsistente com a visão individualista. Entretanto, essa concepção tem uma interpretação diferente da variabilidade como realmente um dos valores egoístas; e ela não *prediz* a variabilidade.) A concepção comunitária também prediz que os desejos básicos das pessoas não se limitam a desejos egoístas, mas incluem também desejos de pertencer, participar de relacionamentos amorosos, ser justos, ter compaixão, etc. A tensão genuína entre desejos às vezes competitivos é marca de toda vida humana. Entretanto, a concepção comunitária pode também explicar que – onde as estruturas sociais dominantes incorporam valores egoístas e onde as articulações predominantes de valores sociais emprestam legitimidade a essas estruturas – o egoísmo assume a dianteira, e que instituições que incorporam valores não egoístas ficam abaladas ou são reconstruídas de forma que a hegemonia dos valores egoístas se estende mais profundamente na estrutura social (Schwartz, 1993, 1994).

Para que a visão comunitária tenha qualquer credibilidade, suas previsões devem ter alguma validade empírica. Claramente, a ausência de variação rele-

vante dentro das poderosas estruturas sociais que incorporam fortemente valores egoístas não constitui evidência contrária nem favorável.

Uma forma de olhar para as evidências relevantes é através de estudos interculturais de valores, e aqui sugerimos que existe considerável evidência para sustentar uma ou outra versão da concepção comunitária. Citamos três estudos. Em primeiro lugar, Markus e Kitayama (1991) mostraram que a maneira pela qual o *eu* é concebido, e como é concebido em relação aos outros, é específica de cada cultura e que, mesmo em uma sociedade industrial avançada como o Japão, o *eu* é geralmente concebido como interdependente (sem que isso diminua a importância da realização e da atuação). Em segundo lugar, se o relacionamento é parte essencial do bem-estar humano, esperaríamos que seu rompimento se manifestasse em patologia psicológica. Seligman (1991) interpreta o fato de a incidência de depressão nos Estados Unidos ter aumentado dez vezes, nas duas últimas gerações, como sendo devido, em parte, à desconexão dos indivíduos de grupos sociais que dão sentido e significado às suas vidas. Essa interpretação permanece consistente com suas formulações anteriores de que a diminuição da participação é a principal causa da depressão; a participação efetiva fica essencialmente vinculada à dimensão social da natureza humana. Em terceiro lugar, Fiske (1991) argumentou que todas as formas sociais de interação, em todas as culturas, podem ser representadas por quatro sistemas diferentes de regras: partilha comunitária, hierarquia de autoridade, igualdade e valor de mercado. Fiske sugere que em todas as culturas existem domínios sociais nos quais cada sistema opera, de modo que a vida de uma pessoa pode manifestar diferentes valores como fundamentais à medida que muda de um domínio para outro (por exemplo, da família para a corporação e para as instituições religiosas). O que distingue culturas diferentes é o domínio no qual cada um dos sistemas de regras opera. Quando um sistema particular de regras opera, um conjunto particular de valores sociais é articulado, e um conjunto particular de valores pessoais é altamente incorporado.

Um segundo lugar para se procurar evidências relevantes é nos estudos que investigam valores entre as classes. Existem poucos estudos desse tipo. Martín-Baró (1991a), contudo, relata, entre certos grupos de trabalhadores pobres a respeito dos quais pode-se interpretar que tentam seguir o caminho da "transformação de base", a presença de valores como "solidariedade e cooperação, sobriedade e persistência, sensibilidade e disposição para sacrifícios".

Esses estudos oferecem alguma confirmação para a concepção comunitária de natureza humana, e sustentam que o caminho apresentado no item 3b (serviço comunitário) e talvez o caminho 5 (transformação de base) representem possibilidades permitidas pela natureza humana. Embora esses estudos não sejam suficientes para negar a visão individualista, eles desafiam-na a empregar as estratégias interpretativas auxiliares. Essas estratégias envolvem a colocação

de desejos egoístas que pessoas dos grupos estudados não reconhecem como presentes nelas mesmas, e negam a realidade da coerência que essas pessoas reconhecem entre suas articulações de valor e a vida que levam. As estratégias, assim, implicam a existência de uma enorme lacuna entre os desejos manifestos em seus comportamentos (egoístas) e seus valores articulados (não egoístas), mas as pessoas têm dificuldade em reconhecer essa lacuna (na verdade, a rejeitam) quando esta é apontada. Por outro lado, o comportamento autoconsciente e coerente dessas pessoas, em outras situações, traz dúvidas às credenciais empíricas de tal estratégia interpretativa. Insistir nisso sugere que suas origens são mais autocentradas do que empíricas; pode inclusive sugerir a intenção de usar (ou, dito de forma mais branda, a aceitação cognitiva de que forças políticas e socioeconômicas prevalentes o farão) a força para impedir a incorporação de valores não egoístas nos domínios que influenciam os interesses de uma pessoa. Ou talvez, a maior parte das tendências da modernidade, em significativa extensão, tenha afastado a sensibilidade, a consciência e o discurso necessários ao tratamento fundamental de valores não egoístas como verdadeiras opções tanto para nossas vidas quanto para enquadrar a pesquisa nas ciências humanas.

No início do item V, destacamos que a pesquisa conduzida dentro do quadro do individualismo metodológico efetivamente assume como verdadeira a possibilidade de os valores não egoístas serem fundamentais na vida de uma pessoa. A pesquisa que usa o referencial comunitário não o faz. Ela prediz a variação dos valores fundamentais. Se essa variação não é encontrada ou é encontrada de forma apenas marginal, então isso forneceria uma poderosa confirmação da concepção individualista. O individualismo, assim sendo, tanto quanto algumas versões do coletivismo, é resultado possível da pesquisa de referencial comunitário, que assim envolve uma abordagem empiricamente mais rica. Isso não quer dizer que a pesquisa do individualismo metodológico seja irrelevante, especialmente se for verdade que valores egoístas são virtualmente hegemônicos hoje em dia. Ao contrário, significa que os resultados das pesquisas baseadas no individualismo metodológico precisam ser comparados, no que se refere ao seu poder explanatório e preditivo e à adequação empírica de suas estratégias auxiliares interpretativas, com as pesquisas enquadradas pelo referencial comunitário. Desse modo, a pesquisa psicológica pode esclarecer quais são os valores que a natureza humana permite que sejam sustentados fundamentalmente.

Porém, a pesquisa psicológica pode apenas informar, não estabelecer, os problemas oriundos da possibilidade de se sustentar determinados valores. Estruturas sociais dominantes também limitam as possibilidades. A pesquisa psicológica pode também ajudar a identificar a contribuição de estruturas sociais — quanto mais sucesso obtiver, maior será a possibilidade de uma discussão sobre a conveniência de tais estruturas não serem interrompidas usando o recurso

de apelar para a impossibilidade. Claro que possibilidades são mais ou menos distantes da realização. O caminho 5, o caminho da transformação de base, sem dúvida representa, na melhor das hipóteses, uma possibilidade distante. Em que medida o reconhecimento dessa vaga possibilidade pode ou não sustentar a adoção do caminho 5 (que oferece riscos e incertezas) por uma pessoa, dependerá largamente da avaliação da possibilidade de se viver uma vida na qual haja valores enraizados que possam ser plausivelmente reivindicados como autenticamente próprios; assim, o caminho 5 atrairia mais os resignados do que os adaptados. Do mesmo modo, o interesse em se engajar na pesquisa psicológica para explorar as fontes de motivação (esperanças, desejos necessários), que conduzem as pessoas para tal caminho, refletiriam uma avaliação de que as possibilidades humanas disponíveis correntemente são problematicamente limitadas. Assim, pesquisas sobre valores não podem deixar de ser elas mesmas carregadas de valores.

VI. Conclusão

Oferecemos uma análise multimodal de valores. Nosso relato pretende organizar a variedade de usos lingüísticos de "valores" e também refletir sobre sua fenomenologia, enfocando a relação entre valores e comportamento. O relato também tem implicações para a pesquisa psicológica que visa compreender porque as pessoas sustentam determinados valores, quais são as origens dos aspectos comuns e das variações dos valores que as pessoas sustentam e como o conjunto de valores viáveis pode ser identificado. Ele fornece um quadro de trabalho conceitual no qual "um contraste perspicuo" (Taylor, 1981) pode ser feito entre dois pontos de vista concorrentes – o individualista e o comunitário – considerando o que é possível no que se refere a valores fundamentais sustentados pelo ser humano. A longo prazo, o valor cognitivo do relato repousará em seu papel de gerar uma compreensão adequada desses assuntos.

Referências bibliográficas

- Alexânder, R. D. (1987). *The biology of moral systems*. Hawthorne, Nova York: Aldine de Gruyter.
- Dawkins, R. (1976). *The selfige gene*. Oxford: Oxford University Press.
- Fiske, A. P. (1991). *Structures of social life: the four elementary forms of human relations*. Nova York: Free Press.
- Ghiselin, M. (1976). *The economy of nature an the evolution of sex*. Berkeley: University of California Press.
- Hodges, B. T. e Baron, R. M. (1992). Values as constraints on affordances: perceiving and acting properly. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 22, 263-294.

- Kohn (1990). *The brighter side of human nature*. Nova York: Basic Books.
- Lacey, H. (1990). Interpretation and theory in the natural and human sciences: a note on Kuhn and Taylor. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 20, 197-212.
- ____ (1991). "Understanding conflicts between North and South". Em M. Dascal (ed.) *Culture, relativism and philosophy* (pp. 243-262). Leiden: E. J. Brill.
- MacIntyre, A. (1981). *After virtue*. South Bend: Notre Dame University Press.
- Marglin, S. (1976). "What do bosses do?". Em Gorz, A. (ed.) *The division of labour*. (pp. 13-54). Londres: Harvester Press.
- Margolis, H. (1982). *Selfishness, altruism and rationality*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press.
- Markus, H. R. e Kitayama S. (1991). Culture and the self: implications for cognition, emotion and motivation. *Psychological Review*, 98, 224-253.
- Martín-Baró, I. (1991a). "Towards a liberation psychology". Em Hassett, J. e Lacey, H. (eds.) *Towards a society that serves its people: the intellectual contribution of El Salvador's murdered jesuits* (pp. 319-332). Washington: Georgetown university Press.
- ____ (1991b). "Violence in Central America: a social psychological perspective". Em Hassett, J. e Lacey, H. (eds.) *Towards a society that serves its people: the intellectual contribution of El Salvador's murdered jesuits* (pp. 333-346). Washington: Georgetown University Press.
- Nerlich, G. (1989). *Values and valuing: speculations on the ethical life of persons*. Oxford: Clarendon Press.
- Polanyi, K. (1944). *The great transformation*. Nova York: Rinehart.
- Schwartz, B. (1986). *The battle for human nature: science, morality and modern life*. Nova York: W. W. Norton.
- ____ (1990). The creation and destruction of values. *American Psychologist*, 45, 7-15.
- ____ (1993). Why altruism is impossible... and ubiquitous. *Social Service Review*. Fall, no prelo.
- ____ (1994). *The costs of living: how market freedom erodes the best things in life*. Nova York: W. W. Norton.
- Schwartz, B. e Lacey, H. (1982). *Behaviorism, science and human nature*. Nova York: W. W. Norton.
- Schwartz, B., Schuldenfrei, R. e Lacey, H. (1978). Operant psychology as factory psychology. *Behaviorism*, 6, 29-54.
- Seligman, M. E. P. (1991). *Learned optimism*. Nova York: Alfred A. Knopf.
- Sen, A. (1976). Rational fools. *Philosophy and Public Affairs*, 6, 317-344.
- Taylor, C. (1981). "Understanding in the Geisteswissenschaften". Em Holtzman, S. H. e Leich, C. M. (eds.) *Wittgenstein: to follow a rule* (pp. 191-210).
- ____ (1988). *Human agency and language*. Philosophical papers, vol. II. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. (1992). *The ethics of authenticity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallach, M. A. e Wallach, L. (1983) *Psychology's sanction for selfishness: the error of egoism in theory and therapy*. San Francisco: W. H. Freeman.
- West, C. (1993). *Race matters*. Boston: Beacon Press.

Tradução

Ibraíma Dafonte Tavares

Maria América Coimbra de Andrade

Paula Ribeiro Braga

Revisão técnica

Equipe Educ

resenha

Psicoterapia: novos caminhos a partir de Nietzsche¹

Nelson Coelho Junior*

É raro encontrar no mundo acadêmico e profissional da psicologia um autor que alie o rigor à criatividade em um texto bem escrito. Alfredo Naffah Neto faz mais do que isso. A qualidade de seus textos (sete livros publicados, além de inúmeros artigos e ensaios em coletâneas e revistas especializadas) já é bem conhecida em nosso meio, mas agora deparamos com uma obra acima de tudo inovadora. A novidade não está em reconhecer Nietzsche como um filósofo fundamental para o pensamento psicológico, psicanalítico e psicoterapêutico; tampouco está em fazer Nietzsche dialogar com Freud. O grande trabalho inovador de Alfredo Naffah está em propor um novo método e uma nova teoria consistente para o estagnado campo das psicoterapias.

Se os temas abordados (psicopatologia, concepção de personalidade, delírio, sonho, neurose) são familiares, as ferramentas para trabalhá-los são bastante inusitadas. Enquanto em nossas reflexões costumamos priorizar noções como comportamento, defesa, transferência, processo cognitivo, arquétipo, papéis, Édipo, narcisismo, angústia ou gozo, Alfredo Naffah nos fala de *nobreza salutar e escravidão, genealogia e transmutação, ressentimento e vontade de potência, tipos de moral e circuitos de vida*.

O encontro de Alfredo Naffah com a filosofia de Nietzsche já havia produzido um belo livro², que anunciava os princípios de uma *psicoterapia para a vida* e combatia as psicoterapias para a sobrevivência. As noções de vida e sobrevivência, obviamente, possuem um significado na obra nietzschiana que ultrapassa o uso comum desses conceitos. É a própria concepção das forças estruturantes da existência que sofre abalos quando passamos a conviver com as propostas de Nietzsche. Como afirma Naffah nas primeiras páginas deste seu último livro: a tarefa da psicoterapia nietzschiana é essa mesma:

a *transmutação de valores*. Seja pacientemente rastreando a composição de um valor instituído, seja mapeando os vários pontos do corpo social onde irrompem movimentos marginais que o questionam e o põem em xeque, o psicoterapeuta-genealogista será primordialmente um *instrumentador da mudança*. Cuidando para que a vida retome seus valores mais nobres (p.21).

A separação imposta por nossa habitual teoria do conhecimento entre mundo interior e mundo externo é substituída pela análise das formas de constituição dos códigos e valores que regem tanto os movimentos sociais como as

1 Resenha do livro *A psicoterapia em busca de Dioniso: Nietzsche visita Freud*, de Alfredo Naffah Neto. São Paulo, Educ/Escuta, 1994.

2 *O inconsciente como potência subversiva*. São Paulo, Escuta, 1992.

* Psicoterapeuta. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Coordenador e professor do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da PUC-SP. É autor de *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo, Escuta, 1995.

práticas individuais. Trata-se, em última instância, de uma análise não dialética da "proliferação da moral e da culpa, a doença disseminada e posta como norma" (p.35).

Estamos situados no campo de luta entre forças ativas e forças reativas: "Num universo humano onde dominam valores morais: *sofrimento passivo, autopiedade etc*, as forças ativas acabam progressivamente despotencializadas pelas forças reativas, que tendem a controlar a personalidade" (p.36).

Assim, o texto de Naffah desconstrói noções estabelecidas de doença e saúde, e nos introduz em um novo plano de possibilidades diagnósticas e terapêuticas. São particularmente sugestivas suas reelaborações sobre o delírio, apoiadas na concepção nietzschiana de interpretação. Códigos tidos como universais e verdadeiros passam a ser relativizados, já que "o real é apenas um ponto de referência de múltiplas interpretações, onde aquela que for chamada de mais verdadeira o será apenas por melhor obedecer às convenções daquela cultura, daquele código singular" (p.62). O risco de todo pensamento crítico e desconstrutivo é não chegar a propor um pensamento afirmativo, suficientemente estruturado. Não se trata apenas de fazer uma filosofia crítica dos valores vigentes, mas também de afirmar caminhos claros para uma-nova prática. Alfredo Naffah sabe disso e nos oferece ao mesmo tempo uma crítica consistente da matriz psicanalítica e a proposta de uma nova concepção terapêutica.

Claramente, à psicoterapia genealógica propõe-se a operar rupturas e a realizar uma transmutação de valores. Para isso o autor recupera o ensinamento de Dioniso, o deus de múltiplas faces. Para Dioniso, o mundo é um *devenir* incessante, e a vida que deve ser afirmada é uma vida que está além do bem e do mal, pura intensidade onde as diferenças constroem constantes movimentos de existência. A ênfase na aceitação das diferenças, desde as mínimas diferenças em cada um até as grandes diferenças sociais leva Naffah a apontar como princípio básico da psicoterapia genealógica uma função ética que procura garantir o acolhimento "não-moral" de cada faceta, de cada personagem, de cada circuito afetivo que compõe a vida de todos os pacientes. Só assim aquilo que está aprisionado e marginalizado em cada um, através da predominância de valores morais vigentes, pode ganhar espaço de vida. Alfredo Naffah descreve um método terapêutico que, através da potência interpretativa, estabelece formas de luta contra as representações aprisionantes e os códigos morais que escravizaram as forças vivas. A potência interpretativa é aquela presente em uma "*interpretação genealógica, capaz de desconstruir a representação aprisionante [...] Interpretação é qualquer movimento – verbal ou não – capaz de operar uma ruptura, uma transmutação de valores*" (pp.89-90). O campo interpretativo, aqui, amplia-se e procura romper as amarras redutivas da linguagem, muitas vezes limitante em sua própria tentativa de ser origem e fim de toda possibilidade de significação.

Estes são alguns dos muitos conteúdos deste importante livro. Mas Alfredo Naffah nos convida a um diálogo que não se encerra na compreensão formal do conteúdo de sua obra. A proposta simultaneamente crítica e construtiva que estrutura o texto deve também estruturar nossa leitura. Deste modo, idéias provocativas podem realizar sua verdadeira tarefa: criar novas idéias que ativem novos campos de reflexão e trabalho.

abstracts

The challenge of the construction of a new psychology

Ana Mercês Bahia Bock

ABSTRACT. The aim of this article is to contribute to the construction of a new Social-Historical Psychology. It analyses critically the notion of the man who's inside Psychology, based on the conception of human nature. The article introduces some elements which should exemplify this new Psychology, emphasizing the conception of man based on the idea of human condition. It concludes by asking Psychology some questions about man living under Capitalism.

Phenomenology of metaphors

Franklin Goldgrub

ABSTRACT. One of the most polemical issues of psychotherapy is its object. "Subjectivity", "motivation", "behaviour", "fantasy" have been the answers offered by different approaches, and sometimes there is disagreement inside the same approach. And what about the method, which depends basically upon the definition applied to the object?

On the other hand, one can easily observe that the psychotherapist works mainly with words – as listener and speaker. This single fact points to a path that maybe allows a certain consensus even at practices considerably distant.

We are talking about meaning, something almost omnipresent in day-to-day psychotherapy – even though it is not always explicit. If the assertion is plausible, we must question the production of meaning. Thus, the study of semantics would be quite profitable to the therapist. This work considers that the meaning is produced in speech by metaphors. This theory is examined through an example extracted from Greek mythology, taken as rational. The myths of *Oedipus* and *Theseus* are compared to clarify the meanings of parricide/filicide through its "dismetaphorization".

Thus, we propose a methodological model applicable to the psychotherapy, aiming to justify the possibility of a strict treatment of speech, identifying its semantic spectrum.

The mnemonic systems of the sixteenth century: anticipations of modern subjectivity?

Sidnei José Cazeto

ABSTRACT. The proliferation of mnemonic systems during the XVIth century immediately raises doubts concerning their usage. Even more so because we are aware of the fact that they were not employed as tonics to strengthen weak memories. So why would they be of interest? What were they used for?

Psic. Rev. São Paulo, (1):133-135, set. 1995

This article describes two mnemonic systems created during the XVIth century, namely Giulio Camilo's Memory Theatre and Matheus Ricci's Memory Palace, and draws comparisons between them. A discussion of the techniques and purposes for which each of them was employed attempts to explicit the concept of *mens* which seems to be inherent to them. To what extent do they pay tribute to the past (Antiquity and The Middle Age) and/or announce the future (The Modern Age)? Can the seeds of modern subjectivity be discerned within these memory architectures one century before its birth? At any rate, they seem to have made a significant contribution towards the appearance of a new design of the human spirit.

Conditional relations among functional classes stimuli

Maria América Coimbra de Andrade
Paula Ribeiro Braga

ABSTRACT. The present research investigated the differences between functional relations and equivalence relations considering the procedures related to these processes: conditional discriminations, simple discriminations and successive reversals. Two experiments were conducted. A PCAT - 286, a mouse and an appropriate software were used. Three undergraduated students were subjects on each experiment. On experiment I, three pairs of stimuli were used to establish two functional classes through simple discrimination training. Then, two new stimuli were introduced in each class through conditional discriminations and the conditional relations among members of each class were tested. Finally, it was verified if the new stimuli became or not members of the classes. On experiment II, two functional classes were established through simple discrimination with successive reversals. The subsequent procedure was the same as in the first experiment. The data showed that subjects exposed to experiment I procedure were not able to demonstrate equivalence relations among functional classes stimuli, while the subjects exposed to experiment II procedure presented positive results on equivalence tests. Based on these results, we may conclude: a) the discrimination reversal procedure facilitates the emergence of equivalence relations; b) the absence of reversal procedure in simple discrimination training does not guarantee the emergence of equivalence relations.

Considerations on the diagnosis polemic in psychology

Miriam Debieux Rosa

ABSTRACT. This work discusses the psychological diagnosis. It reflects upon its possibilities and limitations, inasmuch as the human being is the core of the question. In addition, it examines the

necessity of the diagnosis and it concludes that the forms of conceiving the diagnosis depends on the epistemologic view of the psychologist.

Dynamic pluridimensional diagnosis in psychiatry

Antonio Matos Fontana

Maria Cristina Pitta Salum Fontana

ABSTRACT. The pluridimensional diagnosis concept was created by Kretschmer. In Brazil, it was Leme Lopes who most studied the dynamic pluridimensional diagnosis and offered us a diagram about it. The authors agree with the central idea about this type of diagnosis. But they suggest a clearer new scheme, based on Freud's complementary series to the holistic vision of the patients.

Youth and gangs

Maria Nilde Mascellani

ABSTRACT. In the field of Psychology, youth is defined by the relation between age and personality development. It is in the network of sociability that the young workout their values. Third world countries think of distinct youth groups. One of these constitutes an expressive contingent if one considers the amount of outcasts in the economy and in the culture. A person who is neither a student nor a worker is considered a pariah: the outcast. This one, according to the media point of view, is linked to the idea of criminality and poverty and responsible for collective violence. There is a diversity of gangs: *skin-heads*, *punks*, *anarco-punks*, *white-power*, showing the prevalence of the cultural content over the economics. In Brazil, the majority of young people is out of school, expanding the great number of outcasts. The "waver" of gangs is planetary, its ideology is worldwide. The target of attack, the "different", considered the privileged. What is the state and the Civil Society capacity of generating a national project in conditions of guaranteeing the citizenship of the majorities?

Normas para apresentação e publicação

A. Normas para apresentação de trabalhos

Os originais devem ser enviados em duas vias, digitados em espaço duplo não excedendo 70 toques por linha em um máximo de 25 linhas, bem como em um mínimo de 10 e um máximo de 30 laudas.

Deve ser encaminhado também um disco produzido em qualquer versão WORD (a partir do 2.0) em texto corrido (teclando ENTER apenas para mudança de parágrafo).

A apresentação dos trabalhos deve ter a seguinte configuração:

1. Título completo em português e inglês.
2. Nome(s) do(s) autor(es), titulação, filiação institucional, e outra informação que considere(m) relevante (a ser avaliada pelos editores).
3. Resumos em português e inglês, com o máximo de 200 palavras ou 15 linhas.
4. Palavras-chave em português e inglês: no mínimo três, no máximo cinco.
5. Citações de autores no corpo do texto e referências bibliográficas conforme instruções abaixo.

5.1. Citação no corpo do texto

- a. Sobrenome do autor da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;
- b. data da publicação original (primeira publicação) da obra mencionada ou da obra de onde foi extraída a citação;
- c. no caso de citação, número da(s) página(s) de onde foi extraída a citação, na edição consultada (não necessariamente a edição original).

5.2. Referências bibliográficas (enviadas em arquivo separado)

- a. Sobrenome e nome do autor da obra referida;
- b. data da publicação original (primeira publicação) da obra referida;
- c. nome da obra referida (preferencialmente no idioma original);
- d. dados da obra referida: local da publicação e editora, no caso de livros. Nome do periódico, volume, número (entre parênteses) e página(s), no caso de periódicos.

Nota: Nos casos em que não foi consultada a edição original, acrescentar os dados relativos à edição ou tradução utilizada.

Exemplo de citações no corpo do texto

A história do conhecimento mostra que a linguagem sempre se constituiu em um tema relevante nas diferentes teorias e sistemas psicológicos. No caso de Freud, já na *Interpretação dos sonhos*, foi sugerida a sua importância na dis-
Psic. Rev. São Paulo, (1):137-139, set. 1995

tição entre os processos inconscientes e pré-conscientes (Freud, 1900, p. 656).

Vygotsky ressaltou a sua relevância afirmando que "uma palavra é um microcosmo da consciência humana" (Vygotsky, citado em Lane, 1984, p. 33); e Skinner (1957) dedicou uma de suas obras integralmente a considerações sobre este tema.

Atualmente, "[...] o fenômeno da linguagem propõe um desafio aos psicólogos" (McNeill, 1970, p.132). Trabalhos como os de Marturano (1976) e Assis (1992) investigam o processo de aquisição da linguagem.

Exemplo de referências bibliográficas aplicadas ao mesmo texto

Assis, Rosa M. (1992) - **Da constituição do sujeito falante no campo do outro - O caso R.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Freud, Sigmund (1900) - **Die Traumdeutung.** Edição consultada: **Interpretação dos sonhos.** Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, 2ª edição, Vol. V, 1987.

Lane, Silvia T. M. (1984) - Linguagem, pensamento e representações sociais. In: Lane, Silvia T. M. & Codo, Wanderley (orgs.) - **Psicologia Social - o homem em movimento.** São Paulo, Brasiliense, 3ª edição, 1985.

Marturano, Edna M. (1976) - Interação criança-mãe: características do componente verbal em três situações. **Psicologia**, 2(3):43-59.

McNeill, David (1970) - O desenvolvimento da linguagem. In: Mussen, Paul H. (org.) **Carmichael's Manual of Child Psychology** (3ª ed.). Edição consultada: **Manual de Psicologia da criança.** São Paulo, EPU-Edusp, Vol. 6, 1995.

Skinner, Burrhus F. (1957) - **Verbal behavior.** New York, Appleton.

6. Figuras e tabelas devem ser enviadas em arquivo separado.

7. Notas de rodapé também devem ser enviadas em arquivo separado.

Obs. Informar algumas características do trabalho enviado, como por exemplo:

- foi apresentado em encontro científico?
- foi reelaborado a partir de dissertação ou tese?
- é um artigo revisto?
- foi financiado por alguma agência?

É necessário também enviar o endereço completo do(s) autor(es).

B. Normas para publicação

Os trabalhos enviados devem atender às seguintes especificações para serem considerados adequados para publicação:

1. Relatos de pesquisa.
2. Artigos teóricos.
3. Revisões de literatura.
4. Resenhas críticas.
5. Entrevistas.
6. Resumos de dissertações e teses.
7. Comunicações sobre pesquisas em andamento.

Os artigos enviados devem ser originais, isto é, não terem sido publicados em qualquer outro periódico ou coletânea no país. Caso o autor considere importante a publicação de um artigo não original, deve enviar seus argumentos a serem considerados e aprovados pelos editores.

O procedimento adotado para aceitação definitiva para publicação será o seguinte:

Primeira etapa: seleção dos artigos segundo critério de relevância e adequação às diretrizes editoriais.

Segunda etapa: parecer de qualidade a ser elaborado por consultores científicos.

Os pareceres comportam três possibilidades:

- a. aceitação integral;
- b. aceitação com alterações;
- c. recusa integral.

Em qualquer dos casos, o autor receberá cópia do parecer do consultor.